



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Diego de Oliveira Machado

**GEOGRAFIA DO VOTO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS
FEDERAIS DA 56ª LEGISLATURA**

Brasília

2022

Diego de Oliveira Machado

**GEOGRAFIA DO VOTO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS
FEDERAIS DA 56ª LEGISLATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Brasília

2022

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___ / ___ / ___

Machado, Diego de Oliveira.

Geografia do voto e produção legislativa dos deputados federais da 56° legislatura [manuscrito] / Diego de Oliveira Machado. -- 2022.
51 f.

Orientador: Ricardo Chaves de Rezende Martins.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado profissional) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2022.

1. Deputado federal, eleição, Brasil, 2018. 2. Deputado federal, atuação parlamentar, Brasil. 3. Representação política, Brasil. 4. Voto, distribuição, Brasil. I. Título.

CDU 342.532(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do trabalho de conclusão:

GEOGRAFIA DO VOTO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DA 56ª LEGISLATURA

Autor: Diego de Oliveira Machado

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: **Processos Políticos do Poder Legislativo**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 14 de fevereiro de 2022.

Prof. **Dr. Rafael Silveira e Silva**
Senado Federal

Documento assinado eletronicamente por:

Prof. **Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins** – Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados
Prof. **Dr. João Luiz Pereira Marciano** – Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados



Dedico esse trabalho a Deus, em primeiro lugar, por me dar sabedoria, perseverança e principalmente saúde, nesses tempos tão difíceis; ao meus pais, Clayton e Selma, pelo esforço imensurável de me proporcionar uma educação de qualidade; à minha esposa Fernanda e minhas filhas Ana Carolina e Mariana, pelo apoio e companheirismo de sempre.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, por me instigar sobre este fascinante tema e me orientar de forma tão precisa e com a serenidade que lhe é peculiar.

Aos docentes do Mestrado, pelas contribuições tão importantes para a realização do trabalho.

Aos colegas de curso, pela generosa troca de conhecimentos, experiências e palavras de motivação, que sempre deixam o percurso mais leve.

Ao CEFOR e à Câmara dos Deputados, pela oportunidade de cursar um Mestrado de tamanha relevância e qualidade.

“Quem for eleito pelo povo deve manter-se amigo dele.”

Nicolau Maquiavel

RESUMO

Este trabalho estuda a geografia do voto dos deputados federais eleitos em 2018 no Brasil, e sua relação com a produção legislativa no primeiro ano de mandato. Inicialmente, analisa a competição eleitoral nos municípios e, em seguida, classifica os deputados em quatro diferentes padrões espaciais de votação: concentrado/dominante, concentrado/compartilhado, fragmentado/dominante e fragmentado/compartilhado, analisando os resultados nos níveis estaduais, regionais e partidários, e comparando os dados obtidos com as eleições de 1998, a fim de identificar as mudanças ocorridas no período. Na segunda parte, investiga a produção legislativa total e de abrangência local dos mesmos deputados durante o primeiro ano de mandato, sob vários recortes, inclusive os padrões geográficos previamente definidos. Além disso, apresenta uma nova metodologia de classificação de partidos em relação à ideologia e alinhamento ao governo. Entre as conclusões, verificou-se não só que ainda existe uma grande variação entre os padrões de votação em todo o país, mas que o padrão geral de votação vem se tornando cada vez mais fragmentado e menos concentrado, o que indica uma diminuição da presença de distritos informais nas eleições brasileiras. Por fim, concluiu-se que os deputados de direita apresentaram menos proposições em geral, e que as proposições de caráter localista representam apenas 2% do todo, mas que são mais comuns entre deputados com votação dominante.

Palavras-Chave: Poder Legislativo. Geografia do voto. Eleições. Produção legislativa. Deputados Federais.

ABSTRACT

This work studies the electoral geography of federal deputies elected in 2018 in Brazil, and its relationship with legislative production in the first year of term. Initially, it analyzes electoral competition in municipalities and then classifies deputies into four different spatial patterns of voting: concentrated/prevalent, concentrated/shared, fragmented/prevalent and fragmented/shared, analyzing the results at state, regional and party levels and comparing the data obtained with the 1998 elections, identifying the changes that occurred in the period. In the second part, it investigates the total legislative production and the local scope of the same deputies during the first year of term, in several approaches, including the previously defined geographical patterns. In addition, it presents a new methodology for classifying parties in relation to ideology and government alignment. Among the conclusions, it was found not only that there is still a large variation between voting patterns across the country, but that the general pattern of voting has become increasingly fragmented and less concentrated, which indicates a decrease in the presence of informal districts in Brazilian elections. Finally, it was concluded that right-wing deputies presented fewer propositions in general, and that propositions of a local character represent only 2% of the total, but that they are more common among deputies with a dominant vote.

Keywords: Legislative power. Electoral geography. Elections. Legislative production. Federal Deputies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de aproveitamento de votos por UF (2018)	46
Tabela 2 – Índice de aproveitamento de votos por região (1998 e 2018)	47
Tabela 3 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada estado (2018) ..	49
Tabela 4 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada região (2018)...	50
Tabela 5 – Padrão geográfico de votos característico de cada região (2018).....	51
Tabela 6 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada partido (2018) .	52
Tabela 7 – Padrão geográfico de votos característico de cada partido (2018)	53
Tabela 8 – Percentual de deputados federais eleitos por padrão geográfico no Brasil (2018/1998/1994)	55
Tabela 9 – Produção legislativa dos deputados eleitos por tipo de proposição (fev. /19 a jan. /20).....	56
Tabela 10 – Produção legislativa por partido (fev. /19 a jan. /20)	57
Tabela 11 – Ideologia e alinhamento ao governo dos partidos na Câmara dos Deputados (2019)	58
Tabela 12 – Produção legislativa por ideologia do partido (fev. /19 a jan. /20).....	59
Tabela 13 – Produção legislativa por alinhamento do partido ao governo (fev. /19 a jan. /20)	60
Tabela 14 – Produção legislativa por estado (fev. /19 a jan. /20).....	61
Tabela 15 – Produção legislativa por região (fev. /19 a jan. /20).....	62
Tabela 16 – Produção legislativa por padrão geográfico de votos (fev. /19 a jan. /20)	62
Tabela 17 – Produção legislativa localista por partido (fev. /19 a jan. /20)	64
Tabela 18 – Produção legislativa localista por ideologia do partido (fev. /19 a jan. /20)	64
Tabela 19 – Produção legislativa localista por alinhamento do partido ao governo (fev. /19 a jan. /20).....	65
Tabela 20 – Produção legislativa localista por estado (fev. /19 a jan. /20)	65
Tabela 21 – Produção legislativa localista por região (fev. /19 a jan. /20)	66
Tabela 22 – Produção legislativa localista por padrão geográfico de votos (fev. /19 a jan. /20)	66
Tabela 23 – Produção legislativa localista por dominância - Teste t de Student (fev. /19 a jan. /20).....	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

C/C	Concentrado / Compartilhado
C/D	Concentrado / Dominante
F/C	Fragmentado / Compartilhado
F/D	Fragmentado / Dominante
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
NOVO	Partido Novo
PATRI	Patriota
PPS	Partido Popular Socialista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
PODE	Podemos
PP	Progressistas
REDE	Rede Sustentabilidade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 GEOGRAFIA DO VOTO	15
2.1 O INSTITUCIONALISMO DA ESCOLHA RACIONAL	19
2.2 GEOGRAFIA DO VOTO E DISTRIBUTIVISMO	23
3 COMPORTAMENTO PARLAMENTAR E PRODUÇÃO LEGISLATIVA	27
3.1 DIFERENTES RECORTES DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA	28
3.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOB A ÓTICA DISTRIBUTIVISTA.....	30
4 METODOLOGIA.....	35
4.1 ESCOPO DA PESQUISA, DADOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE	35
4.2 GEOGRAFIA DO VOTO: ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE VOTOS, CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA	36
4.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA TOTAL E DE ABRANGÊNCIA LOCAL.....	39
4.4 POSIÇÃO IDEOLÓGICA E ALINHAMENTO AO GOVERNO.....	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
5.1 COMPETIÇÃO ELEITORAL: ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE VOTOS.....	45
5.2 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS	48
5.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA NO PRIMEIRO ANO DA 56ª LEGISLATURA	55
5.4 PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE ABRANGÊNCIA LOCAL.....	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – TABELAS DE DADOS POR DEPUTADO	77
ANEXO A – RANKING IDHM	105

1 INTRODUÇÃO

Na Ciência Política moderna, busca-se investigar o papel desempenhado pelas instituições na sociedade, e de que forma são atingidos os resultados sociais e políticos que delas são esperados. Entre as diferentes vertentes dessa perspectiva teórica, chamada “neoinstitucionalismo”, o institucionalismo de escolha racional volta o olhar do pesquisador não só para as instituições em si, mas para o comportamento de seus atores, partindo de uma premissa de que suas escolhas são sempre racionais e procuram atingir algum objetivo.

Dessa forma, no âmbito do Legislativo, é imperioso entender não só as regras do jogo, mas também os princípios e objetivos que norteiam o comportamento dos parlamentares, para que se compreenda de uma forma mais ampla o funcionamento desse Poder na realização das suas atribuições fundamentais: legislar, representar e fiscalizar.

Inicialmente, cumpre salientar a importância da utilização de recursos fornecidos pelas análises quantitativas para a explicação de fenômenos observados no âmbito das ciências humanas, notadamente na Ciência Política. Na pesquisa em grandes bases de dados de dados eleitorais, socioeconômicas, legislativas, entre outras, é possível confrontar os dados com diferentes variáveis que possam, pelo menos em parte, explicar alguns comportamentos observados em nosso sistema político, especialmente em relação aos membros do Poder Legislativo.

A geografia do voto, nesse contexto, cumpre papel importante, ao investigar a origem eleitoral dos parlamentares, e a partir disso, entender melhor como se dá a priorização de seus objetivos e suas atuações na arena parlamentar. Dentre vários estudos sobre o tema, esse trabalho tem como principal referência Carvalho (2003), um estudo amplo sobre o tema nas eleições de 1994 e 1998, desde o levantamento de como se deu a disputa eleitoral nos municípios, e sua correlação com dados socioeconômicos, até o estudo das políticas públicas, atitudes e comportamentos desenvolvidos pelos parlamentares, relacionados com o padrão de distribuição dos votos obtidos no pleito eleitoral.

Carvalho (2003) traça um paralelo entre o padrão geográfico de votação e as práticas parlamentares, concluindo, por exemplo, que deputados com votação dominante são mais particularistas, tendendo a captar recursos para as suas bases, enquanto deputados com votação compartilhada trabalham sob uma lógica mais universalista, optando pela tomada de posição como forma de conexão eleitoral.

A proposta deste estudo, portanto é, em primeiro lugar, confrontar os resultados obtidos por Carvalho (2003) há duas décadas com a realidade atual, e verificar como hoje se distribuem os diferentes perfis geográficos dos eleitos, e em seguida, se essas distribuições ainda conseguem explicar da mesma forma seu comportamento em relação à atividade legiferante na Câmara Federal.

O trabalho analisa inicialmente o nível de competição eleitoral dos municípios brasileiros, ao medir o índice de aproveitamento de votos de cada um, e traça as diferenças entre as unidades da federação e as também entre as regiões, o que servirá de indicativo para a ocorrência de diferentes padrões de votação na eleição dos deputados de cada uma dessas unidades geográficas.

Em seguida, é traçada a geografia do voto dos deputados federais que obtiveram êxito no pleito eleitoral de 2018, a partir de uma análise exploratória dos votos nominais por eles obtidos e de como esses votos são distribuídos pelos diferentes municípios de cada estado. São analisadas duas dimensões: se a votação foi concentrada em poucos municípios ou espalhada por todo o estado e se o deputado dividiu votos com outros ou dominou os lugares onde foi votado. Esses parâmetros serão capazes de formar quatro diferentes perfis de deputados, o que, segundo a literatura, vão nortear o seu comportamento durante o mandato. A partir dessa análise, será possível também verificar as mudanças observadas na geografia do voto nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados em comparação ao pleito de 1998.

Por fim, o trabalho faz um levantamento da produção legislativa desses mesmos deputados no seu primeiro ano de mandato. São analisados não só a quantidade de propostas legislativas apresentadas como também o seu conteúdo, traduzido no percentual de proposições de abrangência local apresentadas em relação ao todo. A partir daí, busca-se responder à pergunta: em que medida a geografia do voto se relaciona ou explica a produção legislativa dos deputados da 56ª Legislatura?

2 GEOGRAFIA DO VOTO

A expressão “geografia do voto” não encontra uma definição única na teoria, muito embora seja usada de forma ampla por vários cientistas políticos. Destaco o trabalho de autores como Fleischer (1976), Ames (2003), Carvalho (2003), e, mais recentemente, Santos (2015) e Borges, Paula e Silva (2016), que analisam o tema em diferentes aspectos.

De acordo com Santos (2015), em revisão bibliográfica sobre o tema, os estudos iniciais sobre a geografia do voto no Brasil “tentam verificar padrões na distribuição dos votos em uma eleição, de modo a descobrir se existe alguma associação entre a votação que determinado candidato, partido ou coligação recebeu e certos atributos territoriais”. Como atributos territoriais o autor cita como exemplo o “grau de urbanização, nível de desigualdade e distribuição de renda e grau de escolaridade da população”, fatores esses que poderiam “ajudar a perceber quais são as bases sociais por trás da eleição de candidatos” (SANTOS, 2015, p. 2).

Muito embora operacionalizada segundo essa visão, que foca em aspectos territoriais e socioeconômicos, o pano de fundo dos primeiros trabalhos sobre a geografia do voto no Brasil está relacionado aos questionamentos acerca do maior ou menor nível de representação obtido desde a adoção do sistema eleitoral proporcional no país, a partir da Constituição de 1934.

Segundo Leite (2016), na Assembleia Constituinte de 1934, os relatores da parte referente ao Poder Legislativo “mantiveram o alinhamento com a Constituição de Weimar, que fixava o sistema proporcional para a escolha dos integrantes do *Reichstag*”. O Deputado Odilon Braga, um dos relatores, defendeu o modelo em seu parecer:

Ora, o primeiro efeito do voto proporcional é esse de provocar a formação de partidos. Devemos, por isso, torná-lo, pela Constituição, de aplicação obrigatória. Se o deixássemos para a legislação ordinária, os resultados das primeiras eleições fariam com que a maioria volvesse aos sistemas empíricos já provados, mais próprios a lhe proporcionarem o pleno e quieto domínio dos postos de governo e de representação. Se queremos – como devemos querer – instituir, com os partidos, um regime de democracia verdadeira, um imprescindível curso de tolerância e de boas maneiras políticas, só nos resta apelar para a violência fracionante do voto proporcional. (Anais, vol. X, 1935, p. 278 *apud* LEITE, 2016, n.p.).

Importante também salientar o voto contrário do Deputado Abelardo Marinho, segundo o qual “havia uma confiança excessiva no voto secreto e no sistema proporcional, pois o eleitor, na

conjuntura social e política brasileira, votaria não em partidos, mas, sim, de acordo com a orientação de seu cabo eleitoral ou do chefe político local” (LEITE, 2016, n.p.).

Ou seja, mesmo na gestação do novo sistema eleitoral, houve quem já colocasse em xeque a eficácia do sistema proporcional sobre a melhoria da qualidade da democracia. O fato de o Brasil não possuir partidos nacionais, como na Alemanha, e menos ainda, “uma pluralidade ideológica clara a diferenciar nossas organizações partidárias”, associado à outras características da época, como a ausência de uma legislação de combate à corrupção nos partidos, e uma “população majoritariamente rural e analfabeta”, deram origem, segundo Leite, a controvérsias em relação à implantação desse sistema no Brasil (LEITE, 2016, n.p.). Sobre essa última característica, destaca o autor:

O sistema proporcional estava assentado sobre a defesa de ideias políticas e de ideologias, as quais demandavam um maior grau de conhecimento e de interação com o Estado, o que não ocorria com os brasileiros do campo, insulados e desprovidos de acesso à informação. O funcionamento do sistema, envolvendo o cálculo de quociente eleitoral e a distribuição das cadeiras proporcionalmente ao número de votos obtidos pela legenda, até hoje causa confusão na população. (LEITE, 2016, n.p.).

Nesse contexto, num dos estudos pioneiros sobre geografia eleitoral no Brasil, Fleischer (1976) analisou a votação para deputados federais e estaduais no estado de Minas Gerais, e buscou responder, sem entrar tanto no mérito da adoção de um sistema distrital e muito menos de sua estrutura, como se dava a distribuição geográfica dos votos dos eleitos nos últimos pleitos, e também, “que consequências essas distribuições teriam para as representações regional e partidária no estado”. Analisando a distribuição regional dos votos dos deputados eleitos nas várias zonas eleitoras mineiras, Fleischer encontrou um número considerável de deputados com votação concentrada, apontando para a possível existência de um “sistema distrital de fato”. Além disso, encontrou disparidades internas na representação do estado em suas diferentes regiões. Segundo o autor,

Constatou-se que o atual sistema de eleições proporcionais não significa uma representação política fiel à distribuição geográfica da população mineira, deixando algumas regiões, sub-representadas e outras super-representadas. Fenômeno este que não ocorreria com o sistema distrital. (FLEISCHER, 1976, p. 33).

Os dados obtidos por Fleischer sugerem ainda que, no caso de se adotar um sistema distrital, a maneira mais indicada para os deputados federais mineiros seria o distrital misto alemão (2/3 distrital e 1/3 proporcional), enquanto para os estaduais, o distrital puro (um por distrito). Há, no entanto, uma ressalva importante: baseado nos estudos sobre "engenharia constitucional", sistemas partidários e a política eleitoral de Key (1948) e Duverger (1963), que apontam os vínculos "bipartidarismo-eleições distritais" e "multipartidarismo-representação proporcional", o autor vislumbra a realidade atual, afirmando que “se a tendência institucional for para um retomo ao multipartidarismo, então, o sistema proporcional seria o mais visado”.

Posteriormente, estudos de Aydos (1979), Indjaian (1981) e Dias (1991), cada um com sua metodologia própria, e analisando diferentes estados da federação, identificaram resultados semelhantes: vários deputados eleitos com votação concentrada, apesar do sistema proporcional em pleno vigor, o que fez ganhar corpo a corrente de defensores de um sistema distrital “de direito”.

Alguns autores, como Martins (1983), questionavam frontalmente o não atendimento ao princípio fundamental e inerente ao sistema proporcional: a fragmentação do voto. Segundo Martins,

A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não é a regra e, sim, a exceção precisa ser encarada de frente: trata-se de um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional. Para funcionar como se supõe que deve funcionar, o voto proporcional tem que se mostrar capaz de cumprir sua missão específica, que é a de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores que votam (tanto concentrada, quanto dispersamente) na totalidade da circunscrição territorial. Se, em lugar de fazer isso, o sistema vigente limita-se a conferir mandatos a representantes de interesses locais (municipais ou microrregionais) ... somos forçados a reconhecer que de fato há algo de errado com o método proporcional que estamos praticando. (MARTINS, 1983, p. 149).

É notório que essa preocupação permanente destes e vários outros estudiosos em relação à concentração de votos e seus efeitos prejudiciais sobre o sistema representativo seguia a premissa de que uma votação fragmentada estaria mais relacionada ao voto ideológico e partidário, enquanto uma votação concentrada, seria fruto do localismo e de regiões mais atrasadas. Na visão de Carvalho (2003), tendo em vista a “precariedade de estudos empíricos da época” essas premissas representaram “graves erros conceituais”, já que seus estudos nas eleições de 1994 e 1998 mostraram o comportamento oposto: partidos mais ideológicos tiveram votação concentrada em

poucas municipalidades enquanto partidos *catch-all* como PMDB e PFL apresentaram uma alta dispersão de votos.

O brasileiro Barry Ames, em seu estudo publicado em 2003, propõe-se a esmiuçar essas diferentes configurações geográficas da realidade brasileira, criando contornos de maior complexidade ao delinear as diferentes combinações de geografia eleitoral aplicáveis ao nosso sistema eleitoral. Ao analisar o resultado das eleições não só sobre a ótica horizontal da concentração ou fragmentação dos votos, mas também considerando o efeito vertical da alta ou baixa dominância que os deputados exercem sobre suas bases eleitorais, Ames (2003) estabelece assim, quatro tipos de distritos informais, que deveriam nortear o comportamento parlamentar de formas diferentes: concentrados-dominantes, dispersos-compartilhados, dispersos-dominantes e dispersos-compartilhados (AMES, 2003, p. 65).

De acordo com Ames (2003, p. 66), o município concentrado-dominante representa o “clássico reduto eleitoral brasileiro, no qual um deputado domina um grupo de municípios contíguos”. É aquele deputado que pode pertencer a “uma família de longa preeminência econômica ou política numa determinada região”; ou podem “ter iniciado sua carreira política exercendo cargos locais” ou ainda “ter feito um acordo com caciques locais”.

Já os municípios concentrados-compartilhados são as grandes áreas metropolitanas, aqueles nos quais certos setores do eleitorado de tão grandes podem eleger sozinhos muitos deputados. Os exemplos são os deputados que defendem causas operárias ou ecológicas (AMES, 2003, p. 69).

O terceiro tipo são os municípios dispersos-compartilhados, aqueles que elegem deputados de setores numericamente pouco expressivos, porém bastante fiéis e com distribuição por todo o estado, como os evangélicos e os brasileiros de origem japonesa (AMES, 2003, p. 70).

O último tipo desenhado por Ames são os municípios dispersos-dominantes, correspondentes a dois tipos de candidatos: aqueles que fazem acordo com líderes políticos locais e também os ex-ocupantes de cargos na administração estadual (como secretário de Estado, posto com grande possibilidade de troca de favores e de práticas clientelistas) (AMES, 2003, p. 72).

No livro “E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil”, Carvalho (2003) utiliza a taxonomia criada por Ames para investigar de forma mais aprofundada a geografia do voto das eleições de 1994 e 1998 para deputado federal, além de analisar o comportamento parlamentar dos deputados eleitos.

O livro de Carvalho tornou-se referência no estudo da geografia eleitoral, e serve de base para vários outros trabalhos. Entre eles, destaco Ferreira (2020), um dos mais atuais, que possui pontos convergentes a este trabalho, pois se propõe a comparar os dados obtidos por Carvalho com os pleitos recentes de 2014 e 2018, em diferentes recortes, como o estudo de variáveis sociodemográficas e a clivagem capital x interior. A principal diferença é que Ferreira opta por focar na arena eleitoral, e deixa como sugestão de pesquisa a análise de fenômenos que dizem respeito ao comportamento parlamentar.

2.1 O INSTITUCIONALISMO DA ESCOLHA RACIONAL

O neoinstitucionalismo, termo presente em vários estudos recentes da Ciência Política, compreende um conjunto de escolas teóricas que surgiram no último quartel do século 20, e que buscavam investigar o funcionamento das instituições, o comportamento dos seus agentes e as relações entre eles, em contraponto às escolas tradicionais que não olhavam o sistema como um todo. Em outras palavras, o neoinstitucionalismo “atribui um papel mais autônomo para as instituições, sem desconsiderar o papel da sociedade” (MELLO, MAGDALENA e PEDRO, 2018, p. 18). Na visão de Miranda (2017), o termo ainda pode ser definido como:

Uma perspectiva teórica que analisa o desempenho de instituições sociais (informais, formais, públicas e privadas), os processos de tomada de decisões, a mediação entre os atores sociais e os representantes dos poderes públicos, e a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas para a consolidação de espaços públicos destinados à participação e/ou para o desenvolvimento local. (MIRANDA, 2017, p. 1).

Considerando as três escolas de pensamento que na visão de Hall e Taylor (2003) formam o neoinstitucionalismo, quais sejam: o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológico, e o institucionalismo da escolha racional, o estudo da geografia do voto encontra respaldo neste último. Os autores descrevem a visão dos adeptos desta escola:

De modo geral, postulam que os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos, ...se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num alto de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos... Os teóricos da escola da escolha racional tendem a considerar a vida política como uma série de dilemas de ação coletiva, definidos como situações em que os

indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências o fazem com o risco de produzir um resultado subótimo para a coletividade. (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205).

Vale lembrar, no entanto, que na ótica institucionalista da escolha racional, essas estratégias individuais estarão sujeitas a regras e controles institucionais que podem representar limitações no seu escopo de atuação, e que, portanto, influenciam “diretamente o seu comportamento para posicionamentos que em alguns casos pode ser divergente da análise puramente racionalista de suas preferências pessoais” (COUTO, 2017, p. 4). Em outras palavras,

As preferências dos atores políticos deixam de ser a variável independente exclusiva para associarem-se a regras e procedimentos institucionais. As decisões dependem das instituições, dotadas de um papel autônomo, próprio, que induz ao equilíbrio e influencia o resultado substantivo. (LEMOS, 2001, p. 565).

No contexto do Legislativo, esses cálculos e estratégias estariam voltados principalmente para a maximização de chances de reeleição. E no caso, cada parlamentar pode ter diferentes preferências, ou seja, as diferentes formas de se atingir esse objetivo. Isso é o que Mayhew (1974) chama de conexão eleitoral. Como bem descreve Simões (2016):

[...] os parlamentares são atores políticos racionais e que entre seus principais interesses está a manutenção de sua carreira política, ou seja, a (re) eleição está no centro de suas preocupações. Sendo a reeleição o principal objetivo dos parlamentares, o que mais lhes interessa é garantir uma boa relação frente a seus eleitores. E de que maneira eles conseguem cumprir esse objetivo? Moldando os recursos e as estruturas institucionais internas do Congresso com o objetivo de viabilizar o seu uso estratégico. Significa dizer que a chave explicativa para a produção e organização legislativas se encontra no “momento eleitoral”, na forma como os representantes se elegem. Daí se estabelece o que Mayhew chama de a lógica da conexão eleitoral. (SIMÕES, 2016, p. 2).

Ao partirmos do princípio de que o objetivo maior do deputado é a reeleição, seu comportamento parlamentar, seja ele nas votações de matérias de interesse da sociedade, na apresentação de emendas orçamentárias ou mesmo no fomento de políticas públicas, será menos voltado para o interesse da coletividade do que para o atingimento de tal objetivo. E isso se dá sempre num jogo de vários atores que buscam o mesmo objetivo:

Em seguida, os teóricos enfatizam o papel da interação estratégica na determinação das situações políticas. Suas intuições fundamentais são, primeiro, que é plausível que o comportamento de um ator é determinado, não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico, e, segundo, que esse cálculo é fortemente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a possibilidade e a sequência de alternativas na agenda, ou ao oferecerem informações ou mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros, ao mesmo tempo que propiciam aos atores “ganhos de troca”, o que os incentivará a se dirigirem a certos cálculos ou ações precisas. Trata-se de um enfoque “calculador” clássico para explicar a influência das instituições sobre a ação individual. (HALL E TAYLOR, 2003, p. 205).

No âmbito do institucionalismo da escolha racional, há três principais modelos teóricos que buscam explicar o funcionamento da arena parlamentar, principalmente nos Estados Unidos: os modelos informacional, distributivista e partidário.

O modelo informacional está relacionado à especialização das comissões temáticas, cujos membros, após anos e anos participando de uma determinada comissão, se tornam referência nas suas respectivas áreas de atuação, melhorando sua imagem pessoal, não só entre seus pares como também perante o eleitorado, e agem em conjunto para atingir o melhor resultado possível na promoção de políticas públicas, inclusive no que se refere à maximização de seus ganhos eleitorais.

Nas palavras de Araújo (2017),

No modelo informacional, os membros das comissões são, ou se tornam, *experts* nas questões tratadas nas comissões e, com isso, adquirem credibilidade frente ao plenário para tratar de legislação de interesses gerais do plenário. Nesses termos, a força política e a autoridade das comissões viriam da sua *expertise* e competência para adquirir, promover e divulgar informações sobre as legislações em debate, diminuindo as incertezas políticas de todos em relação à melhor política a ser adotada, seja por sua substância ou por suas consequências políticas e sociais – entenda-se: eleitorais. Integrantes das comissões teriam interesse em divulgar a melhor informação, para se tornarem confiáveis e respeitados em plenário. Não haveria, aqui, simples troca de apoio na forma de votos, mas deliberação qualificada na busca da formação de leis mais afinadas com os interesses gerais, seja dos parlamentares, seja da sociedade em geral. Os interesses estritamente eleitorais dos parlamentares individuais se mantêm, mas as estratégias para maximizá-los diferem: não mais a distribuição de benefícios exclusivos, com troca de votos, para bases eleitorais, mas a produção de legislação de melhor impacto social geral e com efeitos mais previsíveis, porque mais bem informados. (ARAÚJO, 2017, p. 1167).

Na realidade brasileira, a grande maioria dos estudos utiliza os modelos distributivista e partidário para entender o comportamento dos parlamentares, uma vez que a especialização das comissões temáticas, apesar de observável em alguns membros, não é uma característica predominante em nosso Parlamento.

No modelo partidário, o comportamento do parlamentar está ligado prioritariamente à presença dos partidos políticos e à sua força em todo o sistema político, desde o momento eleitoral até a arena parlamentar. O modelo também considera as comissões importantes, não do ponto de vista da especialização, mas sim como um “lugar estratégico para o fechamento de acordos” (ARAUJO, 2017, p. 1168). Os defensores desse modelo entendem que as regras institucionais pré-estabelecidas em conjunto à atuação constante dos partidos no processo decisório, principalmente por meio de seus líderes e presidentes de comissões temáticas, são capazes de neutralizar estratégias individualistas por parte dos parlamentares. Essa realidade faz muito sentido na política americana, tendo em vista a presença de um forte sistema bipartidário, com pouco poder individual aos parlamentares. Araújo (2017) explica:

No modelo partidário, as vantagens eleitorais não vêm das relações clientelísticas entre representantes e eleitores, nem da *expertise* dos parlamentares adquiridas na dinâmica do trabalho das comissões. As vantagens decorrem da capacidade coordenadora do partido e do seu *label*, ou rótulo, construído pelo partido para si próprio, para projetar *sua imagem ao eleitor*. Quando bem-sucedida, esta estratégia leva à atração de votos para seus candidatos nos distritos eleitorais. (ARAUJO, 2017, p. 1169).

O modelo distributivista, por sua vez, tem como foco as estratégias individuais dos parlamentares, que neste caso, não se baseiam em reconhecimento técnico ou ideológico, mas essencialmente¹ em práticas clientelistas, também denominadas de *pork-barrel*, nas quais o objetivo principal dos políticos é conseguir benefícios concentrados para seus *constituencies*, com custos difusos aplicados a toda a população, de forma a otimizar suas chances de sucesso eleitoral.

¹ Uma outra versão do termo “distributivo”, mas não incompatível com a *pork barrel*, é uma visão mais ampla, que descreve “políticas que determinam quem ganha o quê, e quem paga”. (LEMOS, 2001, p. 565)

2.2 GEOGRAFIA DO VOTO E DISTRIBUTIVISMO

A geografia do voto, estaria, a princípio, calcada nas premissas distributivistas, tendo em vista, principalmente, o sistema eleitoral adotado nos Estados Unidos: o sistema distrital uninominal. Nesse sistema, é esperado que ocorra a exacerbação de práticas particularistas, uma vez que os parlamentares precisam lutar para levar benefícios para seus distritos, a fim de garantirem sua reeleição. Lemos (2001) explicita essa relação natural entre geografia eleitoral e distributivismo:

Basicamente, o modelo distributivista pressupõe que o ponto de partida analítico deve ser a motivação do parlamentar. Como convém à interpretação racionalista, sua motivação e preferência é a da maximização eleitoral-reeleição. O Legislativo é um corpo que se caracteriza por escolhas coletivas e que tem como tarefa principal alocar benefícios em forma de políticas. Uma vez que os legisladores estão sujeitos a eleições periódicas, e o espaço eleitoral é o geográfico, a “conexão eleitoral” significa que todo membro do Congresso tem fortes incentivos para atender aos interesses específicos dos eleitores de sua região. (LEMOS, 2001, p. 567).

Vários autores ressaltam essa relação entre limitação geográfica e política distributivista. Limongi (1994), por exemplo, entende que:

Um aspecto institucional desempenha importante papel no modelo: o voto distrital. Por intermédio deste se estabelece que os interesses do eleitorado a serem atendidos são localizados, identificáveis às características econômico-sociais do distrito. Decorre daí que as políticas públicas preferidas pelos congressistas serão aquelas que oferecem benefícios localizados e tangíveis a uma clientela eleitoral claramente identificada. Os custos de tais políticas, de outro lado, tendem a ser dispersos por toda a população. Este tipo de política é a preferida por parlamentares, pois lhes garante maiores dividendos eleitorais. (LIMONGI, 1994, p. 10).

Cain, Ferejohn e Fiorina (1987) analisam a situação específica da política norte-americana, e relacionam o distributivismo ao modelo distrital, cujo efeito principal é o que denominariam de “*personal vote*”. De acordo com os autores,

A personal vote reflects a principal feature of the single-member district plurality electoral system: the distinction between the interests and fortunes of an individual representative and those of any collectivity, especially party, to which he or she may belong. It is logically possible for any given representative to win

while all fellow partisans are defeated. (CAIN, FERREJOHN E FIORINA, 1984, p. 111)²

Segundo Carvalho (2003), alguns aspectos do Legislativo brasileiro análogos ao observados no Congresso americano fizeram com que vários autores importassem esse modelo para explicar a nossa realidade. O autor conclui, no entanto, que a generalização é imperfeita:

A importação do modelo distributivista para a análise do Legislativo no Brasil produziu assim conclusões sobre resultados de política semelhantes às aquelas associadas ao Congresso norte-americano: movidos pelo imperativo da reeleição e condicionados por sistemas eleitorais fundamentados no voto personalizado, os legisladores de ambos os congressos se voltariam prioritariamente para a aprovação de leis com custos difusos e benefícios concentrados, à alocação de recursos para suas bases e à resolução de pendências junto à burocracia. Em que pese o fato de ambos os sistemas políticos apresentarem, na versão dos teóricos distributivistas, traços semelhantes - o imperativo eleitoral, o voto personalizado, a fragilidade dos partidos -, as leis eleitorais dos dois países diferem em ponto substantivo: enquanto no sistema de maioria simples norte-americano há uma única base geográfica, os distritos, no caso brasileiro, o sistema proporcional de lista aberta permite e faz com que os representantes se elejam a partir de unidades geográficas com configurações extremamente distintas. (CARVALHO, 2003, p. 22-23).

Conforme já citado anteriormente, Ames (2003) inova ao lançar um novo olhar sobre a geografia eleitoral, num modelo que combina as variáveis concentração e dominância e chega a quatro diferentes padrões geográficos de votação. Não obstante esse sistema complexo, o autor conclui que o político padrão brasileiro é orientado pela lógica distributivista, já que, segundo ele, “as instituições políticas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos” (AMES, 2003, p. 18).

Em seu trabalho, Carvalho (2003) utiliza a mesma direção metodológica proposta por Ames (2003), que considera diferentes padrões geográficos de eleição dos parlamentares, mas o critica justamente por concluir que a lógica particularista é a regra geral:

² Um voto pessoal reflete uma característica principal do sistema eleitoral de pluralidade distrital de um único membro: a distinção entre os interesses e chances de um representante individual e os de qualquer coletividade, especialmente o partido, ao qual ele ou ela pode pertencer. É logicamente possível para qualquer representante ganhar enquanto todos os companheiros partidários são derrotados (tradução livre do autor).

Embora tenha o mérito de iluminar o que constitui a ponta de nossa conexão eleitoral, Ames não explora com exatidão a natureza dos incentivos gerados pelas distintas configurações geográficas sobre o comportamento parlamentar. Ao contrário, preocupado com os aspectos sistêmicos do arcabouço político-institucional do país, acaba por generalizar um único comportamento no que se refere à ação dos parlamentares brasileiros: a busca de recursos desagregados e de *pork-barrel* para as bases eleitorais, a prevalência da lógica do particularismo. (CARVALHO, 2003, p. 59).

Após analisar os diversos padrões de distribuição de votos existentes no sistema brasileiro, e confrontar os dados com as atitudes e comportamentos dos deputados durante as legislaturas para as quais foram eleitos, Carvalho (2003) delinea as características atribuídas a cada padrão de votação, inclusive sugerindo novos elementos que contrastam com o estabelecido em estudos anteriores.

Um dos principais achados do autor é a dissociação entre o comportamento distributivista e uma votação concentrada geograficamente, característica presente em nosso sistema proporcional que foi um dos principais alvos de críticas e um dos elementos centrais de análise dos estudos iniciais de geografia do voto, tais como Fleischer (1976), Martins (1983), Indjaian (1981) e Dias (1991).

Segundo Carvalho (2003), na realidade brasileira, mesmo nos casos onde há fragmentação eleitoral, esta, “quando combinada à dominação vertical das municipalidades, antes de traduzir uma dinâmica política de ordem ideológica, aparece como indicador de práticas políticas de natureza pragmática ou mesmo atrasada” (CARVALHO, 2003, p. 107).

Corroborar essa percepção o fato de que, nos estudos do autor, o padrão fragmentado-dominante, é de longe o mais característico do Nordeste, região que, segundo Monteiro e Júnior (2019), dificilmente será compreendida “sem que se lance o olhar para as relações de poder constituídas; sem que se compreenda a força que exercem as oligarquias locais e regionais na dinâmica de permanência ou mesmo de transformações das instituições no Nordeste brasileiro” (MONTEIRO E JÚNIOR, 2019, p. 9).

Por outro lado, Carvalho (2003) entende que os deputados com um padrão de votação concentrado-compartilhado, possuem “base eleitoral nas capitais e das grandes cidades, para quem os benefícios desagregados trazem pouco, ou nenhum, dividendo eleitoral, já que não são passíveis de reivindicação de crédito, dada a grande dimensão desses colégios eleitorais”. Para o autor, ao invés de visarem o particularismo, esses parlamentares priorizariam “maximizar suas chances de

reeleição pela tomada de posição diante de temas sensíveis às suas respectivas bases, seja por meio da apresentação de proposições no Congresso, de votos em plenário, da presença na mídia. A mesma lógica é aplicada aos deputados com votação fragmentada-compartilhada, que “extrairiam pouco retorno eleitoral da alocação de benefícios desagregados” (CARVALHO, 2003, p. 119-120).

Dessa forma, Carvalho (2003) conclui que apenas metade dos parlamentares brasileiros estavam mais inclinados a práticas particularistas, e correlaciona essa característica a um padrão de votação dominante, seja ele concentrado ou fragmentado. Já à outra metade, com um padrão de votação compartilhado, também independente da fragmentação, é atribuída uma atuação mais forte em pautas universalistas, utilizando a tomada de posição como estratégia perante seu eleitorado.

3 COMPORTAMENTO PARLAMENTAR E PRODUÇÃO LEGISLATIVA

No universo dos trabalhos científicos que analisam o comportamento parlamentar, há uma grande variedade de recortes e metodologias envolvendo essa temática. Isso porque, além de não existir uma definição formal para o que seja comportamento parlamentar, na prática o conceito abrange um vasto conjunto de ações institucionais que podem ser realizadas pelo agente político em exercício do seu cargo no Poder Legislativo. Dentre essas ações, o desafio do pesquisador é encontrar aquelas que são mensuráveis e que possam representar de forma significativa diferentes tipos de comportamento, de acordo com o enfoque dado à pesquisa.

Autores recentes como Machado (2012), Scheffer (2018) e Santos (2019), por exemplo, analisam as votações nominais no plenário de cada parlamentar e relacionam os resultados com outras características comportamentais, como infidelidade partidária, espectro ideológico e *lobby*, respectivamente. Já Barros (2020) e Moreira (2020) optam por analisar o discurso parlamentar, o primeiro com o foco em agentes emissores específicos e o segundo nos diferentes temas abordados pelo conjunto dos congressistas. Um outro campo de pesquisa é a apresentação de emendas orçamentárias individuais pelos parlamentares, tema abordado por Baião (2016), de forma ampla, e por Castro (2019), voltado a um setor em particular.

Um outro elemento bastante utilizado na análise do comportamento parlamentar é a produção legislativa, estudada por autores como Lemos (2001), Ricci (2003), Amorim Neto e Santos (2003) e Souza (2017). Esse recorte é interessante pois a atividade legislativa talvez seja aquela em que o parlamentar tenha mais liberdade para agir, sem a pressão da orientação partidária, como acontece nas votações em comissões e no plenário, e sem as amarras legais observadas na apresentação de emendas orçamentárias. Ainda que a aceitação de propostas legislativas pela Mesa Diretora tenha regras a serem observadas - como a devolução de projetos claramente inconstitucionais - o ato de apresentá-las é direito de qualquer parlamentar.

Com base no exposto, é razoável considerar que a produção legislativa tem o condão de representar de forma mais fidedigna as preferências pessoais do parlamentar, sendo, portanto, um recorte viável de estudo sob o enfoque do institucionalismo da escolha racional, mais precisamente, do modelo distributivista.

3.1 DIFERENTES RECORTES DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Dentre os estudos que analisam o Poder Legislativo federal, observa-se que o conceito de produção³ legislativa possui variações em relação ao seu escopo, e pode se referir: ao conjunto de proposições legislativas aprovadas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal, ou ambas as casas, e conseqüentemente, enviadas à sanção (ou promulgadas, no caso de PEC, por exemplo); ao conjunto total de proposições apresentadas pelos parlamentares, mesmo as que não tiveram nenhuma tramitação; algum subconjunto intermediário das propostas, como por exemplo as que tiveram sua tramitação concluída, sendo aprovadas ou rejeitadas pelos parlamentares.

Um exemplo de utilização da primeira abordagem, relativa às propostas efetivamente aprovadas nas casas legislativas, está em Figueiredo e Limongi (1995), obra referência que estuda o desempenho do Poder Legislativo por meio da análise de sua relação com o Executivo, e como este poder usa de suas prerrogativas institucionais para influenciar na produção legislativa daquele. Segundos os autores,

Essa preponderância do executivo decorre diretamente de sua capacidade de controlar a agenda do legislativo. As normas que garantem a iniciativa exclusiva do executivo lhe fornecem instrumentos de controle da agenda legislativa diretamente, pela definição de prazos de apreciação, ou indiretamente, por colocá-lo em posição estratégica para pressionar por prioridade a essas medidas. Mais do que o controle sobre a agenda, esses mecanismos institucionais concedem também ao executivo uma posição estratégica no que diz respeito à aprovação de seus projetos. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, p. 12-13).

Mais recentemente, Souza (2017) vai na mesma direção, e baseia sua análise no conjunto das proposições que efetivamente se tornaram normas jurídicas, também com foco no poder de agenda do Executivo e os resultados legislativos no contexto de um governo de coalizão. Por outro lado, seu trabalho também busca traçar as características qualitativas das propostas, classificando-as em relação ao tema e nível de abrangência⁴, e calcando sua análise nos princípios do modelo distributivista.

³ Alguns autores e instituições também utilizam o termo “produção” com o sentido de produtividade, no qual importa apenas a quantidade de projetos aprovados num determinado intervalo de tempo, muitas vezes em perspectiva comparada com outros países. Essa variação semântica não será tratada no presente trabalho.

⁴ Na próxima seção, serão apresentados mais dados sobre este e outros trabalhos citados nesta seção.

Já Lemos (2001), por sua vez, prefere utilizar a segunda abordagem em relação ao escopo da produção legislativa, ao considerar todo o universo de propostas apresentadas, filtradas apenas em relação aos temas escolhidos pela autora, “educação” e “saúde”, e busca verificar a apresentação ou não de propostas concentradoras por parte dos deputados. Neste caso, o Executivo sai do foco da análise, e permanece apenas o parlamentar individualmente, restando a instituição Legislativo apenas como contexto de análise.

Assim como Lemos (2001), Ricci (2003) também estuda o conteúdo da produção legislativa brasileira, ao categorizar e medir o grau de concentração das propostas apresentadas. No entanto, o autor escolhe o caminho intermediário, filtrando do conjunto das propostas apenas aquelas que tiveram sua tramitação finalizada, ou seja, as que foram sancionadas, vetadas ou rejeitadas terminativamente. Ao não confirmar sua hipótese de pesquisa, Ricci comenta sobre a eventual escolha da abordagem mais ampla:

Para quem continuar em busca das evidências da conexão eleitoral na produção legislativa do congressista, resta apegar-se ao estudo das propostas nunca debatidas ou sobre as quais não houve deliberação final. Isto significa defender a perspectiva de um mero comprometimento simbólico, por parte dos políticos, com o processo decisório. Ou seja, o candidato eleito deve poder mostrar serviço uma vez feito parlamentar. A apresentação de propostas de leis sinalizaria nessa direção, independentemente dos resultados alcançados. Embora esta linha de pesquisa seja realista, uma vez confirmada, apontaria para uma conexão eleitoral baseada em “propostas-bandeiras”, isto é, para uma negação (na teoria e na prática) de si mesma, já que a conexão, no caso, viria a se realizar por meio da distribuição de benefícios simbólicos e não reais. (RICCI, 2003, p. 725).

Apesar da argumentação trazida por Ricci (2003), é possível entender que a melhor abordagem para o estudo da produção legislativa sob a ótica do distributivismo seria a versão mais ampla, que considera o universo de propostas apresentadas (ainda que presente outro tipo de recorte, de caráter temático ou entre os diferentes tipos de proposições). Mesmo reconhecendo a validade dos outros modelos, eles apresentam basicamente dois dificultadores.

Em primeiro lugar, é sabido que a tramitação de uma proposição legislativa de autoria de um parlamentar, e mais ainda, a sua aprovação final, ainda que seja sua máxima prioridade, depende de outras variáveis que extrapolam o seu poder de ação, tais como: a ocupação de espaços de poder por seu partido nas comissões permanentes, o tamanho da bancada ou mesmo a sua coesão ideológica (VERONEZE, 2016).

Ao se considerar a preponderância do Executivo sobre o Legislativo (Figueiredo e Limongi, 1995), o resultado é ainda mais difícil. Lemos (2001), por exemplo, afirma que apenas 36 das 817 propostas analisadas em seu estudo foram sancionadas pelo presidente sem vetos, o que corresponde a 4,53% do total (LEMOS, 2001, p. 588-589).

A tramitação e aprovação de propostas é, portanto, um problema de ação coletiva, e não individual. Dessa forma, ao analisarmos apenas as propostas que tiveram sua tramitação encerrada, não temos mais em jogo apenas as vontades e preferências do parlamentar, mas sim, de todos os atores envolvidos, tais como: relatores, comissões, mesa diretora, presidentes, líderes partidários, etc.

A segunda dificuldade é de ordem prática: o universo de propostas aprovadas é infinitamente menor que o de propostas apresentadas, o que é esperado. Entretanto, isso pode ser um empecilho na generalização de um determinado dado, uma vez que poucas observações de um fenômeno podem não ter a relevância estatística necessária.

Por fim, cabe salientar que, mesmo que muitas propostas possam ser interpretadas como “bandeiras”, ou seja, sinalizações ao eleitorado de que está atendendo às suas reivindicações, ele se verá compelido a lutar por suas proposições, uma vez que num sistema eleitoral proporcional, muitas vezes o eleitor não tem apenas um, mas alguns deputados que os representam. Além disso, não podemos esquecer que apesar dos deputados agirem conforme suas preferências individuais, nem todos logram êxito em seus objetivos. Segundo Campos (2018), nas eleições de 2018, por exemplo, apenas 60% dos deputados que disputaram a reeleição conseguiram retornar para a Câmara Federal.

3.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOB A ÓTICA DISTRIBUTIVISTA

Uma parte dos estudos sobre a produção legislativa no Brasil é baseada no modelo distributivista e, portanto, tem como hipótese a utilização do processo legiferante pelos parlamentares como canal de distribuição de benefícios concentrados em suas bases eleitorais, com custos difusos para a toda a sociedade. Esses estudos, no geral, classificam em diferentes níveis de abrangência as propostas apresentadas, ou mesmo votadas pelos parlamentares, e buscam a partir daí verificar ou não a presença de um caráter majoritariamente concentrador no universo de

propostas analisadas, ou seja, se o conjunto dos parlamentares legisla mais para suas bases eleitorais do que para a população como um todo.

O estudo de Lemos (2001), por exemplo, tem como hipótese central a predominância – entendida pela autora como a maioria simples - de “propostas que distribuem benefícios concentrados e custos difusos, em detrimento de propostas que auferem benefícios difusos”. Em suas hipóteses subsidiárias a autora investiga se “a apresentação de propostas concentradoras independente da afiliação partidária” ou “da origem regional dos proponentes” (LEMOS, 2001, p. 570).

Para subsidiar sua análise, a autora classifica as proposições em duas dimensões, forma e escopo. Em relação à forma, ela divide a ação legislativa entre “regulação (da economia ou das próprias regras procedimentais)” e “transferência de renda, patrimônio ou recursos da União para o benefício de grupos, regiões e empresas” (LEMOS, 2001, p. 571). Já relacionado ao escopo, separa as proposições entre “concentradas ou difusas”:

No primeiro caso, concederão privilégios financeiros, patrimoniais ou de status exclusivamente a um indivíduo, grupo, empresa ou localidade geográfica. No segundo caso, as leis não farão referência direta a indivíduos, empresas, grupos ou localidades—ou, quando o fizerem, terão em vista atenuar condições adversas econômicas ou naturais —, concedendo assim benefícios difusos. (LEMOS, 2001, p. 571).

Após a análise dos dados, Lemos (2001) viu sua hipótese principal refutada, já que dentre as propostas apresentadas nas áreas de educação e saúde entre 1988 e 1994, as de caráter concentrador não eram a maior parte, mas sim as propostas difusoras de benefícios, que chegavam a quase 60%. A autora então elenca uma série de fatores que poderiam explicar o resultado obtido. A primeira delas seria a existência de “preferências potenciais” por parte dos eleitores, que seriam aquelas capazes de influenciá-los no momento da votação mesmo sem estarem vinculadas a um ganho específico (LEMOS, 2001, p. 575). Outras explicações possíveis seriam:

a) a maior parte das propostas não ameaça a reeleição; b) a preponderância de propostas difusoras está ligada não à racionalidade instrumental, mas a valores compartilhados sobre políticas ideais para a sociedade como um todo; c) a reeleição depende da percepção do eleitorado sobre o desempenho do parlamentar. Esta percepção não precisa necessariamente estar ligada a um ganho individual. Ganhos coletivos, independentemente de localização geográfica ou pertencimento a um grupo específico, podem ser mais desejáveis do que ganhos

individuais...d) a apresentação de propostas tem pouca influência no cálculo do eleitor. Como a falta de interesse do cidadão não ameaça a reeleição, os parlamentares têm uma margem maior de liberdade para atuar na arena propositiva, podendo apresentar propostas de cunho difuso...e) a apresentação de propostas não implica sua aprovação ou implementação. Assim, os parlamentares apresentam propostas difusoras para tomar posição e construir um estereótipo que possa corresponder ao ideal de representante do eleitor, mesmo sabendo que as propostas podem não ser aprovadas ou implementadas. (LEMOS, 2001, p. 575).

Em suas considerações finais, Lemos (2001) acaba por relativizar o papel da atividade legiferante entre as preferidas pelos parlamentares na distribuição de recursos visando ganhos eleitorais:

Vendo-se o Legislativo isoladamente e não em suas relações com o Executivo, colocou-se aqui, diversas vezes, que talvez a atividade parlamentar não seja tão homogênea como parece, muitas vezes, à opinião pública e mesmo a análises científicas. Tem-se, continuamente, ignorado certas idiosincrasias do processo legislativo brasileiro. Como se viu, a atividade legislativa é regulatória e difusora. Isso não quer dizer que o Legislativo não transfira ou concentre recursos, mas essas duas atividades podem estar centradas em outras arenas que não a propositiva. O Congresso, a despeito das críticas, e embora certamente abarque o paroquialismo, atua predominantemente no sentido de difundir benefícios e não de concentrá-los, pelo menos no que diz respeito às áreas de educação e saúde no período 1988-1994 e à atividade estritamente legiferante. Não se pode deixar de atribuir tais resultados às regras e aos procedimentos que restringem a atividade particularista, bem como a limitações na estrutura burocrática do Legislativo e à segmentação da atividade parlamentar, em diversas arenas. (LEMOS, 2001, p. 595).

Outro estudo relevante sobre a produção legislativa com foco no distributivismo é o de Ricci (2003), também já citado neste trabalho, que possui uma metodologia diferente de Lemos (2001), mas tem a mesma hipótese de pesquisa, de que o “conteúdo da legislação originária do Congresso é voltado para beneficiar e satisfazer interesses de grupos geograficamente circunscritos ao reduto eleitoral do parlamentar” (RICCI, 2003, p. 703).

O trabalho de Ricci (2003) estabelece ainda uma segunda hipótese, alternativa à primeira, na qual traz uma reflexão interessante sobre a provável influência, num sistema proporcional plurinominal, da magnitude⁵ e do número de eleitores dos distritos no comportamento dos

⁵ O termo magnitude neste trabalho se refere ao número de representantes eleitos em cada distrito

parlamentares⁶. Ele defende a existência de dois custos de investimento enfrentados pelo congressista: o “custo de informação”, que relaciona a dimensão do eleitorado com a dificuldade de contato direto entre representante e representado; e o “custo de competição”, que diz respeito ao aproveitamento de um determinado comprometimento legislativo por outros deputados do mesmo distrito. De acordo com o autor,

Ao sinalizar para os “seus” eleitores através da legislação ordinária, tratando-se de eleição proporcional e levando-se em conta os custos de investimento, é de se esperar que, à medida que aumentem a magnitude do distrito e a população nele residente, prevaleça uma prática distributiva que beneficie grupos amplos e espalhados sobre o território nacional, com vistas a capturar o maior número possível de eleitores. (RICCI, 2003, p. 704).

O autor ainda sugere um jogo de cooperação mútua entre os parlamentares e os grupos de interesse representados nacionalmente, como estratégia legislativa que incorreria em menores custos do que as políticas paroquiais tradicionais:

Essa perspectiva redimensiona o problema da ação coletiva, já que, mesmo que o parlamentar apoie medidas favoráveis a setores específicos espalhados pelo território nacional, o que vale é a competição dentro do próprio distrito eleitoral – no caso brasileiro, no âmbito estadual. Agindo dessa forma, o deputado torna-se uma espécie de representante de grupos de interesse específicos mais ou menos organizados na sociedade. Os grupos garantem uma base eleitoral em troca de decisões pontuais que os favoreçam. (RICCI, 2003, p. 705).

Mesmo com hipóteses alternativas, os dados levantados por Ricci (2003) - propostas legislativas sancionadas, vetadas totalmente ou rejeitadas entre 1991 e 2001 - não confirmam nenhuma delas. No conjunto total de propostas, 63,4% eram de caráter geral ou seccional, categorias consideradas pelo autor como propostas difusoras de benefícios. Além disso, não foi encontrada uma correspondência nos dados entre a magnitude dos distritos e diferentes comportamentos, uma vez que dentre 42 propostas de impacto local, apenas 7 foram apresentadas por parlamentares de distritos com o tamanho mínimo de 8 representantes (RICCI, 2003, p. 708-709).

⁶ Mostra-se relevante para o presente trabalho a introdução desse novo elemento trazido por Ricci (2003), uma vez que fatores característicos dos distritos, como magnitude e eleitorado, são perfeitamente aplicáveis no estudo da geografia do voto, de forma a complementar a análise dos diferentes padrões de votação já apresentados.

Observa-se, a priori, que os resultados obtidos por Lemos (2001), Ricci (2003), e outros estudos, vão na contramão do que reza a teoria, uma vez que demonstram que a maior parte da produção legislativa federal é de caráter universalista, e não localista. Na tentativa de justificar tais resultados, são levantadas diversas outras hipóteses de como a atividade legiferante pode ser analisada à luz do modelo distributivista, inclusive a da negação dessa possibilidade.

Além das questões relativas ao escopo dos dados, tratadas na seção anterior, o ideal talvez seja o reenquadramento das premissas, não das hipóteses, por dois motivos diferentes. Primeiramente, considerar a validade do modelo distributivista apenas quando observada a característica localista em mais de 50% das proposições, é o mesmo que esperar como comportamento ideal um equilíbrio perfeito entre as propostas universalistas e paroquialistas. Em outras palavras, um índice de 20% ou 30% de propostas localistas pode ser bastante, dependendo do que se considera desejável em termos de finalidade do processo legiferante. Em tese, o que se espera é que a imensa maioria de proposições tragam benefícios à toda a sociedade, e não apenas a localidades específicas. Um outro aspecto, baseado na teoria da escolha racional, é o fato de que muitas vezes os deputados tomam decisões legislativas que parecem subótimas aos olhos do observador, mas na verdade são ótimas ao se considerar os jogos em múltiplas arenas em que estão inseridos (TSEBELIS, 1998).

A outra premissa a ser revista, e não menos importante, é a procura de um comportamento generalista que represente todos os parlamentares, ou seja, querer-se definir como atua o parlamentar médio brasileiro, a mesma crítica feita por Carvalho (2003) sobre as conclusões de Ames (2003), conforme citado no capítulo anterior deste trabalho. Nesse sentido, a análise da produção legislativa associada à geografia do voto faz-se necessária: no lugar de se achar um padrão geral de produção legislativa, o foco é investigar se em determinados padrões geográficos de votação pode-se observar a apresentação de proposições com um maior caráter paroquialista ou universalista, a fim de corroborar a ligação existente entre a geografia do voto e o comportamento parlamentar sob a ótica distributivista.

4 METODOLOGIA

4.1 ESCOPO DA PESQUISA, DADOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Este trabalho analisa os dados referentes aos deputados federais eleitos em 2018, para a 56ª Legislatura, em dois momentos distintos: na eleição, considerando a distribuição dos votos recebidos por eles, e a partir daí, estudar a competição política em cada município e os padrões geográficos de distribuição de suas votações; e durante o primeiro ano de mandato, onde são analisadas as proposições legislativas por eles apresentadas e de forma acessória, os dados de votações nominais, para estudo de aspectos partidários.

Os dados referentes ao resultado do pleito eleitoral de 2018 foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais do TSE (BRASIL, 2021c), disponibilizados em formato *csv* (*comma-separated-values*), individualizados por estado, contendo o quantitativo de votos nominais de cada candidato por município e zona eleitoral.

Já os dados referentes às proposições e votações nominais dos deputados federais da 56ª Legislatura foram buscados no portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2021a), e baixados em formato *xlsx* (pasta de trabalho do Microsoft Excel), sendo considerado para fins de análise o período compreendido entre 2 de fevereiro de 2019 e 31 de janeiro de 2020, ou seja, o primeiro ano de mandato dos parlamentares.

O processamento dos dados foi realizado no software R, ambiente computacional especializado em manipulação, análise e visualização gráfica de dados. Utilizaram-se duas rotinas separadas, uma para a análise da geografia do voto e outra para a parte da análise de proposições⁷.

Para a vinculação entre os dois conjuntos de dados, de um lado a geografia do voto dos candidatos eleitos em 2018, e do outro, os deputados federais da 56ª legislatura, foi necessário um processamento manual, uma vez que uma grande quantidade de deputados apresenta um nome parlamentar diferente do utilizado na eleição.

Para a identificação de *outliers*, foi utilizada a técnica de Tau Thompson Modificada (GLEN, 2016), que foi aplicada separadamente nos dados relativos à produção legislativa total e de abrangência local.

⁷ O código fonte das rotinas utilizadas está disponível no endereço <https://github.com/livediego/geografiaEleitoral-producaoLegislativa>.

Para se verificar se houve diferença significativa entre as médias de produção legislativa, foi utilizado o Teste t de Student, com nível de confiança de 95%.

4.2 GEOGRAFIA DO VOTO: ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE VOTOS, CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA

Para o estudo da geografia do voto, foi utilizada metodologia similar à proposta por Carvalho (2003), nos seus dois recortes aqui analisados: investigação do grau de competição política nos municípios e análise dos diferentes padrões geográficos de distribuição de voto dos deputados eleitos.

No primeiro caso, foi medido o índice de aproveitamentos de votos de cada município, isto é, o percentual de votos conferidos a candidatos eleitos em cada um deles. Esse índice é utilizado para se analisar o mercado político municipal. Quanto maior o índice de aproveitamento de votos, menor competição eleitoral existe em um determinado município, e vice-versa. Em seguida, os índices municipais foram totalizados por unidades da federação e por região, e comparados com os dados de 1998 trazidos por Carvalho (2003).

Já na segunda perspectiva, ao se olhar sob o prisma individual dos candidatos eleitos, buscou-se medir a distribuição de suas frequências nos quatro padrões geográficos já estudados, baseados na combinação de duas variáveis calculadas: a concentração e a dominância.

A variável concentração (ou de forma inversa, a fragmentação), representa o número de municípios efetivos nos quais os deputados eleitos obtiveram votos, ou em outras palavras, quantos municípios foram decisivos para sua eleição⁸. Para cálculo dessa variável, foi usado o índice de fragmentação de Rae invertido, muito comum na literatura na determinação do número de partidos efetivos numa casa legislativa, por exemplo. Segundo Carvalho (2003), esse índice possui “larga tradição na literatura de ciência política e da geografia do voto no Brasil” (CARVALHO, 2003, p. 95). Vários trabalhos posteriores sobre a geografia eleitoral no Brasil adotam a mesma metodologia⁹. (SAUGO, 2007; LAGO, 2010, VIEIRA, 2012; BORGES et al.; 2016, FERREIRA, 2020).

⁸ Aqui são desconsiderados os efeitos dos votos em legenda e das coligações.

⁹ Existem outros índices na literatura utilizados para o cálculo da fragmentação, como o índice I de Moran (AMES, 2003; PIMENTA, 2017), índice G (AVELINO et al., 2011; GONÇALVES, 2016) e índice M (SOARES, 2018).

Segundo Borges et al. (2016), de acordo com o modelo, o índice de fragmentação F de um determinado candidato é dado pela fórmula:

$$F = \frac{1}{\sum_{i=1}^n C_i^2}$$

Na fórmula apresentada, n representa o total de municípios do estado e C_i a contribuição percentual do município i à votação total do candidato no estado.

A título de exemplo, um candidato hipotético que tenha tido 30% de seus votos em um determinado município, 20% em outro, 10% num terceiro, e os 40% restantes divididos igualmente entre outros 10 municípios, teria seu índice de fragmentação calculado da seguinte forma:

$$F = \frac{1}{0,3^2 + 0,2^2 + 0,1^2 + 10 \times 0,04^2} = \frac{1}{0,09 + 0,04 + 0,01 + 0,016} = \frac{1}{0,156} \cong 6,41$$

O referido candidato teria, portanto, uma votação com índice de fragmentação de 6,41, isto é, mesmo tendo recebido votos em 13 municípios, ele teria sido eleito efetivamente pela metade dos municípios.

A partir da aferição do índice de fragmentação de cada deputado eleito, é feito a segregação em dois grupos distintos: concentrados e fragmentados, utilizando para isso, a simplificação da tipologia estabelecida por Carvalho (2003)¹⁰, que de acordo com o autor, é “capaz de conferir significado político” aos valores encontrados. (CARVALHO, 2003, p. 96).

Segundo Lago (2010), a tipologia de Carvalho (2003) é uma evolução daquela “elaborada por Ames (2003), apenas dotada de um maior nível de especificação devido à utilização de critérios numéricos específicos para delimitação de cada uma das possibilidades de votação”. (LAGO, 2010, p. 95). O modelo estabelece que a divisão entre os dois grupos se dá com o valor de corte de 7 para o índice de fragmentação, que corresponde, por exemplo, a um deputado que obteve 35% de votos no primeiro município, e 77% nos dez primeiros. Dizemos, portanto, que a votação de um deputado é:

¹⁰ Carvalho estabelece quatro grupos distintos: concentração alta, concentração média, dispersão média e dispersão alta.

- Concentrada, se o índice de fragmentação for inferior a 7;
- Fragmentada, se o índice de fragmentação for 7 ou superior.

Assim como em Carvalho (2003), também se optou pela não normalização do índice segundo o padrão de distribuição do eleitorado nos diversos estados, já que segundo o autor, esse procedimento seria irrelevante para o resultado final, já que “o grau de correlação entre o índice bruto e o índice normalizado é de 0,99, ou seja, verifica-se correlação quase que perfeita entre ambos” (CARVALHO, 2003, p. 96).

A outra variável medida foi o nível de dominância dos deputados, ou seja, o peso de suas votações em relação a seus concorrentes em cada município onde tiveram votos. O conceito de dominância, a nível estadual, é dado por Ames (2003) como “a dominância média de cada candidato em todos os municípios do estado, ponderada pela percentagem da totalidade dos votos do candidato para a qual cada município contribui” (AMES, 2003, p. 65). O índice de dominância D de um determinado candidato, dessa forma, é descrito pela equação:

$$D = \sum_{i=1}^n \left(\frac{v_i}{p_i} \times \frac{v_i}{V} \right)$$

Na fórmula apresentada, n representa o total de municípios do estado, v_i o número de votos recebidos pelo deputado no município i , p_i o total de votos válidos para deputado federal no município i e V o número de votos recebidos pelo deputado em todo o estado. (CARVALHO, 2003, p. 100).

Em complemento ao exemplo hipotético anterior, caso o candidato tenha tido um percentual de votos em relação aos votos válidos de 10%, 20% e 60%, nos três municípios onde recebeu mais votos, respectivamente, e 5% nos demais, teria seu índice de dominância calculado da seguinte forma:

$$D = 0,1 \times 0,3 + 0,2 \times 0,2 + 0,6 \times 0,1 + 10 \times (0,05 \times 0,04) = 0,15 = 15\%$$

Nota-se que mesmo o candidato tendo uma votação expressiva em um dos municípios, ao receber 60% dos votos válidos, o seu índice de dominância no estado seria de 15%, uma vez que o referido município só contribuiria com 10% da votação total do candidato. Para ser eleito, portanto,

o candidato hipotético dependeria não só da localidade onde ele domina, mas também dos municípios maiores onde ele divide votos com outros candidatos.

Diferentemente de Carvalho (2003), que utilizou as 15 primeiras cidades mais votadas, como um *proxy* para o resultado esperado (provavelmente pela carência de recursos computacionais disponíveis à época), optou-se neste trabalho por considerar o conjunto total de municípios onde os deputados foram votados, permitindo um resultado mais fidedigno, já que análise recaiu sobre os todos os votos, espelhando, portanto, a situação real (CARVALHO, 2003, p. 100).

Uma vez calculado o índice de dominância de cada deputado, eles foram agrupados de acordo com sua posição em relação à média dos índices de dominância de todos os deputados eleitos, também seguindo uma versão simplificada da tipologia de Carvalho (2003)¹¹. Na eleição de 2018, os deputados receberam, em média, 11,35% dos votos disputados. Para esse caso, diz-se que um deputado possui votação:

- Dominante, se apresenta um índice de dominância igual ou superior a 11,35%;
- Compartilhada, se apresenta um índice de dominância inferior a 11,35%.

A partir da combinação das duas dimensões analisadas, foi possível classificar os deputados em quatro diferentes padrões espaciais de votação: concentrado/dominante (C/D), concentrado/compartilhado (C/C), fragmentado/dominante (F/D) e fragmentado/compartilhado (F/C). Uma vez categorizados, os dados foram agregados por estado, região e partido, e comparados entre si e também em relação aos valores obtidos em 1998.

4.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA TOTAL E DE ABRANGÊNCIA LOCAL

Passado o pleito eleitoral, o segundo momento a ser analisado foi o primeiro ano da 56^a Legislatura, a partir do qual foi realizado um levantamento da produção legislativa dos parlamentares, com dois recortes distintos: quantidade total de proposições e quantidade de proposições de abrangência local.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considera-se proposição “toda matéria sujeita à deliberação da Câmara” (BRASIL, 2021b, p. 50). Desse universo, foram

¹¹ Carvalho novamente estabelece quatro grupos distintos: sem dominância, baixa dominância, dominância média, dominância alta.

excluídas da análise todas as proposições acessórias, como emendas, pareceres, recursos e requerimentos, uma vez que esses tipos de proposição, além de carecerem de metadados que permitam uma análise sistemática, são voltados mais para a operacionalização do processo legislativo do que para a manifestação da vontade original dos parlamentares. Dessa forma, são consideradas apenas as proposições autônomas, ou seja, que não dependem da existência de outras proposições para serem apresentadas. Esse conjunto pode ser dividido em duas diferentes categorias:

- a) Proposições que podem se tornar normas jurídicas:
 - Projeto de Lei (PL)
 - Projeto de Lei Complementar (PLP)
 - Projeto de Decreto Legislativo (PDL)
 - Projeto de Resolução (PRC)
 - Proposta de Emenda à Constituição (PEC)
- b) Proposições de caráter fiscalizador:
 - Proposta de Fiscalização e Controle (PFC)
 - Requerimento de Informação (RIC)
 - Indicação (INC)

No que tange à iniciativa do processo legislativo, foram consideradas apenas as proposições de autoria individual dos deputados, ou seja, foram excluídas as proposições que possuíam autoria coletiva voluntária, para se evitar a sobreposição de informações, além de se preservar a manifesta vontade de cada parlamentar isoladamente, permitindo uma melhor análise à luz da escolha racional. No caso das PECs, foi considerado como autor o seu primeiro signatário, uma vez que a subscrição coletiva de a “terça parte, no mínimo, dos Deputados” é obrigatória e tem caráter de mero apoio¹². (BRASIL, 2021b, p. 72).

Já em relação à escolha do primeiro ano da legislatura, isso se justifica não só pelo fato de a legislatura em análise ainda estar em andamento, mas pela alta representatividade dos dados, já que é nesse período que os deputados mais apresentam seus projetos, como forma de atender rapidamente aos anseios de seu eleitorado. Por outro lado, essa escolha isolada não seria adequada caso o objetivo fosse captar possíveis mudanças de comportamento legislativo dos deputados ao

¹²A decisão sobre a Questão de Ordem 175/2007 tem o mesmo entendimento, e aplica apenas ao primeiro signatário de PEC os impedimentos de função regimentais impostos aos autores de proposições.

longo do mandato, seja na busca de ampliação de seu eleitorado (para assegurar reeleição) ou por adaptação ao cenário institucional do Poder Legislativo e da relação de seu partido com o Poder Executivo.

A partir dos filtros tipo de proposição, autoria e data de apresentação, chegou-se ao conjunto total de proposições de cada parlamentar. O próximo passo é filtrar, desse conjunto, os que possuem baixo nível de agregação, que têm como objetivo gerar efeitos benéficos para as clientelas eleitorais dos parlamentares. (AMORIM NETO e SANTOS, 2003, p. 666).

Dos cinco níveis de agregação estabelecidos por Taylor-Robinson e Diaz (1999), este trabalho analisou as proposições com o nível local de agregação, os quais, ao lado das proposições de caráter individual, nas palavras dos autores, “*should enhance the caudillo status (political boss or local strong man status) of the deputy in his or her local bailiwick and possibly help deputies in marginal legislatures get reelected*”¹³. (TAYLOR-ROBINSON e DIAZ, 1999, p. 601). Os autores da tipologia apresentam ainda exemplos de projetos que estariam inseridos nessa definição: “*establishing a school or a court in a town; financing the repair of a road between two towns or a potable water system or grain storage facility for a town; raising the official status of a town to a municipality*”¹⁴ (TAYLOR-ROBINSON e DIAZ, 1999, p. 617).

De acordo com Amorim Neto e Santos (2003), que também utilizam a mesma tipologia, “um projeto de lei de nível local de agregação é aquele que tem por objeto um único município, ou um pequeno número deles, mas não a totalidade dos municípios de um estado, região ou país” (AMORIM NETO e SANTOS, 2003, p. 666).

Mesmo com definições claras e exemplos, esses e outros trabalhos que investigam proposições com baixo nível de agregação, tais como Lemos (2001), Ricci (2003) e Sabbag (2017) não estabelecem critérios objetivos que subsidiem o processo de classificação em si, denotando que as proposições são analisadas uma a uma, o que pode implicar em erros de julgamento e muitas vezes num grande esforço operacional, principalmente ao se analisar o conjunto amplo de proposições apresentadas. A fim de sanar essas questões, este trabalho utiliza uma categorização

¹³ Tais atividades devem aumentar o status de caudilho (chefe político ou status de homem forte local) do deputado no seu reduto local e possivelmente ajudar os deputados em assembleias com baixo poder legiferantes a serem reeleitos (tradução livre do autor).

¹⁴ Construir uma escola ou tribunal em uma cidade; financiar a reforma de uma estrada entre duas cidades ou um sistema de água potável ou depósito de grãos para uma cidade; elevar o status oficial de uma cidade a município (tradução livre do autor).

sistemática, filtrando as proposições que contenham em sua ementa as seguintes expressões-chave, capazes de apontar a existência um ou mais destinatários localmente identificados:

- “o município ”;
- “ município de ”;
- “ distrito de ”;
- “ cidade de ”;
- “ municípios de ”,
- “ distritos de ”;
- “ cidades de ”.

As expressões escolhidas foram testadas tanto isoladamente quanto em conjunto, a fim de que os resultados representassem fielmente o conjunto de proposições de abrangência local.¹⁵ Vale salientar a utilização da proposição “de” na maior parte dos casos, que objetivou eliminar dos resultados as proposições com políticas públicas voltadas para municípios em geral.

Uma vez levantados, os dados de produção legislativa, tanto o conjunto total de proposições, quanto as proposições de abrangência local, foram agrupados por partido, estado e região, e confrontados com variáveis como: padrão geográfico de votação (concentração e dominância) de cada autor; posição no espectro político-ideológico e alinhamento ao governo de seus partidos; e por fim, magnitude (número de cadeiras) e tamanho do eleitorado dos estados que eles representam.

4.4 POSIÇÃO IDEOLÓGICA E ALINHAMENTO AO GOVERNO

Dois diferentes recortes utilizados por este trabalho na análise da produção legislativa estão relacionados ao partido de cada autor: a sua posição no espectro ideológico – esquerda, centro ou direita – e o seu alinhamento ao governo federal – situação ou oposição.

De acordo com Jorge et. al (2020), há na literatura brasileira diversos aspectos que podem ser analisados para se categorizar a ideologia de um determinado partido, tais como: a opinião de parlamentares, eleitores ou especialistas; discursos ou programas de governo; votações nominais em temas estratégicos de separação direita-esquerda; projetos de lei e políticas públicas que

¹⁵ É possível consultar a lista de proposições de caráter localista gerada a partir dos critérios escolhidos em planilha disponibilizada no endereço <https://github.com/livediego/geografiaEleitoral-producaoLegislativa>.

apresentam; composição social do partido. Bolognesi et. al (2020) cita também outros fatores relacionados ao pleito eleitoral como as alianças e composições eleitorais ou mesmo quem são os seus financiadores de campanha.

Entretanto, além das limitações características de boa parte dessas classificações, que são “quase sempre realizadas para partidos europeus ou americanos e desconsideram as especificidades do Brasil” (BOLOGNESI et al., 2020, p. 1), existem outros dificultadores, ou de ordem prática, como o grande número de partidos existentes no país (MACIEL, 2018; JORGE et. al, 2020), ou de caráter conceitual, como a complexidade da dicotomia teórica direita-esquerda, tanto relacionada a “distinções clássicas quanto a emergência de ‘novos’ temas relacionados à dicotomia” (SCHEEFFER, 2018, p. 170). A própria definição de “centro ideológico” não é exata, sendo atribuída a “aqueles que mesclam posições ora mais à direita, ora mais à esquerda, sem que ocorra o domínio de uma visão de mundo sobre a outra” (BOLOGNESI et. al, 2020, p. 1).

Somado a esses fatores, as recentes mudanças de governo e de composições de forças no Legislativo brasileiro tornam ainda mais difícil a utilização de resultados de trabalhos já consolidados sobre o tema, tendo em vista a heterogeneidade que eles apresentam, como por exemplo a variação do PSDB entre esquerda e direita ao longo do tempo (JORGE et. al, 2020) e o fato do partido Rede Sustentabilidade ter sido considerado recentemente como de centro por Bolognesi et. al (2020), o que não se coaduna com a realidade do partido no âmbito da Câmara dos Deputados na atual Legislatura.

A fim de evitar possíveis incongruências, este trabalho adota, portanto, um modelo próprio de categorização, cujos resultados se mostraram bem consistentes, tanto na definição clara dos grupos de dados quanto em relação à prática observada no Parlamento. O método considera a análise dos votos de cada deputado em todas as votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados durante o ano de 2019, em comparação às orientações de determinadas lideranças.

Como parâmetro de posição ideológica, foi considerada a orientação da Liderança do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, o partido mais à esquerda do espectro ideológico, um ponto em comum entre as pesquisas mais recentes (MACIEL, 2018; BOLOGNESI et. al, 2020; JORGE et. al, 2020).

Como parâmetro de alinhamento ao governo, foi considerada a orientação da Liderança do Governo, uma vez que é o órgão da Câmara dos Deputados que oficialmente defende seus

interesses, sendo inclusive seu Líder indicado pelo próprio Presidente da República (BRASIL, 2021b, p. 95).

Dessa forma, define-se como alinhamento à esquerda o percentual de vezes em que o voto do parlamentar foi igual à orientação do PSOL, e alinhamento ao governo o percentual de vezes em que o parlamentar seguiu a orientação do Governo. O alinhamento à esquerda e ao governo, de cada partido, será a média dos percentuais de todos os seus membros, em cada um dos casos. A partir do agrupamento dos resultados obtidos, é possível categorizar a ideologia (esquerda, centro e direita) e o alinhamento ao governo (governo, oposição) de cada partido.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 COMPETIÇÃO ELEITORAL: ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE VOTOS

Os primeiros resultados obtidos tratam do índice de aproveitamento do voto nos municípios. É interessante observar a variação desse índice nos diversos municípios brasileiros. O município de Palestina do Pará (PA) é o que possui o menor aproveitamento de votos do Brasil, com apenas 4,8% de votos conferidos a candidatos eleitos, apenas 191 votos. No outro extremo, o município de Jataúba (PE), aproveitou 97% de sua votação, o equivalente a 8.943 votos. Entre as cidades com mais de 200.000 habitantes, destacam-se Blumenau (SC), com apenas 12,4%, ou 20.640 votos em eleitos, e Mogi das Cruzes (SP), com um aproveitamento de 77,2%, o equivalente a 146.831 votos.

Já no âmbito das UFs, observamos uma variação de 42,5%, no Espírito Santo, até 75,1%, em Alagoas. A Tabela 1 mostra a média de cada estado e do Distrito Federal.

Analisando a Tabela 1, notamos que dentre os 13 estados que superaram a média nacional, de 64%, oito são da região Nordeste, inclusive os cinco primeiros, os quais também estão entre as 10 unidades da federação com o menor índice IDHM, de acordo com última pesquisa realizada em 2017 por Brasil (2020), cujos dados gerais estão disponíveis na Tabela 1 no Anexo A.

No extremo oposto, estados como Espírito Santo e Santa Catarina, e o Distrito Federal, cujo aproveitamento de votos é um dos cinco menores, estão entre as 10 primeiras posições no ranking do IDHM. Os resultados obtidos corroboram o esperado pela literatura, uma vez que Carvalho (2003) e mais recentemente Ferreira (2020) mostram forte correlação negativa entre IDHM (ou IDH, utilizado por Carvalho) – e aproveitamento de votos. Ou seja, os autores inferem que localidades com níveis socioeconômicos mais baixos produzem maior índice de votos em candidatos eleitos e, portanto, menores níveis de competição eleitoral.

Interessante observar, por outro lado, que estados que não ocupam as primeiras posições do ranking, como Acre (20^a), Rondônia (18^a), Amapá (13^a) e Roraima (11^a), ainda assim possuem baixos índices de aproveitamento de votos, com disputas mais acirradas. Isso pode ser explicado pelo reduzido número de cadeiras desses estados, apenas oito, o que combinado com regras eleitorais genéricas, podem levar a um aumento natural na competição, tendo em vista a um alto índice de candidatos disputando cada vaga.

Tabela 1 – Índice de aproveitamento de votos por UF (2018)

Região	UF	Índice de Aproveitamento de Votos
Nordeste	AL	75,1%
Nordeste	BA	74,4%
Nordeste	PE	74,3%
Nordeste	PB	71,5%
Nordeste	PI	71,1%
Sul	RS	69,7%
Nordeste	CE	69,2%
Nordeste	MA	67,9%
Norte	TO	67,5%
Centro-Oeste	GO	66,9%
Norte	PA	65,5%
Nordeste	SE	65,2%
Sul	PR	64,5%
Sudeste	MG	63,5%
Sudeste	SP	62,3%
Norte	AM	59,2%
Centro-Oeste	MS	56,3%
Nordeste	RN	53,4%
Sudeste	RJ	51,5%
Norte	RR	51,3%
Centro-Oeste	MT	48,4%
Norte	AP	46,2%
Norte	RO	44,9%
Sul	SC	44,8%
Centro-Oeste	DF	43,4%
Norte	AC	43,3%
Sudeste	ES	42,5%
Brasil		64,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A Tabela 2 traz os dados de aproveitamento de votos consolidados por região, o que complementa a análise dos dados apresentados pela Tabela 1. No ranking do aproveitamento de votos, a região Nordeste permanece em primeiro, com 70%. Ao compararmos com os dados de 1998, trazidos por Carvalho, há uma redução de 11 pontos percentuais, compreendendo uma melhora em termos absolutos no nível de competição eleitoral.

Já as regiões Sul, Sudeste e Norte se aproximam da média nacional e também do resultado obtido há duas décadas, com 62%, 61% e 61%, respectivamente. Já na região Centro-Oeste, observa-se um índice de 59%, um decréscimo de 12%, o que fez a região ocupar o posto de mais competitiva. Talvez isso possa ser efeito dos 43,4% do Distrito Federal, uma vez que essa unidade da federação não foi considerada por Carvalho, mas inclusa neste trabalho (apenas nessa fase). É

sabido que as oito cadeiras do DF são umas das mais disputadas de todo o país. Ainda assim, o índice do Centro-Oeste se aproxima bastante da média do país.

Tabela 2 – Índice de aproveitamento de votos por região (1998 e 2018)

Região	2018	1998
Nordeste	70%	81%
Sul	62%	58%
Sudeste	61%	64%
Norte	61%	64%
Centro-Oeste	59%	71%
Brasil	64%	-¹⁶

Fonte: 2018: Elaboração própria a partir de dados do TSE; 1998: Carvalho (2003, p. 88).

Os resultados obtidos nessa primeira fase mostram uma disparidade grande entre o Nordeste e o restante do país, em relação ao nível de competição eleitoral, traduzido pelo índice de aproveitamento de votos. Ainda que tenha havido uma redução no índice em relação a 1998, ele ainda permanece bem acima das outras regiões do país. Além disso, quando se analisa o contexto político geral da região, que teve sete governadores eleitos em primeiro turno (BRASIL, 2018), nota-se que a situação pouco mudou em relação a vinte anos atrás, ou seja, ainda existe uma baixíssima competitividade nos municípios nordestinos.

O domínio do poder oligárquico no mercado político nordestino, segundo Monteiro e Júnior (2019) ainda bastante presente nos dias atuais, pode estar relacionado a essa pouca competição, uma vez que famílias já conhecidas se perpetuam no poder, dominando não só o eleitorado, mas também os cargos de direção partidária, o que dificulta a entrada de novos nomes na política.

Outro ponto interessante é a estabilidade, ainda que relativa, dos índices de aproveitamento de votos nesses vinte anos. Das cinco regiões apenas duas tiveram mudanças consideráveis nos seus índices. Esse resultado é diferente do obtido por Carvalho, que observou uma estabilidade das cinco regiões. Deve se levar em conta, no entanto, que ele analisou eleições muito próximas, e que a mudança nesse processo está intimamente ligada à maturidade do processo democrático, o que não acontece tão rapidamente.

¹⁶ Carvalho não apresenta a média nacional referente a 1998.

5.2 PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DOS DEPUTADOS

O segundo conjunto de resultados a ser analisado é o que traz o padrão de concentração/dominância dos votos dos deputados eleitos. Na Tabela 1, do Apêndice A, é possível verificar os índices de fragmentação e dominância de cada parlamentar, agrupados por padrão geográfico. A partir dessa tabela, os dados foram agregados por UF, Região e partido, e foi calculada a frequência de deputados em cada um dos grupos.

A Tabela 3 traz a distribuição desses valores por todas as unidades da federação, com exceção do Distrito Federal, já que este tem uma característica especial: possui apenas um município, que se confunde com a própria UF. Dessa forma, seria impossível medir os índices de fragmentação e dominância, a não ser que fosse usado outra unidade de medida, como zona eleitoral ou região administrativa. Ainda assim, seria uma medida diferente do restante dos estados, o que poderia gerar distorções na comparação. Por isso, optou-se por retirar o DF do conjunto de dados.

Analisando os dados da Tabela 3, observamos uma variação muito grande nos padrões de concentração/dominância nos diversos estados brasileiros, o que pode ser reflexo não só de suas condições demográficas heterogêneas, mas também da escolha de diferentes estratégias de campanha de acordo com um mercado político mais ou menos competitivo, conforme visto anteriormente.

No padrão concentrado/dominante, o estado com maior percentual é o Acre, com 37,5%, um valor quase quatro vezes maior que a média nacional. Ainda assim, não é o seu padrão predominante, uma vez que os votos concentrados/compartilhados correspondem a 50% dos seus candidatos. Ou seja, nota-se que o Acre possui uma grande concentração de votos, o que é intuitivo, tendo em vista se tratar de um estado com dimensões geográficas reduzidas, o que implica número bem menor de municípios, além de ter uma densidade populacional bem mais elevada nos grandes centros, como Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

No padrão concentrado/compartilhado, por sua vez, outro pequeno estado surpreende pelos seus resultados: o Amapá, com 100% das cadeiras ocupadas por deputados com esse perfil. É, portanto, o estado com a mais acirrada disputa eleitoral, o que é confirmado pelos dados de votação, com uma média de 12% de diferença de votos entre cada um dos oito deputados e seu subsequente no ranking de votação.

Tabela 3 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada estado (2018)

UF	C/D	C/C	F/D	F/C
AC	37.5%	50.0%	0%	12.5%
AL	11.1%	11.1%	66.7%	11.1%
AM	25.0%	37.5%	37.5%	0%
AP	0%	100.0%	0%	0%
BA	7.7%	10.3%	59.0%	23.1%
CE	4.5%	18.2%	54.5%	22.7%
ES	20.0%	10.0%	50.0%	20.0%
GO	11.8%	17.6%	41.2%	29.4%
MA	5.6%	0%	66.7%	27.8%
MG	9.4%	9.4%	41.5%	39.6%
MS	25.0%	25.0%	12.5%	37.5%
MT	25.0%	0%	50.0%	25.0%
PA	5.9%	11.8%	35.3%	47.1%
PB	8.3%	0%	75.0%	16.7%
PE	8.0%	8.0%	52.0%	32.0%
PI	10.0%	0%	90.0%	0%
PR	16.7%	16.7%	30.0%	36.7%
RJ	6.5%	65.2%	6.5%	21.7%
RN	0%	25.0%	62.5%	12.5%
RO	25.0%	37.5%	12.5%	25.0%
RR	12.5%	75.0%	0%	12.5%
RS	3.2%	3.2%	22.6%	71.0%
SC	6.2%	12.5%	50.0%	31.2%
SE	12.5%	0%	75.0%	12.5%
SP	10.0%	30.0%	2.9%	57.1%
TO	12.5%	0%	62.5%	25.0%
Brasil	10,1%	21,6%	35,2%	33,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No outro extremo está o padrão fragmentado/dominante, no qual os deputados do Piauí têm a predominância, com 90% de suas 10 cadeiras. O deputado se enquadra no perfil dominante, porém concentrado em poucos municípios. Traduz-se assim, no estado com o menor nível de competição eleitoral, uma vez que todos os deputados eleitos dominam seus eleitorados, a imensa maioria em vários municípios.

Por último, o padrão fragmentado/compartilhado é característico do estado do Rio Grande do Sul, com 71% de seus deputados nessa categoria. O segundo grupo é de deputados com votos fragmentados/dominantes, com 23%. A fragmentação, portanto, é uma característica marcante desse estado.

Subindo um nível na geografia, a Tabela 4 mostra a distribuição de frequências entre os padrões observados por região geográfica, além de revelar o padrão característico de cada região, que corresponde ao conjunto de valores observados acima da média nacional.

Tabela 4 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada região (2018)

Região	C/D	C/C	F/D	F/C	Padrão Característico
Norte	15%	40%	23%	22%	CONCENTRADO
Nordeste	7%	9%	63%	21%	F/D
Centro-Oeste	18%	15%	36%	30%	DOMINANTE
Sudeste	9%	32%	18%	41%	COMPARTILHADO
Sul	9%	10%	31%	49%	F/C
Brasil	10%	22%	35%	33%	FRAGMENTADO

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os dados da Tabela 4 mostram uma grande discrepância entre as regiões brasileiras, assim como se observou nos estados. Somente duas regiões possuem um padrão único característico, quais sejam: o Nordeste, 63% fragmentado e dominante; e o Sul, 49% fragmentado e compartilhado, padrões correspondentes aos seus estados mais representativos, Piauí, e Rio Grande do Sul, respectivamente, conforme visto anteriormente.

As outras regiões apresentaram padrões característicos mistos, com dois padrões de concentração/dominância acima da média nacional.

Os dados do Norte, por exemplo, mostram um perfil concentrado, uma vez que 40% de seus deputados possuem padrão concentrado/compartilhado, porém 15% possuem padrão concentrado/dominante, acima da média nacional de 10%.

Já a região Centro-Oeste se caracteriza pelo padrão dominante, uma vez que 36% do seu conjunto está no padrão fragmentado/dominante e 18% no padrão concentrado/dominante, ambos os valores superiores à média nacional, ainda que em graus distintos.

A Região Sudeste, por outro lado, mostra-se compartilhadora, com 41% fragmentados/compartilhados e 32% concentrados/compartilhados, ambos os valores destoando do âmbito nacional.

Quando consideramos os dados do país de forma geral, temos como característica principal a fragmentação de votos, representando mais de dois terços do total, 35% no padrão fragmentado/dominante e 33% fragmentado/compartilhado.

Essas diferentes nuances entre as regiões brasileiras são resumidas de forma qualitativa, pela Tabela 5, que elenca as regiões de cada grupo característico, a partir de dois recortes: o padrão comparado, que leva em conta a frequência do padrão que mais se afasta da média nacional, e o padrão mais frequente, determinado pela característica mais verificada no seu próprio conjunto.

Tabela 5 – Padrão geográfico de votos característico de cada região (2018)

Região	Padrão comparado	Padrão mais frequente
Norte	C/C	C/C
Nordeste	F/D	F/D
Centro-Oeste	C/D	F/D
Sudeste	C/C	F/C
Sul	F/C	F/C

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os dados da Tabela 5 repetem o observado na Tabela 4, e levam a definição dos seguintes perfis de votação de cada região:

- Norte, de padrão concentrado/compartilhado, caracterizado por estados com um pequeno número de municípios, constrictos geograficamente (com exceção do Pará), e uma grande competitividade eleitoral;
- Nordeste, de padrão fragmentado/dominante, marcado pela preponderância de políticos de carreira no executivo estadual ou vinculados a tradicionais famílias oligárquicas;
- Centro-Oeste, de padrão dominante, tanto fragmentado quanto concentrado, também fruto de um grande eleitorado nas áreas rurais e de distritos informais mais claros, com uma baixa concorrência e uma maior propensão a deputados mais paroquialistas;
- Sudeste, de padrão compartilhado, tanto fragmentado quanto concentrado, o que sugere a preponderância de políticos de opinião e adeptos de práticas universalistas, tanto nos grandes centros urbanos quanto em todo o estado;
- Sul, de padrão fragmentado e compartilhado, caracterizado por deputados mais universalistas, porém com votos espalhados por todo o estado.

Outro recorte interessante é a divisão de padrões por partido político dos deputados eleitos. Intuitivamente, espera-se uma variação considerável, tendo em vista a nossa realidade pluripartidária. A Tabela 6 ilustra bem essa situação.

Tabela 6 – Percentual de deputados federais por padrão geográfico em cada partido (2018)

Partido	Bancada	C/D	C/C	F/D	F/C
PT	55	5%	18%	31%	45%
PSL	52	8%	40%	10%	42%
PP	36	6%	8%	58%	28%
MDB	34	9%	6%	71%	15%
PSD	34	6%	12%	50%	32%
PR	32	6%	16%	47%	31%
PSB	32	13%	22%	44%	22%
PRB	29	3%	34%	24%	38%
PSDB	29	21%	14%	34%	31%
DEM	28	7%	21%	43%	29%
PDT	28	18%	14%	32%	36%
SOLIDARIEDADE	13	8%	23%	31%	38%
PODE	11	9%	9%	18%	64%
PTB	10	10%	0%	60%	30%
PSOL	10	10%	90%	0%	0%
PC do B	9	0%	33%	33%	33%
PSC	8	0%	25%	50%	25%
NOVO	8	0%	63%	13%	25%
PROS	8	25%	38%	0%	38%
PPS	7	14%	43%	14%	29%
AVANTE	7	43%	29%	0%	29%
PHS	6	33%	17%	0%	50%
PATRI	5	20%	0%	20%	60%
PMN	3	67%	0%	0%	33%
PRP	3	33%	0%	33%	33%
PV	3	0%	33%	33%	33%
PTC	2	0%	0%	100%	0%
DC	1	0%	0%	0%	100%
PPL	1	0%	0%	100%	0%
REDE	1	100%	0%	0%	0%
Total	505	10%	22%	35%	33%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os dados obtidos realmente espelham diferentes padrões e intensidades no conjunto dos trinta partidos que conseguiram cadeiras na Câmara dos Deputados. Mais uma vez, merecem relevo os casos extremos observados em cada padrão, com exceção dos partidos que tiveram pouquíssimos votos, nos quais obviamente se observam percentuais muito altos nos seus indicadores.

No padrão concentrado/dominante, destaca-se o Avante, com 3 dos 7 dos deputados nessa categoria, o equivalente a 43%. Um dos três deputados é o Pastor Sargento Isidório, o mais votado do estado da Bahia, com 323.264 votos, ou 4,71% dos votos válidos, concentrados principalmente na capital Salvador e sua região metropolitana.

Já no padrão concentrado/compartilhado, lidera o PSOL, com uma frequência de 90%, entre seus 10 representantes. Isso evidencia o caráter ideológico do partido, com deputados eleitos somente nas grandes capitais, como Rio de Janeiro (4), São Paulo (3), Belo Horizonte (1) e Porto Alegre (1). O outro deputado, de padrão concentrado/dominante, é o Deputado Edmilson Rodrigues, que fora o mais votado do estado do Pará, com 184.042, ou 4,65% dos votos válidos, principalmente em Belém.

No padrão fragmentado/dominante, o partido mais relevante é o MDB, com 70,6%. Essa característica é notada em todas as regiões, o que se explica pela capilaridade que o MDB construiu historicamente, a maior entre os demais partidos brasileiros, com grande participação no executivo municipal e estadual em todo o país (MELO, 2013).

Por último, no padrão fragmentado/compartilhado, dos grandes partidos, se destaca o PT, que conseguiu a princípio a maior bancada da Câmara, e ainda se constitui num partido coeso e com forte identificação com seu eleitorado, e após 13 anos à frente do executivo federal, recebe votos espalhados por vários municípios, e não mais somente nos grandes centros urbanos (AMARAL, 2011).

A Tabela 7 traça um panorama qualitativo das diversas agremiações partidárias em relação aos padrões mais observados em cada uma delas. O resultado é apresentado na ordem decrescente de percentuais de cada partido dentro de cada dimensão.

Tabela 7 – Padrão geográfico de votos característico de cada partido (2018)

Padrão mais frequente			
C/D	C/C	F/D	F/C
REDE	PSOL	PTC	DC
PMN	NOVO	PPL	PODE
AVANTE	PPS	MDB	PATRI
PRP	PROS	PTB	PHS
	PC do B	PP	PT
	PV	PSD	PSL
		PSC	SOLIDARIEDADE
		PR	PRB
		PSB	PDT
		DEM	
		PSDB	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Quando se observa o conjunto dos partidos que formam os diferentes padrões, chega-se a conclusões interessantes. Primeiramente, o padrão concentrado/dominante é o mais frequente apenas em legendas que elegeram bancadas menores, como Rede (1), PMN (3), Avante (7) e PRP (3). Isso é esperado, uma vez que esse padrão é o menos observado no plano nacional.

Quando analisamos o padrão concentrado/compartilhado, observamos a sua maior ocorrência em partidos reconhecidamente ideológicos, como PSOL, PCdoB e PV, que possuem bases eleitorais nos grandes centros urbanos, ou partidos recém-criados, como NOVO e PROS, que ainda possuem uma baixa capilaridade e conseguem se eleger em localidades específicas.

O padrão fragmentado/dominante reflete um dado ainda mais interessante. Além de partidos tradicionais, como o MDB, PSDB e PSB, que possuem fortes bases eleitorais em diferentes estados, fazem parte desse conjunto, partidos como PTB, PP, PSD, PR, DEM, e PSC conhecidos como “Centrão”, o “grupo de partidos que, com diferentes composições, ocupou cargos e deu sustentação a governos de orientações ideológicas distintas desde a redemocratização” (TRUFFI e FRAZÃO, 2018, n.p.). Esse fato reforça a tese de que uma votação fragmentada e dominante é característica de políticos com trajetórias associadas a governos estaduais e federais, que de alguma forma trouxeram melhorias para seus redutos eleitorais.

Enfim, os partidos formadores do padrão fragmentado/compartilhado são aqueles alinhados com causas que permeiam toda a população, e não apenas as dos centros urbanos. O grupo é formado por partidos ligados a questões religiosas, como PHS, PRB e DC, ou a causas trabalhistas, como PT, PDT e SOLIDARIEDADE, além do Podemos, que apesar de novo, conseguiu receber deputados espalhados por todas as regiões do país.

Por último, cabe especial destaque o PSL, que a partir do “efeito Bolsonaro”, conseguiu uma votação expressiva em todo o Brasil, chegando a conquistar o posto de segunda maior bancada da Câmara Federal. Esse efeito impactou sobremaneira nos resultados da eleição de 2018, entretanto, no que tange à geografia do voto dos diversos partidos, o que se observa é a reafirmação do esperado pela teoria.

Na última análise a ser feita, a Tabela 8 fornece um comparativo das médias gerais de cada padrão observado na eleição de 2018 com os dados obtidos por Carvalho (2003), relativos às eleições de 1998 e 1994.

Tabela 8 – Percentual de deputados federais eleitos por padrão geográfico no Brasil (2018/1998/1994)

Região	C/D	C/C	F/D	F/C
Brasil (2018)	10%	22%	35%	33%
Brasil (1998)	16%	31%	35%	18%
Brasil (1994)	17%	29%	32%	21%

Fonte: 2018: Elaboração própria a partir de dados do TSE; 1994 e 1998: Carvalho (2003, p. 105).

A Tabela 8 indica que, a nível nacional, o padrão concentrado/dominante sofreu uma grande redução no seu percentual, entre 1998 e 2018, passando de 16% para somente 10%. Isso implica uma grave diminuição da característica distritável defendida por vários cientistas políticos, como Fleisher (1974), Indjaian (1981) e Dias (1991).

O padrão concentrado/compartilhado também sofre considerável redução, de 31% para 22%, passando da segunda para a terceira posição dentre os quatro. Isso é explicado pela mudança de configuração de partidos anteriormente ligados aos grandes centros urbanos, notadamente o PT, e que hoje conseguem abranger o interior dos estados.

Interessante observar que há uma migração conjunta dos dois padrões concentrados para o padrão fragmentado/compartilhado, uma vez que este aumentou 15 pontos percentuais em relação a 98. Além da maior capilaridade já referida anteriormente, isso se deve provavelmente às mudanças observadas no processo político ao longo desses vinte anos, desde um aumento no número de partidos até a evolução das regras eleitorais e dos meios de comunicação e informação.

Por outro lado, no que tange ao padrão fragmentado/dominante, nada mudou. Esse tipo de votação ainda é a mais frequente de todas, com 35% dos casos, o mesmo índice de 1998. Esse dado corrobora as outras análises feitas até aqui, mostrando que ainda existe um forte componente de oligarquização do poder político, principalmente na região Nordeste.

5.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA NO PRIMEIRO ANO DA 56ª LEGISLATURA

O passo final deste trabalho foi investigar a produção legislativa dos deputados eleitos em 2018, durante o primeiro ano de seus mandatos, período compreendido entre 2 de fevereiro de 2019 e 31 de janeiro de 2020. Após a análise inicial do conjunto total de proposições, o foco passa a ser as proposições de abrangência local, sempre tendo como base comparativa os dados sobre geografia do voto levantados anteriormente, além da agregação por UF, região e partido, e de informações adicionais como ideologia, alinhamento ao governo, magnitude e eleitorado.

Os dados gerais de produção legislativa para o período analisado, consideradas as proposições de autoria individual dos deputados eleitos, cujos tipos podem se tornar normas jurídicas (do tipo PL, PLP, PDL, PRC e PEC) ou as de caráter fiscalizador (PFC, RIC e INC), estão dispostos na Tabela 9.

Tabela 9 – Produção legislativa dos deputados eleitos por tipo de proposição (fev. /19 a jan. /20)

Tipo de proposição	Produção legislativa	%
PL	4.671	54,7%
INC	1.668	19,5%
RIC	1.518	17,8%
PDL	281	3,3%
PLP	163	1,9%
PRC	110	1,3%
PEC	87	1,0%
PFC	45	0,5%
Total	8.543	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Observa-se que os projetos de lei ordinária (PL) representam 54,7% do total, seguidos pelas propostas de indicação (INC), com 19,5%, e dos requerimentos de informação (RIC), com 17,8% do conjunto de proposições. As proposições menos frequentes foram as propostas de fiscalização e controle (PFC), com 0,5%, as propostas de emenda à Constituição (PEC), com 1% e os projetos de resolução (PRC), com 1,3% do total. Os projetos de lei complementar (PLP) e os projetos de decreto legislativo (PDL) também tiveram baixos índices em relação ao todo, com 1,9% e 3,3%, respectivamente. A média geral foi de 16,9 proposições apresentadas por parlamentar.

É natural que os projetos de lei ordinária sejam a grande maioria, uma vez que são a regra geral do processo legislativo constitucional, e que atendem a grande parte das demandas de mudança do nosso arcabouço legal. Outros pontos de incentivo aos PLs e que os diferem dos PLPs e PECs, por exemplo, são o quórum de votação de maioria simples (maioria de votos, presentes a maioria dos membros), e a tramitação mais célere, já que boa parte dos projetos são de caráter conclusivo, ou seja, dependem apenas da aprovação nas comissões temáticas, não enfrentando o grande filtro que é o plenário. Esses fatores acabam representando um menor custo de transação para que as proposições sejam aprovadas, e, portanto, a apresentação desse tipo de projeto se torna a escolha mais racional por parte dos parlamentares.

Os dados totais de produção legislativa de cada parlamentar e suas medidas estatísticas são apresentados no Apêndice A, nas Tabelas 2 e 3, respectivamente. O universo de 505 deputados federais titulares (com exceção dos eleitos pelo Distrito Federal) apresentou 8.543 proposições, com uma média de 16,9 proposições por deputado e desvio padrão de 30,6. De acordo com os critérios estabelecidos na metodologia, foram considerados *outliers* os 15 deputados que apresentaram mais de 77 proposições. Assim, chegou-se a um conjunto restante de 490 deputados federais, com um total de 6.300 proposições apresentadas. A média passou a ser de 12,9 proposições por deputado, com um desvio padrão de 13,8.

Tabela 10 – Produção legislativa por partido (fev. /19 a jan. /20)

Partido	Produção legislativa	Bancada	Produção legislativa média
PODE	253	9	28,1
PATRI	133	5	26,6
PTB	241	10	24,1
PPS	114	6	19,0
PMN	55	3	18,3
PSB	548	31	17,7
PSL	856	50	17,1
PT	793	54	14,7
PDT	383	27	14,2
PROS	87	7	12,4
PHS	69	6	11,5
DEM	314	28	11,2
PV	22	2	11,0
SOLIDARIEDADE	140	13	10,8
PSDB	293	28	10,5
PSOL	94	9	10,4
PRB	269	26	10,3
PSC	82	8	10,3
PR	322	32	10,1
PSD	342	35	9,8
MDB	319	33	9,7
AVANTE	66	7	9,4
PP	337	37	9,1
REDE	9	1	9,0
PRP	24	3	8,0
PC do B	59	8	7,4
NOVO	57	8	7,1
PTC	11	2	5,5
DC	4	1	4,0
PPL	4	1	4,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

A partir desse conjunto, analisou-se a produção legislativa sob diferentes recortes, tanto territoriais, como estado, região e padrão geográfico de votação, como partidários, como partido, ideologia e alinhamento ao governo. O primeiro recorte a ser analisado é o partidário, conforme mostrado na Tabela 10.

Tabela 11 – Ideologia e alinhamento ao governo dos partidos na Câmara dos Deputados (2019)

Partido	Alinhamento ao Governo	Alinhamento à Esquerda	Governo	Ideologia
PSOL ¹⁷	12,06%	91,32%	Contrário	Esquerda
PT	16,30%	75,07%	Contrário	Esquerda
PCdoB	23,48%	64,28%	Contrário	Esquerda
REDE	26,18%	58,37%	Contrário	Esquerda
PDT	36,29%	50,64%	Contrário	Esquerda
PSB	37,35%	48,05%	Contrário	Esquerda
PV	56,54%	31,76%	Favorável	Centro
PROS	59,02%	25,20%	Favorável	Centro
PPL	72,52%	24,32%	Favorável	Centro
PMN	63,91%	24,10%	Favorável	Centro
PODE	63,73%	23,13%	Favorável	Centro
PPS	68,53%	22,98%	Favorável	Centro
AVANTE	62,60%	22,52%	Favorável	Centro
PRP	71,12%	18,95%	Favorável	Direita
SOLIDARIEDADE	68,75%	18,72%	Favorável	Direita
PSDB	72,04%	18,67%	Favorável	Direita
DC	65,56%	18,52%	Favorável	Direita
PTB	71,70%	18,49%	Favorável	Direita
PHS	70,71%	17,98%	Favorável	Direita
PSD	71,44%	17,84%	Favorável	Direita
PSC	70,12%	17,82%	Favorável	Direita
PATRI	71,33%	17,75%	Favorável	Direita
PRB	69,46%	17,61%	Favorável	Direita
MDB	71,92%	17,30%	Favorável	Direita
PTC	72,79%	16,97%	Favorável	Direita
PP	70,34%	16,68%	Favorável	Direita
PR	70,46%	16,28%	Favorável	Direita
PSL	77,48%	14,56%	Favorável	Direita
NOVO	71,37%	14,16%	Favorável	Direita
DEM	71,54%	13,42%	Favorável	Direita

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

¹⁷ Importante salientar que o índice do PSOL é diferente de 100% devido a situações onde o voto difere da orientação, mas não por questões ideológicas, como é o caso da orientação pela obstrução após alguns deputados já terem registrado seus votos. Isso não prejudica a presente análise já que o objetivo é simplesmente a categorização dos partidos e não a utilização do índice em si.

A Tabela 10 mostra que os três partidos mais propositivos, em média, foram o Podemos, o Patriota e o PTB, com uma média de 28,1, 26,6, e 24,1 proposições por deputado, respectivamente. No outro extremo, os partidos que apresentaram menos proposições foram o PPL e o DC, com 4 em média cada e o PTC, com média de 5,5 proposições por deputado. Dentre essas diferenças observadas, a única que se mostrou estatisticamente significativa foi a do Podemos, com *p-value* de 0,0272 no Teste t de Student ($p < 0,05$).

Para se aferir com mais precisão o alinhamento ao governo (governo, oposição) e a ideologia (esquerda, centro e direita) de cada partido, foram comparados os dados de orientação das lideranças do governo e do PSOL (partido mais à esquerda no espectro ideológico) com o voto dos deputados em todas as votações nominais no plenário durante o ano de 2019. Em seguida, foi calculada a média de cada legenda, conforme mostrado na Tabela 11.

O método mostrou-se bastante eficiente na classificação dos partidos em relação à ideologia e alinhamento ao governo. No primeiro caso, os dados formaram três grupos bem definidos, nos quais foi possível definir como partidos de esquerda aqueles que tiveram um alinhamento ao PSOL acima de 40%; partidos de centro os com um índice entre 20% e 40%, e de direita, os abaixo de 20%.

Já em relação ao governo, os partidos se dividem claramente entre os que apoiam a orientação do governo na maior parte das vezes e outro que vota normalmente contra. Além disso, há uma visível correlação negativa entre Governo e Esquerda, uma vez que os partidos que apoiam o governo são os mesmos que compõem os grupos Centro e Direita. Esse fenômeno é até esperado, tendo em vista o forte componente ideológico de direita do governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Uma vez categorizados, foi analisada a produção legislativa de cada categoria de partido, como vemos nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 12 – Produção legislativa por ideologia do partido (fev. /19 a jan. /20)

Ideologia	Produção legislativa	Bancada	Produção legislativa média
Centro	601	35	17,2
Esquerda	1.886	130	14,5
Direita	3.813	325	11,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Tabela 12, os partidos de centro apresentam uma produção legislativa maior do que os partidos mais ideológicos, com uma média de 17,2 proposições apresentadas por

parlamentar. A esquerda tem uma média de 14,5 e a direita, com 325 deputados federais, quase dois terços do total, possui uma média de 11,7 proposições apresentadas por cada um deles. Entretanto, a única diferença que se mostrou estatisticamente relevante foi o menor índice da direita, com um p-value de 0,00844 no Teste t de Student ($p < 0,05$). O resultado obtido é semelhante encontrado por Lemos (2001), que ao analisar propostas legislativas em saúde e educação entre 1988 e 1994 concluiu que representantes de partidos de centro-esquerda foram os mais propositivos. (LEMOS, 2001, p. 578).

Tabela 13 – Produção legislativa por alinhamento do partido ao governo (fev. /19 a jan. /20)

Governo	Produção legislativa	Bancada	Produção legislativa média
Contrário	1.886	130	14,5
Favorável	4.414	360	12,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Já o alinhamento ao governo, mostrado na Tabela 13, não se mostrou visivelmente determinante na quantidade de proposições apresentadas. Os partidos oposicionistas tiveram uma média de 14,5, um pouco maior do que os partidos que costumam votar com o governo, com 12,3 proposições por deputado. Isso é uma consequência direta da ideologia, já que o centro possui a média mais alta com uma bancada reduzida e a direita uma média um pouco inferior à média geral, mas com uma bancada majoritária.

A Tabela 14 traz os dados agregados por estado, e apresenta informações como magnitude (número de cadeiras) e do eleitorado de cada distrito, o que de acordo com Ricci (2003), são fatores que poderiam eventualmente influenciar na produção legislativa. Vale salientar que a bancada de cada estado se difere da magnitude, representando apenas os deputados considerados na análise, após a exclusão dos *outliers*.

Na Tabela 14, nota-se uma uniformidade na produção legislativa entre a maioria dos estados da federação. Os três estados com as maiores médias possuem uma magnitude de oito cadeiras e um eleitorado relativamente baixo: Amazonas, com 2.428.098 eleitores, apresentou 22,8 proposições por deputado, Sergipe, com 1.577.058, teve média de 19,8 e Rondônia, com eleitorado de 1.175.733 e média de 19,6 proposições.

Tabela 14 – Produção legislativa por estado (fev. /19 a jan. /20)

Região	UF	Magnitude	Eleitorado	Prod. legislativa	Bancada	Prod. leg. média
AM	Norte	8	2.428.098	137	6	22,8
SE	Nordeste	8	1.577.058	158	8	19,8
RO	Norte	8	1.175.733	157	8	19,6
GO	Centro-Oeste	17	4.454.497	296	17	17,4
MT	Centro-Oeste	8	2.330.281	121	7	17,3
ES	Sudeste	10	2.754.728	170	10	17,0
PA	Norte	17	5.499.283	289	17	17,0
RJ	Sudeste	46	12.408.340	684	45	15,2
CE	Nordeste	22	6.344.483	301	20	15,1
RN	Nordeste	8	2.373.619	118	8	14,8
RS	Sul	31	8.354.732	426	31	13,7
SP	Sudeste	70	33.040.411	908	68	13,4
PI	Nordeste	10	2.370.894	131	10	13,1
MA	Nordeste	18	4.537.237	233	18	12,9
PB	Nordeste	12	2.867.649	122	10	12,2
TO	Norte	8	1.039.439	93	8	11,6
PE	Nordeste	25	6.570.072	276	24	11,5
SC	Sul	16	5.070.212	179	16	11,2
MG	Sudeste	53	15.700.966	590	53	11,1
PR	Sul	30	7.971.087	304	28	10,9
BA	Nordeste	39	10.393.170	353	39	9,1
AL	Nordeste	9	2.187.967	73	9	8,1
MS	Centro-Oeste	8	1.877.982	63	8	7,9
AC	Norte	8	547.680	39	6	6,5
RR	Norte	8	333.464	50	8	6,3
AP	Norte	8	512.110	29	8	3,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados e do TSE.

Por outro lado, os três estados com a menor média também possuem a magnitude mínima, eleitorado ainda menor e são da região Norte: Amapá, com 512.110 eleitores e média de 3,6, Roraima, com 333.464 eleitores e média de 6,3 e Acre, com 547.680 eleitores e média de 6,5 proposições por deputado. Dos 4 estados com a maior magnitude e eleitorado, São Paulo e Rio ficaram próximos da média geral, com 13,4 e 15,2 proposições por deputado, enquanto Minas Gerais e Bahia apresentaram uma média reduzida, de 11,2 e 9,1, respectivamente.

Os resultados da Tabela 14 sugerem que no âmbito da quantidade de proposições apresentadas, não há diferença entre estados com magnitudes ou eleitorados diferentes, e em relação aos casos extremos, observou-se uma diferença significativa¹⁸ apenas nos estados do Amapá e de Roraima, com médias bem inferiores às demais unidades da federação.

¹⁸ Teste T de Student com nível de confiança de 95%

Já a Tabela 15 traz os dados agrupados por região, apresentando os valores médios de cada uma. Observa-se, assim como nos estados, uma uniformidade entre as médias, todas próximas à média geral: desde a região Centro-Oeste, com média de 15 até o Nordeste, com média de 12,1 proposições por deputado. O Sudeste, com a maior bancada, de 176 deputados, tem uma produção legislativa média de 13,4 proposições por deputado.

Tabela 15 – Produção legislativa por região (fev. /19 a jan. /20)

Região	Prod. legislativa	Bancada	Prod. leg. média
Centro-Oeste	480	32	15,0
Sudeste	2.352	176	13,4
Norte	794	61	13,0
Sul	909	75	12,1
Nordeste	1.765	146	12,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados e do TSE.

Por fim, na Tabela 16, fez-se o cruzamento dos dados da produção legislativa com a geografia eleitoral, representada pelos diferentes padrões geográficos de votação.

Tabela 16 – Produção legislativa por padrão geográfico de votos (fev. /19 a jan. /20)

Padrão geográfico de votos	Bancada	Prod. legislativa	Prod. legislativa média
CONCENTRADO/DOMINANTE	772	50	15,4
FRAGMENTADO/COMPARTILHADO	2.298	164	14,0
CONCENTRADO/COMPARTILHADO	1.282	102	12,6
FRAGMENTADO/DOMINANTE	1.948	174	11,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

A Tabela 16 mostra que, assim como nas regiões, não há uma diferença significativa entre os diferentes padrões geográficos de votação, todos com médias muito próximas da média geral de 12,6 proposições por deputado. O padrão concentrado/dominante figura como o característico dos deputados que mais apresentam proposições legislativas, com uma média de 15,4 por deputado, seguido do fragmentado/compartilhado, com 14,0 proposições por deputado. Em terceiro vem o padrão concentrado/compartilhado, com média de 12,6, idêntica a média geral, e em último o fragmentado/dominante com 11,2 proposições apresentadas por deputado. As variáveis fragmentação e dominância, dessa forma, não parecem influenciar significativamente na quantidade total de proposições apresentadas pelos parlamentares.

5.4 PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE ABRANGÊNCIA LOCAL

Após a análise da produção legislativa de forma geral, investigou-se o conjunto das proposições de abrangência local, ou seja, aquelas cujo destinatário é um município ou um conjunto restrito deles, buscando atender a necessidades específicas das bases eleitorais dos parlamentares.

O primeiro passo foi calcular o percentual de proposições legislativas de abrangência local em relação ao conjunto de proposições apresentados por cada deputado, conforme os dados da Tabela 4, no Apêndice A. Assim como nos dados totais de produção legislativa, foi realizada a detecção de *outliers*, na qual foram encontradas 26 ocorrências e excluídas da análise. Do universo de 505 deputados, com 1.149 proposições de abrangência local, com uma média de 5% de proposições locais por deputado e desvio padrão de 14,4%, passou a um conjunto de 479 deputados federais, com 212 proposições de abrangência local. A média passou a ser de 2,1% de proposições locais por deputado, com um desvio padrão de 5,1%.

A média geral encontrada denota um baixo índice de apresentação de proposições de abrangência local pelos deputados, corroborando os achados de Lemos (2001) e Ricci (2003), que concluem pela baixa utilização do processo legiferante como forma de conexão eleitoral. Os dados mostram que de forma geral, os deputados apresentam proposições de caráter difuso, e não focadas em gerar benefícios geograficamente identificados.

Ainda assim, a fim de se investigar as nuances entre os diferentes subgrupos de deputados, fez-se necessária a análise sob os mesmos recortes anteriores: partido, ideologia, alinhamento ao governo, estado, região e padrão geográfico de votação. A Tabela 17 inicia com a análise partidária.

De acordo com a Tabela 17, os três partidos cujos deputados mais apresentaram proposições de abrangência local em relação ao conjunto total de proposições foram o PMN, o PHS e o PRP, com médias de 10,1%, 8% e 7,8% por parlamentar. Em comum aos três está o fato de nenhum deles ter alcançado a cláusula de desempenho eleitoral em 2018 (MUGNATTO, 2019), e cujos membros migraram posteriormente para outras legendas¹⁹. No outro extremo, observa-se que os deputados dos partidos DC, NOVO, PCdoB, PPL, PROS, PTC, PV e REDE não apresentaram proposições localistas no período. Entre eles, chamam a atenção os dois maiores, com oito deputados cada, ambos de forte característica ideológica: NOVO, à direita, e PCdoB, à esquerda.

¹⁹ Mesmo após eventuais mudanças de legenda, ainda se considerou, para efeito de análise da produção legislativa, o partido pelo qual cada deputado foi eleito.

Tabela 17 – Produção legislativa localista por partido (fev. /19 a jan. /20)

Partido	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
PMN	3	10,1
PHS	6	8,0
PRP	3	7,8
PTB	8	6,0
PATRI	5	5,5
PPS	7	5,5
MDB	33	3,3
PDT	28	2,9
PODE	11	2,7
PRB	27	2,2
PSL	50	2,0
PR	28	2,0
PT	53	1,9
PSB	31	1,9
AVANTE	7	1,9
PSC	8	1,8
SOLIDARIEDADE	12	1,7
PP	33	1,6
PSDB	27	1,5
DEM	26	0,9
PSOL	10	0,8
PSD	33	0,2
DC	1	0,0
NOVO	8	0,0
PC do B	8	0,0
PPL	1	0,0
PROS	6	0,0
PTC	2	0,0
PV	3	0,0
REDE	1	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 18 – Produção legislativa localista por ideologia do partido (fev. /19 a jan. /20)

Ideologia	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
Centro	38	2,9
Direita	310	2,0
Esquerda	131	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

A segunda análise se dá em relação à ideologia e alinhamento ao governo, conforme a Tabela 18 e a Tabela 19, respectivamente. Os dados da Tabela 18 mostram o centro ideológico com uma maior produção localista (2,9%), seguido da direita (2,0%) e da esquerda (1,9%). Em

relação aos extremos ideológicos, interessante observar que a direita é mais propositiva nesse tipo de projeto, ao contrário do observado nos dados de produção legislativa em geral. Entretanto, a diferença entre os três grupos não se mostrou significativa estatisticamente. Isso mostra que todo o espectro ideológico se utiliza deste recurso, ainda que de forma reduzida. No que tange ao alinhamento ao governo, a Tabela 19 também mostra um equilíbrio, com um índice levemente maior dos governistas (2,1%) em relação aos oposicionistas (1,9%). A Tabela 20 dispõe os dados por estado e a Tabela 21 por região.

Tabela 19 – Produção legislativa localista por alinhamento do partido ao governo (fev. /19 a jan. /20)

Governo	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
Favorável	348	2,1
Contrário	131	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 20 – Produção legislativa localista por estado (fev. /19 a jan. /20)

Região	UF	Mag.	Eleitorado	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
RO	Norte	8	1.175.733,00	8	6,1
SC	Sul	16	5.070.212,00	14	5,3
MA	Nordeste	18	4.537.237,00	17	4,6
PB	Nordeste	12	2.867.649,00	10	4,1
AM	Norte	8	2.428.098,00	5	3,7
AP	Norte	8	512.110,00	8	3,6
PA	Norte	17	5.499.283,00	15	2,8
PR	Sul	30	7.971.087,00	25	2,7
PI	Nordeste	10	2.370.894,00	10	2,6
MT	Centro-Oeste	8	2.330.281,00	7	2,5
AC	Norte	8	547.680,00	6	2,5
TO	Norte	8	1.039.439,00	8	2,5
RN	Nordeste	8	2.373.619,00	8	2,3
RS	Sul	31	8.354.732,00	31	2,0
CE	Nordeste	22	6.344.483,00	20	1,9
GO	Centro-Oeste	17	4.454.497,00	17	1,7
RJ	Sudeste	46	12.408.340,00	45	1,6
SP	Sudeste	70	33.040.411,00	68	1,6
SE	Nordeste	8	1.577.058,00	8	1,6
BA	Nordeste	39	10.393.170,00	39	1,4
MG	Sudeste	53	15.700.966,00	51	1,4
PE	Nordeste	25	6.570.072,00	25	1,3
ES	Sudeste	10	2.754.728,00	10	0,9
AL	Nordeste	9	2.187.967,00	8	0,0
MS	Centro-Oeste	8	1.877.982,00	8	0,0
RR	Norte	8	333.464,00	8	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados e do TSE.

A Tabela 20 apresenta maiores médias nos estados de Rondônia (6,1%), Santa Catarina (5,3%) e Maranhão (4,6%). Além de serem de regiões distintas, os três estados possuem diferentes magnitudes e tamanhos de eleitorado. Já os estados que não apresentaram projetos de abrangência local no período foram Alagoas, Mato Grosso do Sul e Roraima, os três também de diferentes regiões e tamanhos de eleitorado, mas com a mesma bancada de oito deputados consideradas na análise. A diferença observada entre os estados também não apresentou significância estatística.

Nos dados por região (Tabela 21), observaram-se índices maiores no Norte (3%) e no Sul (2,9%), seguidos pelo Nordeste, com a mesma média nacional (2,1%) e por último, Sudeste e Centro-Oeste com o menor índice, de 1,5%. Assim como nos estados, as diferenças não foram estatisticamente significativas.

Tabela 21 – Produção legislativa localista por região (fev. /19 a jan. /20)

Região	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
Norte	58	3,0
Sul	70	2,9
Nordeste	145	2,1
Sudeste	174	1,5
Centro-Oeste	32	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados e do TSE.

Por último, a Tabela 22 apresenta os dados de produção localista relacionados com a geografia eleitoral.

Tabela 22 – Produção legislativa localista por padrão geográfico de votos (fev. /19 a jan. /20)

Padrão	Bancada	Prod. leg. localista média (%)
CONCENTRADO/DOMINANTE	50	3,0
FRAGMENTADO/DOMINANTE	165	2,5
FRAGMENTADO/COMPARTILHADO	158	1,7
CONCENTRADO/COMPARTILHADO	106	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

A Tabela 22 mostra uma maior frequência de proposições localistas no padrão dominante, seja ele concentrado (3%) ou fragmentado (2,5%), em contraponto ao padrão compartilhado, também tanto fragmentado (1,7%) quanto concentrado (1,5%). Neste caso, diferentemente das

demais análises de abrangência local, foi verificado que a variável dominância exerce uma influência estatisticamente significativa no resultado, conforme os dados contidos na Tabela 23.

Tabela 23 – Produção legislativa localista por dominância - Teste t de Student (fev. /19 a jan. /20)

Dominância	Bancada	Prod. leg. localista média (%)	Desvio Padrão (%)	p-value
DOMINANTE	215	2,6	5,4	0,023
COMPARTILHADO	264	1,6	4,7	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Tabela 23, os deputados com votação dominante possuem uma média de 2,6% de proposições localistas em relação ao conjunto total de proposições apresentadas, enquanto entre os de votação dominante, esse índice é de 1,6%. Embora essa diferença seja pequena em termos absolutos, representa uma diferença relativa de 62,5% a mais nas proposições apresentadas pelo primeiro grupo. Aplicando-se o Teste t de Student com 95% de confiança, obteve-se um *p-value* de 0,023, rejeitando-se, portanto, a hipótese nula de que as médias dos grupos são iguais, e aceitando a hipótese alternativa de que a média do grupo dominante é maior do que a do grupo compartilhado.

As conclusões sobre o impacto da dominância na produção de caráter localista se assemelham aos resultados obtidos por Carvalho (2003), que em análise complementar, concluiu pela correlação negativa entre dominância e quantidade de projetos de lei de âmbito nacional apresentados (CARVALHO, 2003, p. 189). Por outro lado, em relação às variáveis partidárias de ideologia e governo, ou a estados e regiões, não foi possível aferir diferenças significativas. Tampouco notou-se influência direta entre magnitude e tamanho do eleitorado.

Pode-se concluir então que, mesmo a produção legislativa de abrangência local sendo raramente utilizada, há uma predominância desse recurso entre os deputados de votação dominante, o que pode ser fruto de uma ligação maior deste padrão geográfico com o eleitorado local. Ainda assim, é provável que outras formas de conexão eleitoral, tais como as emendas ao orçamento, sejam mais utilizadas pelo conjunto dos parlamentares, uma vez que a produção de caráter localista se mostrou bem escassa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar o resultado das eleições de 2018 para deputado federal, no contexto da geografia do voto, e produção legislativa dos deputados eleitos naquele pleito. Essa análise se mostrou bastante útil na aplicação de conceitos teóricos importantes no campo da Ciência Política, além de permitir a identificação de determinados padrões e singularidades observadas no contexto político brasileiro.

A primeira análise tratou da competição eleitoral nos municípios brasileiros, onde o parâmetro medido foi o índice de aproveitamento de votos em cada um deles. Entende-se que estados com maiores índices são menos competitivos, pois a grande parte dos votos são dadas em candidatos que ganharam a eleição. Os resultados mostram uma grande disparidade nacional, com índices de 42,5%, observado no Espírito Santo, até 75,1% em Alagoas.

Observou-se que estados com IDHM alto tiveram maiores níveis de competição eleitoral, enquanto aqueles com IDHM baixo tiveram suas eleições dominadas por poucos candidatos. Em nível regional, o Nordeste teve 70% de aproveitamento de votos, sendo o mercado político menos competitivo, enquanto a média nacional foi de 64%.

O segundo ponto analisado foi o padrão de votação obtida pelos deputados eleitos e sua classificação segundo as quatro categorias teóricas: concentrado/dominante, concentrado/compartilhado, fragmentado/dominante e fragmentado/compartilhado. Verificou-se que existe uma grande variação na distribuição de frequências dos padrões em todo o país, tanto do ponto de vista estadual quanto regional.

Cada região mostrou uma característica bem definida em relação aos padrões geográficos de votação, o que implicaria, segundo a teoria, diferentes comportamentos dos seus representantes: o Norte, concentrado e compartilhado, marcado por uma grande competitividade; o Nordeste, fragmentado e dominante, de característica oligárquica; o Centro-Oeste, de padrão dominante, com uma baixa concorrência e maior caráter distrital; o Sudeste, compartilhado, com o predomínio dos políticos de opinião e de grandes puxadores de voto; e o Sul, fragmentado e compartilhado, de políticos com pautas transversais e universalistas, que interessam a população em geral.

No recorte partidário, foi possível verificar diferentes nuances em relação ao padrão de votação. Na análise dos 30 partidos que obtiveram assento na Câmara, o padrão mais frequente observado em número de partidos foi o fragmentado/dominante, com partidos tradicionais como o

MDB, PSDB, PSB e o partidos do chamado “Centrão”. Em segundo lugar, no padrão fragmentado/compartilhado, encontramos os maiores partidos da nova legislatura, PT e PSL, além de partidos de bancada religiosa, como PHS, PRB e DC, ou trabalhista, como Solidariedade e PDT. O terceiro grupo, de caráter concentrado/compartilhado, é formado por partidos dos grandes centros urbanos, como PCdoB, PSOL, PV e PPS, e os recém-criados PROS e NOVO. O último grupo, concentrado e dominante, só foi mais frequente em partidos nanicos, como REDE, PMN, Avante, PRP.

Os dados totalizados nacionalmente, quando comparados aos levantados por Carvalho há duas décadas, mostram que o padrão de votação vem se tornando cada vez mais fragmentado e menos concentrado. Isso indica uma diminuição da distritalização do Brasil, na contramão do que afirmavam os primeiros estudos sobre o sistema eleitoral brasileiro.

Por outro lado, ainda é notada uma grande presença de deputados que dominam suas bases eleitorais, uma vez que os padrões concentrado-dominante e fragmentado-dominante representam 45% do total de eleitos. Esse tipo de votação, na ótica distributivista, é justamente a que estimularia nesses representantes, “a lógica do particularismo e a ênfase na perseguição de políticas com custos difusos e benefícios concentrados” (CARVALHO, 2003, p. 106).

Na segunda parte do trabalho, analisou-se a produção legislativa no primeiro ano de mandato dos deputados eleitos em 2018, a fim de se investigar sob vários recortes esse aspecto comportamental, que se insere no âmbito de atuação dos eleitos na esfera parlamentar, inclusive como ele se relaciona com a geografia eleitoral. Foram realizadas duas análises distintas: produção legislativa total e produção legislativa de abrangência local.

A partir dos dados gerais, analisou-se a produção legislativa em diferentes formas de agregação. A análise mostrou que os deputados federais da 56ª Legislatura apresentaram, entre fevereiro de 2019 e janeiro de 2020, 8.543 proposições de autoria individual (ou propostas de emenda à Constituição, como primeiros signatários), dentre as quais, um pouco mais da metade foram projetos de lei. Observou-se também uma grande quantidade de indicações (1.668) e requerimentos de informação (1.518) apresentados. No geral, os deputados apresentaram em média 12,9 proposições durante o período pesquisado.

A agregação por partido mostrou diferentes médias de produção legislativa, variando entre desde 4 proposições apresentadas por deputados do DC e PPL até 28,1 proposições apresentadas

pelo Podemos, o único cuja preponderância de sua média foi estatisticamente significativa em relação aos demais.

O trabalho também analisou outros aspectos partidários como ideologia e alinhamento ao governo, e para isso, desenvolveu-se um método próprio de categorização, que deixa como contribuição acessória e que, tendo se revelado útil para o presente caso, poderá ser testado em outros estudos de natureza semelhante. No espectro ideológico, a direita se mostrou menos propositiva, com média de 11,7 proposições por deputado, significativamente menor que o conjunto da esquerda (14,5) e do centro (17,2). Já no alinhamento ao governo não se observou a mesma significância, uma vez que o centro também faz parte desse grupo, elevando sua média.

No recorte territorial, não se observou impacto relevante da magnitude e do tamanho do eleitorado dos estados sobre a produção legislativa. As regiões se mostraram relativamente homogêneas, com índices variando entre 12,1 proposições por deputado no Nordeste até 15 no Centro-Oeste. Entre os estados, observou-se uma menor produção legislativa de forma significativa apenas nos estados de Roraima e Amapá, que apresentaram médias de 6,3 e 3,6 proposições por deputado.

Já em relação à geografia eleitoral, observou-se uma maior produção legislativa entre os deputados de padrão concentrado/dominante, com média de 15,4, enquanto no padrão fragmentado/dominante a média foi 11,2, a menor entre eles. Nem a dominância nem a fragmentação foram, portanto, decisivos na produção legislativa total.

Por fim, na análise da produção legislativa de abrangência local, propôs-se qualificar as proposições, no que tange ao seu nível de agregação. O foco nesse caso passou a ser apenas o conjunto das proposições que tinham como objetivo gerar benefícios concentrados em um ou mais municípios específicos, sendo mensurado o índice percentual desse tipo de proposição em relação ao conjunto de proposições apresentadas pelos parlamentares. Os recortes da análise foram os mesmos da produção legislativa total: partido, ideologia, alinhamento ao governo, estado, região e geografia eleitoral.

O primeiro resultado da análise mostra que apenas 2,1% do conjunto de proposições apresentadas pelos deputados teve caráter localista. A conclusão a que se chega é que, entre os deputados da 56ª legislatura, no primeiro ano de mandato, houve pouca utilização do processo legiferante como forma de conexão eleitoral sob a ótica distributivista, ou seja, para se gerar benefícios concentrados a custos difusos.

Entre as diversas categorias de análise, observou-se diferenças não significativas entre partidos, desde alguns cujos deputados analisados não apresentaram nenhuma proposição de abrangência local, como DC, NOVO, PCdoB, PPL, PROS, PTC, PV e REDE até o PMN, com uma média de 10,1%. Já os critérios ideológicos e de governo foram menos impactantes do que em relação à produção total, mostrando que todo o espectro partidário se utiliza deste recurso com frequência semelhante, ainda que pequena.

Nos recortes estaduais e regionais, também se observaram variações não significativas: houve estados sem nenhuma proposição localista apresentada, como Alagoas, Mato Grosso do Sul e Roraima e outros com médias mais altas, como Rondônia, com 6,1%. Nas regiões, o Centro-Oeste, que foi o mais propositivo, foi o último em termos de produção localista, com média de 1,5%, enquanto o Norte teve média de 3%.

A última análise baseou-se novamente na intersecção entre os dados de produção legislativa e geografia eleitoral. Observou-se que os padrões concentrado/dominante e fragmentado/dominante tiveram médias de 3% e 2,5% de proposições localistas apresentadas, superiores aos percentuais dos padrões fragmentado/compartilhado e concentrado/compartilhado, com 1,7% e 1,5%, respectivamente. Verificou-se, portanto, diferentemente da análise da produção legislativa total, que a dominância exerceu um efeito significativo na apresentação de proposições de abrangência local.

Ainda que a produção legislativa localista tenha sido um artifício raramente utilizado pela ampla maioria dos deputados, essa diferença observada pôde revelar uma preferência por parte dos deputados que dominaram suas votações, especialmente os de votação concentrada, considerados “distritáveis”, mas também os de votação fragmentada, que exercem domínio sobre todo o estado. Esse resultado corrobora a relação entre o comportamento particularista e uma votação de caráter dominante, defendida por Carvalho (2003), segundo o qual os deputados com essa característica teriam mais incentivos para atuar em prol de suas bases eleitorais.

Por fim, deixa-se como sugestão de pesquisa, a investigação de outras atividades que constituem o rol de atuação parlamentar, como apresentação de emendas orçamentárias, votações nominais nas comissões e plenário, relatorias, presença na Casa, participação em frentes parlamentares, discursos, relação com o Executivo, entre outros, a fim de se entender as nuances do comportamento na arena parlamentar e sua relação com a geografia eleitoral.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, O. E. do. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/zKfchGXXcMwrrXDRV4zdRpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/3kF5dZ7FBvZz8mK5bxpD56m/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- ARAÚJO, P. M. Organização Legislativa no Congresso Nacional: uma comparação entre Senado Federal e Câmara dos Deputados. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 1163-1215, fev. 2017. ISSN 2447-5467. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/168>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. da. A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 319-347, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a04.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- BAIÃO, A. L. **Emendas Orçamentarias Individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público**. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17727>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BARROS, A. T.; BARBOSA, S. B. Respostas dos representantes políticos aos protestos de 2013: análise do discurso dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. **SOCIEDADE E CULTURA**, v.23, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/51092>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BORGES, A.; PAULA, C.; SILVA, A. N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**, Curitiba, vol. 24, n° 58, p. 31-58, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200031&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 25 out. 2020.
- BRASIL, A. Em 13 estados e no Distrito Federal, haverá 2º turno para governador. **Agência Brasil**, Brasília, 08 out 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-13-estados-e-em-brasilia-havera-segundo-turno>. Acesso em 27 out 2021.
- BRASIL. Pnud Brasil; Ipea; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dados Abertos**, 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução nº 17 de 1989 e alterado até a Resolução nº 21 de 2021. 22. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18847/regimento_interno_22ed.pdf?sequence=106&isAllowed=y. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CAIN, B. E., FERREJOHN, J. A., & FIORINA, M. P. The Constituency Service Basis of the Personal Vote for U.S. Representatives and British Members of Parliament. **AMERICAN POLITICAL SCIENCE REVIEW**, 78(01), 110–125, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1961252?seq=1>. Acesso em: 25 out. 2020.

CAMPOS, A. Taxa de renovação da Câmara dos Deputados foi a maior em 20 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 08 out 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/taxa-de-renovacao-da-camara-dos-deputados-foi-maior-em-20-anos>. Acesso em 25 out 2020.

CARVALHO, N. R. **Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

CASTRO, S. B. E. de et al . PARLAMENTARES PARANAENSES E A ALOCAÇÃO DE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS NO ESPORTE. **J. PHYS. EDUC.**, Maringá , v. 30, e3072, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-24552019000100258&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2020. Epub 20 dez 2019.

COUTO, A. V. Transferências de Recursos Federais para Organizações Não Governamentais como Elo de Políticas Públicas Distributivas (2013-2016). In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 9, 2017, Montevidéu. [Trabalhos apresentados]. Montevidéu: ALACIP, 2017. Disponível em: <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzVZPiJtzOjQ6IjI3NTciO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNzFhNjI2Y2Y3OTBIY2IyNjA1Nzk2MDE5YTczNDRIYmEiO30%3D>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DIAS, J. L. M. Legislação Eleitoral e Padrões de Competição Político Partidária, in O.B. Lima Jr., org. **Sistema Eleitoral; Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed, pp. 65-95, 1991.

FERREIRA, V. A. S. **GEOGRAFIA POLÍTICA DO VOTO**: Uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 e 2018. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) - Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), 2020. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40157>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F., Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, 10(29): 175-200, 1995.

FLEISCHER, D. V. Concentração e Dispersão Eleitoral; Um Estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais (1966-1974). **REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 19(3): 15-36, 1976.

GLEN, S. Modified Thompson Tau Test. **StatisticsHowTo.com: Elementary Statistics for the rest of us!**, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://www.statisticshowto.com/modified-thompson-tau-test/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

GONÇALVES, R. D. **Onde agrego os votos?** Contribuições à geografia eleitoral aplicada a problemas político-eleitorais brasileiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55225>. Acesso em: 7 nov. 2021.

HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. **As três versões do neoinstitucionalismo**. Lua Nova 2003; 58:193-223. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

INDJAIAN, M. L. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo, Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP, 1981.

LEITE, A. T. **O Sistema Eleitoral Proporcional**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46238/o-sistema-eleitoral-proporcional>. Acesso em: 13 maio 2020.

LEMOS, L. B. de S. O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 561-630, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tf8zj4JxQWssTwjJRw7PTSq/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIMONGI, F. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente. **BIB**, nº 37, 1º sem., pp. 3-38, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/7691460/O_Novo_Institucionalismo_e_os_Estudos_Legislativos. Acesso em: 15 jun. 2020.

MACHADO, D. O. **Relação entre disciplina e infidelidade Partidária na Câmara dos Deputados**. 2012. Monografia (Especialização em Política e Representação Parlamentar) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2012. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13136/relacao_disciplina_machado.pdf?sequence=2. Acesso: 13 maio 2020.

MARTINS, C.E. A Reforma do Sistema Eleitoral, **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 141-153, 1983.

MAYHEW, D. R. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MELLO, K. M.; MAGDALENA, P. C.; PEDRO, W. J. A. Ciência como Instituição: Aportes Teóricos a Partir do Neo-Institucionalismo. **CEREUS**, v. 10, n. 4, p. 15-27, 2018. ISSN 2175-7275. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/1903>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MELO, P. V. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch-all a cartel**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9HTH7R>. Acesso em: 7 nov. 2021.

MIRANDA, R de S. Uma revisão de literatura sobre o neoinstitucionalismo e a avaliação do desempenho de instituições sociais. **ESTAÇÃO CIENTÍFICA (UNIFAP)**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 59-75, set. 2017. ISSN 2179-1902. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3508>. Acesso em: 30 ago. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.18468/estcien.2017v7n2.p59-75>.

MONTEIRO, J.M.; JÚNIOR, E. M. A Representação de quem? Partidos e oligarquias no Nordeste. **REVISTA NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, vol. 5, nº 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70862/40025>. Acesso em: 08 set. 2021.

MOREIRA, D. Com a Palavra os Nobres Deputados: Ênfase Temática dos Discursos dos Parlamentares Brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, e20180176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582020204>. Acesso em: 30 ago. 2020. Epub 08 mai 2020.

MUGNATTO, S. Partidos que não atingiram cláusula de desempenho ainda buscam alternativas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 06 fev 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/551419-partidos-que-nao-atingiram-clausula-de-desempenho-ainda-buscam-alternativas/>. Acesso em 27 out 2021.

NICOLAU, J., **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **DADOS**, v. 46, n. 4, p. 699-734, 2003.

SABBAG, G. R. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DE 2007 A 2010. **E-LEGIS**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 7-24, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/300>. Acesso em: 7 nov. 2021.

SANTOS, D. A. Geografia do voto: breves apontamentos. **I Seminário Internacional de Ciência Política: estado e democracia em mudança no século 21**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DiegoSantos.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

SANTOS, M. L. O parlamentar sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados (1996- -2010). **CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO**, [S.l.], v. 20, n. 33, p. 29-74, set. 2019. ISSN 2595-4539. Disponível em:

<https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/223/176>.

Acesso em: 31 ago. 2020.

SAUGO, J. F. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12516>. Acesso em: 7 nov. 2021.

SCHEEFFER, F. Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados. **TEORIA & PESQUISA**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 167-188, 2018. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/670/409>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SIMÕES, J. K. C. Conexão eleitoral e comportamento parlamentar no estado do Espírito Santo. In: **SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, 1, 2016, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2016. p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/16005>. Acesso em: 13 maio 2020.

SOUZA, G. R. S. de. **Coalizão de governo e processo legislativo: controle de agenda e suas consequências na produção legislativa dos deputados**. Orientador: Maria do Socorro Sousa Braga. 2017. 162 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9617/SOUZA_Gustavo_2018.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 30 ago. 2020.

TAYLOR-ROBINSON, M. M.; DIAZ, C. Who Gets Legislation Passed in a Marginal Legislature and Is the Label Marginal Legislature Still Appropriate? A Study of the Honduran Congress. **COMPARATIVE POLITICAL STUDIES**, no 32, pp. 589-625. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414099032005003>. Acesso em: 7 nov. 2021.

TRUFFI, R.; FRAZÃO, F. Menor e menos renovado, Centrão reavalia atuação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,menor-e-menos-renovado-centrao-reavalia-atuacao,70002556161>. Acesso em: 27 out. 2021.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da ciência política comparada**. São Paulo, Edusp, 1998.

VERONEZE, G. M. **Coalizões, Partidos Políticos, e Parlamentares: um estudo do sucesso legislativo no Senado Federal da 51ª a 54ª legislaturas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3731170#. Acesso: 27 out 2021.

VIEIRA, M. P. C. **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6416>. Acesso em: 7 nov. 2021.

APÊNDICE A – Tabelas de dados por deputado

Tabela 1 – Índices de fragmentação e dominância dos deputados federais da 56ª Legislatura, agrupados por padrão geográfico, em ordem alfabética.

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
C/D	ALINE SLEUTJES	PSL	PR	33.628	5,79	15%
C/D	BOCA ABERTA	PROS	PR	90.158	2,14	20%
C/D	CAPITÃO FÁBIO ABREU	PR	PI	132.719	4,43	16%
C/D	CAPITÃO WAGNER	PROS	CE	303.593	2,89	12%
C/D	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	84.703	5,37	29%
C/D	DANIEL DA TV	PSDB	RS	74.789	1,81	28%
C/D	DANIELA DO WAGUINHO	MDB	RJ	136.286	2,34	30%
C/D	DELEGADO ANTÔNIO FURTADO	PSL	RJ	104.211	3,06	28%
C/D	DELEGADO PABLO	PSL	AM	151.649	1,34	13%
C/D	DOUTOR FREDERICO	PATRI	MG	60.950	5,97	46%
C/D	DR. ZACARIAS CALIL	DEM	GO	151.508	2,79	11%
C/D	EDMILSON RODRIGUES	PSOL	PA	184.042	2,02	14%
C/D	EDUARDO BRAIDE	PMN	MA	189.843	2,05	23%
C/D	EDUARDO CURY	PSDB	SP	94.282	2,52	12%
C/D	EMANUELZINHO	PTB	MT	76.781	6,35	12%
C/D	FÁBIO HENRIQUE	PDT	SE	35.226	4,35	13%
C/D	FABIO TRAD	PSD	MS	89.385	2,44	12%
C/D	FERNANDO RODOLFO	PHS	PE	52.824	2,97	16%
C/D	FRANCO CARTAFINA	PHS	MG	53.390	1,42	27%
C/D	GREYCE ELIAS	AVANTE	MG	37.620	6,09	16%
C/D	GUIGA PEIXOTO	PSL	SP	31.718	3,03	23%
C/D	JÉSSICA SALES	MDB	AC	28.717	3,53	28%
C/D	JESUS SÉRGIO	PDT	AC	9.537	3,55	19%
C/D	JHC	PSB	AL	178.645	3,83	19%
C/D	JOENIA WAPICHANA	REDE	RR	8.491	6,63	16%
C/D	JOSÉ RICARDO	PT	AM	197.270	1,96	14%
C/D	JUAREZ COSTA	MDB	MT	49.912	5,09	24%
C/D	LÉO MORAES	PODE	RO	69.565	2,17	17%
C/D	LUCIANO DUCCI	PSB	PR	98.214	6,48	12%
C/D	LUIZÃO GOULART	PRB	PR	141.730	4,74	36%
C/D	MARA ROCHA	PSDB	AC	40.047	1,75	14%
C/D	MARCO BERTAIOLLI	PSD	SP	137.628	3,73	22%
C/D	MARGARIDA SALOMÃO	PT	MG	89.378	3,48	15%
C/D	MIGUEL LOMBARDI	PR	SP	93.093	2,11	33%
C/D	NORMA AYUB	DEM	ES	57.156	6,74	23%
C/D	PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO	AVANTE	BA	323.264	3,48	14%
C/D	PROFESSOR ALCIDES	PP	GO	88.545	6,13	12%
C/D	RODRIGO AGOSTINHO	PSB	SP	100.179	1,54	38%
C/D	ROSANA VALLE	PSB	SP	106.100	6,17	12%
C/D	ROSE MODESTO	PSDB	MS	120.901	5,74	13%
C/D	RUY CARNEIRO	PSDB	PB	61.259	6,99	12%
C/D	SCHIAVINATO	PP	PR	75.540	5,32	26%
C/D	SERGIO VIDIGAL	PDT	ES	73.030	2,42	15%
C/D	SILVIA CRISTINA	PDT	RO	33.038	3,78	17%
C/D	TIAGO DIMAS	SD	TO	71.842	6,44	28%
C/D	TITO	AVANTE	BA	48.899	2,23	37%
C/D	VITOR LIPPI	PSDB	SP	120.529	3,57	19%
C/D	WLADIMIR GAROTINHO	PRP	RJ	39.398	1,62	12%
C/D	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE	82.592	5,69	18%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
C/D	ZÉ NETO	PT	BA	129.196	6,05	14%
C/D	ZÉ VITOR	PMN	MG	32.833	2,01	29%
C/C	ABOU ANNI	PSL	SP	69.256	3,12	1%
C/C	ACÁCIO FAVACHO	PROS	AP	19.111	2,87	6%
C/C	ADRIANA VENTURA	NOVO	SP	64.341	3,25	1%
C/C	ALAN RICK	DEM	AC	22.263	2,75	7%
C/C	ALESSANDRO MOLON	PSB	RJ	227.914	2,43	4%
C/C	ALEX MANENTE	PPS	SP	127.366	5,09	8%
C/C	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP	116.416	3,82	3%
C/C	ALEXANDRE PADILHA	PT	SP	87.576	5,07	1%
C/C	ALEXIS	NOVO	SP	45.298	6,79	1%
C/C	ALINE GURGEL	PRB	AP	16.519	3,75	5%
C/C	ALTINEU CORTES	PR	RJ	55.367	6,88	5%
C/C	ANDRE ABDON	PP	AP	12.856	4,57	6%
C/C	AUREA CAROLINA	PSOL	MG	162.740	4,11	4%
C/C	BACELAR	PODE	BA	149.274	6,84	9%
C/C	BENEDITA DA SILVA	PT	RJ	44.804	5,61	1%
C/C	BOSCO SARAIVA	SD	AM	55.477	1,93	5%
C/C	CAMILO CAPIBERIBE	PSB	AP	24.987	1,84	8%
C/C	CAPITÃO ALBERTO NETO	PRB	AM	107.168	1,32	9%
C/C	CARLOS JORDY	PSL	RJ	204.048	5,59	5%
C/C	CARLOS ZARATTINI	PT	SP	137.909	3,96	2%
C/C	CELIO STUDART	PV	CE	208.854	2,73	8%
C/C	CHARLLES EVANGELISTA	PSL	MG	51.626	2,22	11%
C/C	CHICO D ANGELO	PDT	RJ	26.417	4,37	3%
C/C	CHIQUINHO BRAZÃO	AVANTE	RJ	25.817	2,59	1%
C/C	CHRIS TONIETTO	PSL	RJ	38.525	3,21	1%
C/C	CHRISTIANE YARED	PR	PR	107.636	3,31	5%
C/C	CLARISSA GARONTINHO	PROS	RJ	35.131	3,55	1%
C/C	CORONEL ARMANDO	PSL	SC	60.069	2,57	10%
C/C	CORONEL CHRISÓSTOMO	PSL	RO	28.344	6,45	4%
C/C	DANIEL COELHO	PPS	PE	97.745	4,97	6%
C/C	DANIEL SILVEIRA	PSL	RJ	31.789	2,08	11%
C/C	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA	145.653	6,40	6%
C/C	DELEGADO MARCELO FREITAS	PSL	MG	58.176	6,45	7%
C/C	DR. HIRAN GONÇALVES	PP	RR	13.299	3,48	7%
C/C	DR. LUIZ OVANDO	PSL	MS	50.376	2,54	6%
C/C	DR. MAURO NAZIF	PSB	RO	30.399	1,87	8%
C/C	DRA. VANDA MILANI	SD	AC	22.219	4,40	8%
C/C	ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP	92.257	5,91	2%
C/C	ELIAS VAZ	PSB	GO	74.877	1,98	7%
C/C	FELIPE CARRERAS	PSB	PE	114.268	2,75	9%
C/C	FERNANDA MELCHIONNA	PSOL	RS	114.302	4,08	5%
C/C	FILIPE BARROS	PSL	PR	75.326	3,35	10%
C/C	FLAVIANO MELO	MDB	AC	18.723	4,14	6%
C/C	FRANCISCO JR	PSD	GO	111.788	4,90	6%
C/C	GELSON AZEVEDO	PHS	RJ	28.216	2,80	5%
C/C	GENERAL GIRAO	PSL	RN	81.640	4,44	8%
C/C	GLAUBER BRAGA	PSOL	RJ	40.199	5,43	4%
C/C	GUSTAVO FRUET	PDT	PR	113.252	1,98	7%
C/C	GUTEMBERG REIS	MDB	RJ	54.573	3,15	5%
C/C	HAROLDO CATHEDRAL	PSD	RR	14.751	1,99	6%
C/C	HEITOR FREIRE	PSL	CE	97.201	3,65	3%
C/C	HELDER SALOMÃO	PT	ES	73.384	4,49	10%
C/C	HELIO FERNANDO BARBOSA LOPES	PSL	RJ	345.234	3,67	5%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
C/C	IVAN VALENTE	PSOL	SP	155.334	5,53	1%
C/C	JANDIRA FEGHALI	PC do B	RJ	71.646	3,86	1%
C/C	JEAN WYLLYS	PSOL	RJ	24.295	2,62	0%
C/C	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	13.429	4,58	7%
C/C	JOÃO ROMA	PRB	BA	84.455	6,04	5%
C/C	JUNINHO DO PNEU	DEM	RJ	45.087	3,04	5%
C/C	LEDA SADALA	AVANTE	AP	11.301	2,80	8%
C/C	LÍDICE DA MATA	PSB	BA	104.348	4,96	9%
C/C	LUCAS GONZALEZ	NOVO	MG	64.022	5,36	2%
C/C	LUIZ CARLOS	PSDB	AP	14.069	3,03	4%
C/C	LUIZ LIMA	PSL	RJ	115.119	4,97	5%
C/C	LUIZA ERUNDINA	PSOL	SP	176.883	2,18	2%
C/C	LUIZIANNE	PT	CE	173.777	2,40	7%
C/C	MAJOR FABIANA	PSL	RJ	57.611	2,16	1%
C/C	MAJOR VITOR HUGO	PSL	GO	31.190	6,45	2%
C/C	MARCELO CALERO	PPS	RJ	50.533	2,06	1%
C/C	MARCELO FREIXO	PSOL	RJ	342.491	2,36	6%
C/C	MARCELO RAMOS	PR	AM	106.805	3,63	8%
C/C	MÁRCIO LABRE	PSL	RJ	46.934	3,38	1%
C/C	MARCIO MARINHO	PRB	BA	95.204	6,24	4%
C/C	MARCOS PEREIRA	PRB	SP	139.165	2,86	1%
C/C	MARIA ROSAS	PRB	SP	71.745	2,15	1%
C/C	MARIANA CARVALHO	PSDB	RO	38.776	5,30	7%
C/C	NATALIA BONAVIDES	PT	RN	112.998	5,95	10%
C/C	NEY LEPREVOST	PSD	PR	92.399	2,03	6%
C/C	NICOLETTI	PSL	RR	12.969	1,42	6%
C/C	NILTO TATTO	PT	SP	124.281	2,50	2%
C/C	ORLANDO SILVA	PC do B	SP	64.822	6,94	1%
C/C	OTACI	SD	RR	11.879	5,33	8%
C/C	OTONI DE PAULA	PSC	RJ	120.498	5,79	2%
C/C	PASTOR MANUEL MARCOS	PRB	AC	7.489	2,34	2%
C/C	PATRUS ANANIAS	PT	MG	112.724	6,49	3%
C/C	PAULO GANIME	NOVO	RJ	52.983	2,04	1%
C/C	PAULO MARTINS	PSC	PR	118.754	4,87	4%
C/C	PAULO RAMOS	PDT	RJ	25.557	3,34	0%
C/C	PAULO TEIXEIRA	PT	SP	78.512	4,31	1%
C/C	PEDRO PAULO	DEM	RJ	56.646	1,48	2%
C/C	POLICIAL KATIA SASTRE	PR	SP	264.013	5,59	2%
C/C	PROFESSOR JOZIEL	PSL	RJ	34.274	2,83	5%
C/C	PROFESSORA MARCIVANIA	PC do B	AP	14.196	3,18	8%
C/C	RODRIGO COELHO	PSB	SC	43.314	2,24	8%
C/C	RODRIGO MAIA	DEM	RJ	74.232	3,30	2%
C/C	RUI FALCÃO	PT	SP	158.389	2,30	2%
C/C	SÂMIA BOMFIM	PSOL	SP	249.887	3,61	2%
C/C	SARGENTO GURGEL	PSL	RJ	62.089	4,44	1%
C/C	SHÉRIDAN	PSDB	RR	12.129	2,06	5%
C/C	TABATA AMARAL	PDT	SP	264.450	5,18	2%
C/C	TALÍRIA PETRONE	PSOL	RJ	107.317	3,23	2%
C/C	TENENTE DERRITE	PP	SP	119.034	6,04	1%
C/C	TEREZA NELMA	PSDB	AL	44.207	2,16	7%
C/C	TIO TRUTIS	PSL	MS	56.339	3,65	6%
C/C	VAIDON OLIVEIRA	PROS	CE	30.392	4,37	2%
C/C	VAVÁ MARTINS	PRB	PA	158.717	6,93	7%
C/C	VINÍCIUS	PR	AP	18.818	6,26	9%
C/C	VINICIUS POIT	NOVO	SP	207.118	4,24	2%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
C/C	WAGNER MONTES	PRB	RJ	65.868	3,60	1%
F/D	ADOLFO VIANA	PSDB	BA	102.603	42,63	11%
F/D	ADRIANO DO BALDY	PP	GO	77.729	59,13	12%
F/D	AFONSO FLORENCE	PT	BA	130.548	45,61	15%
F/D	AFONSO HAMM	PP	RS	100.018	20,85	18%
F/D	AGUINALDO RIBEIRO	PP	PB	120.220	50,39	23%
F/D	AJ ALBUQUERQUE	PP	CE	132.319	26,09	17%
F/D	ALCIDES RODRIGUES	PRP	GO	64.941	10,88	26%
F/D	ALEXANDRE SERFIOTIS	PSD	RJ	37.526	8,81	14%
F/D	ALIEL MACHADO	PSB	PR	95.386	11,73	12%
F/D	ALUISIO MENDES	PODE	MA	105.778	39,51	19%
F/D	AMARO NETO	PRB	ES	181.813	7,08	15%
F/D	ANDRE DE PAULA	PSD	PE	118.641	19,71	16%
F/D	ANDRE FERREIRA	PSC	PE	175.834	7,46	12%
F/D	ANDRE FUFUCA	PP	MA	105.606	30,67	19%
F/D	ANTONIO BRITO	PSD	BA	127.716	13,22	23%
F/D	ARTHUR LIRA	PP	AL	143.858	38,02	29%
F/D	ARTHUR MAIA	DEM	BA	88.908	59,79	14%
F/D	ASSIS CARVALHO	PT	PI	129.623	47,11	22%
F/D	ATILA LINS	PP	AM	118.700	27,73	26%
F/D	ÁTILA LIRA	PSB	PI	54.095	23,37	15%
F/D	BENES LEOCADIO	PTC	RN	125.841	14,08	20%
F/D	BETO FARO	PT	PA	143.822	28,67	17%
F/D	BETO PEREIRA	PSDB	MS	80.500	19,45	14%
F/D	BILAC PINTO	DEM	MG	87.683	24,30	23%
F/D	BOSCO COSTA	PR	SE	47.788	15,68	21%
F/D	CACÁ LEÃO	PP	BA	106.592	30,25	22%
F/D	CAETANO	PT	BA	124.647	8,46	21%
F/D	CARLOS BEZERRA	MDB	MT	59.155	46,60	12%
F/D	CARLOS CHIODINI	MDB	SC	97.613	19,67	13%
F/D	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	DEM	TO	48.012	49,07	22%
F/D	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO	70.663	8,98	19%
F/D	CELSO MALDANER	MDB	SC	80.086	62,68	15%
F/D	CLAUDIO CAJADO	PP	BA	104.322	55,69	21%
F/D	CLEBER VERDE	PRB	MA	101.806	38,17	12%
F/D	CRISTIANO VALE	PR	PA	176.812	30,37	17%
F/D	DA VITORIA	PPS	ES	74.787	31,29	12%
F/D	DANIEL ALMEIDA	PC do B	BA	114.213	36,23	14%
F/D	DANIEL FREITAS	PSL	SC	142.571	17,12	16%
F/D	DANILO CABRAL	PSB	PE	91.635	17,61	26%
F/D	DELEGADO WALDIR	PSL	GO	274.406	7,46	11%
F/D	DIEGO ANDRADE	PSD	MG	105.803	45,30	13%
F/D	DIMAS FABIANO	PP	MG	74.223	61,95	14%
F/D	DOMINGOS NETO	PSD	CE	111.154	24,20	17%
F/D	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG	80.990	34,45	13%
F/D	DR DAMIÃO	PDT	PB	100.876	26,34	17%
F/D	DR LEONARDO	SD	MT	52.335	11,29	18%
F/D	DR. MÁRIO HERINGER	PDT	MG	89.046	44,22	12%
F/D	DRA. MARINA	PTC	PI	70.828	27,97	11%
F/D	DULCE MIRANDA	MDB	TO	40.719	27,99	17%
F/D	EDNA HENRIQUE	PSDB	PB	69.935	17,25	14%
F/D	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	105.969	43,73	11%
F/D	EDUARDO BISMARCK	PDT	CE	87.009	11,92	21%
F/D	EDUARDO COSTA	PTB	PA	75.346	15,53	12%
F/D	EDUARDO DA FONTE	PP	PE	113.640	19,71	13%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/D	EFRAIM FILHO	DEM	PB	76.089	33,41	23%
F/D	ELMAR	DEM	BA	103.823	30,37	18%
F/D	EMIDINHO MADEIRA	PSB	MG	103.533	27,47	35%
F/D	EUCLYDES PETERSEN	PSC	MG	65.316	32,75	14%
F/D	EVAIR DE MELO	PP	ES	48.412	24,87	13%
F/D	FÁBIO FARIA	PSD	RN	70.350	42,83	16%
F/D	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE	102.899	22,00	21%
F/D	FABIO RAMALHO	MDB	MG	63.149	43,59	18%
F/D	FABIO REIS	MDB	SE	64.879	10,42	20%
F/D	FABIO SCHIOCHET	PSL	SC	87.345	12,06	12%
F/D	FELIPE RIGONI	PSB	ES	84.405	7,58	16%
F/D	FELIX MENDONÇA	PDT	BA	91.913	31,27	15%
F/D	FERNANDO FILHO	DEM	PE	92.188	9,74	14%
F/D	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE	82.071	32,38	18%
F/D	FLAVIA MORAIS	PDT	GO	169.774	61,52	24%
F/D	FLAVIO NOGUEIRA	PDT	PI	111.672	44,54	18%
F/D	FOLETTI	PSB	ES	55.957	15,37	13%
F/D	GENECIAS NORONHA	SD	CE	113.515	26,18	24%
F/D	GERVÁSIO MAIA	PSB	PB	146.860	46,99	21%
F/D	GIACOBO	PR	PR	111.384	41,69	12%
F/D	GILSON MARQUES	NOVO	SC	27.443	12,15	12%
F/D	GIOVANI CHERINI	PR	RS	151.719	77,49	14%
F/D	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	80.498	11,62	18%
F/D	GUILHERME MUSSI	PP	SP	134.301	33,07	16%
F/D	GUIMARAES	PT	CE	173.039	45,26	15%
F/D	GUSTINHO RIBEIRO	SD	SE	64.132	19,71	16%
F/D	HEITOR SCHUCH	PSB	RS	109.053	33,20	13%
F/D	HÉLIO COSTA	PRB	SC	179.307	8,07	18%
F/D	HÉLIO LEITE	DEM	PA	102.554	20,07	13%
F/D	HERCÍLIO COELHO DINIZ	MDB	MG	120.489	12,01	18%
F/D	HERMES FRANGÃO PARCIANELLO	MDB	PR	110.717	31,99	22%
F/D	HILDO ROCHA	MDB	MA	77.661	39,81	17%
F/D	HUGO	PRB	PB	92.468	25,43	30%
F/D	IRACEMA PORTELLA	PP	PI	96.277	57,18	24%
F/D	ISNALDO BULHÕES	MDB	AL	71.847	25,18	25%
F/D	JOÃO BACELAR	PR	BA	84.684	43,02	14%
F/D	JOÃO CAMPOS	PSB	PE	460.387	26,58	18%
F/D	JOAO DANIEL	PT	SE	59.933	19,36	14%
F/D	JOÃO MAIA	PR	RN	93.505	53,18	17%
F/D	JOÃO MARCELO	MDB	MA	67.352	25,00	16%
F/D	JOSE AIRTON	PT	CE	74.099	22,63	16%
F/D	JOSÉ NUNES	PSD	BA	99.535	18,90	29%
F/D	JOSE ROCHA	PR	BA	84.016	39,74	23%
F/D	JOSIAS GOMES	PT	BA	115.571	51,29	14%
F/D	JOSIMAR MARANHÃOZINHO	PR	MA	195.768	47,08	26%
F/D	JÚLIO CESAR	PSD	PI	110.804	56,90	26%
F/D	JULIO DELGADO	PSB	MG	58.413	7,74	12%
F/D	JÚNIOR FERRARI	PSD	PA	146.678	27,54	18%
F/D	JUNIOR LOURENÇO	PR	MA	117.033	47,66	17%
F/D	JUNIOR MARRECA FILHO	PATRI	MA	79.674	30,25	12%
F/D	JUSCELINO FILHO	DEM	MA	97.075	34,94	22%
F/D	LEANDRE	PV	PR	123.958	26,60	24%
F/D	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	68.686	28,15	11%
F/D	LEONIDAS CRISTINO	PDT	CE	102.417	8,66	25%
F/D	LOURIVAL GOMES	PSL	RJ	41.307	7,76	14%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/D	LUCIO MOSQUINI	MDB	RO	38.630	13,59	17%
F/D	MAGDA MOFATTO	PR	GO	88.894	28,57	16%
F/D	MARCELO MORAES	PTB	RS	69.904	12,49	19%
F/D	MARCELO NILO	PSB	BA	115.277	70,82	17%
F/D	MARCIO ALVINO	PR	SP	135.844	39,66	12%
F/D	MÁRCIO BIOLCHI	MDB	RS	100.362	27,81	15%
F/D	MÁRCIO JERRY	PC do B	MA	134.223	31,05	15%
F/D	MARCOS AURELIO SAMPAIO	MDB	PI	73.302	24,54	15%
F/D	MARGARETE COELHO	PP	PI	76.338	15,07	14%
F/D	MÁRIO NEGROMONTE JR	PP	BA	102.512	43,68	21%
F/D	MARX BELTRÃO	PSD	AL	139.458	24,97	21%
F/D	MAURO FILHO	PDT	CE	157.510	25,58	19%
F/D	MAURO LOPES	MDB	MG	58.243	43,57	19%
F/D	MISAEEL VARELLA	PSD	MG	128.537	53,43	17%
F/D	MOSES RODRIGUES	MDB	CE	128.526	21,67	18%
F/D	NELSON BARBUDO	PSL	MT	126.249	36,36	16%
F/D	NERI GELLER	PP	MT	73.072	31,05	15%
F/D	NEWTON CARDOSO JR	MDB	MG	69.900	35,12	14%
F/D	NIVALDO ALBUQUERQUE	PTB	AL	84.956	42,13	21%
F/D	ODAIR CUNHA	PT	MG	87.891	70,10	13%
F/D	OSIRES DAMASO	PSC	TO	58.726	30,16	21%
F/D	OSMAR TERRA	MDB	RS	86.305	23,52	15%
F/D	OTTO ALENCAR FILHO	PSD	BA	185.428	50,26	22%
F/D	PAULO ABI ACKEL	PSDB	MG	79.797	71,24	15%
F/D	PAULO AZI	DEM	BA	84.090	26,96	15%
F/D	PAULO GUEDES	PT	MG	176.841	35,27	27%
F/D	PEDRO BEZERRA	PTB	CE	119.030	8,06	19%
F/D	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB	76.754	8,58	12%
F/D	PEDRO LUCAS FERNANDES	PTB	MA	111.538	10,22	15%
F/D	PEDRO LUPION	DEM	PR	92.300	42,27	19%
F/D	PEDRO WESTPHALEN	PP	RS	97.163	34,99	13%
F/D	PENINHA	MDB	SC	76.925	54,52	16%
F/D	PINHEIRINHO	PP	MG	98.404	20,83	16%
F/D	PRIANTE	MDB	PA	154.647	38,06	14%
F/D	PROFESSOR PEDRO UCZAI	PT	SC	115.232	28,73	15%
F/D	PROFESSORA DORINHA	DEM	TO	48.008	40,89	20%
F/D	RAFAEL MOTTA	PSB	RN	82.791	41,26	14%
F/D	RAUL HENRY	MDB	PE	87.585	19,24	13%
F/D	REGINALDO LOPES	PT	MG	194.332	134,43	16%
F/D	REJANE DIAS	PT	PI	138.800	22,23	18%
F/D	RICARDO TEOBALDO	PODE	PE	73.551	22,80	20%
F/D	ROBÉRIO MONTEIRO	PDT	CE	131.275	23,27	29%
F/D	ROBERTO PESSOA	PSDB	CE	102.470	12,80	12%
F/D	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG	131.120	76,98	19%
F/D	RONALDO CARLETTO	PP	BA	118.097	64,34	19%
F/D	RUBENS JUNIOR	PC do B	MA	111.584	19,38	26%
F/D	SANDRO ALEX	PSD	PR	124.512	10,75	17%
F/D	SEBASTIÃO OLIVEIRA	PR	PE	129.978	38,15	26%
F/D	SÉRGIO BRITO	PSD	BA	105.427	27,94	27%
F/D	SÉRGIO SOUZA	MDB	PR	94.077	52,74	18%
F/D	SÉRGIO TOLEDO	PR	AL	98.201	29,40	21%
F/D	SEVERINO PESSÔA	PRB	AL	70.413	7,64	15%
F/D	SIDNEY LEITE	PSD	AM	77.458	12,02	14%
F/D	SILAS CÂMARA	PRB	AM	117.181	13,91	13%
F/D	SILVIO COSTA FILHO	PRB	PE	109.185	34,49	19%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/D	TADEU ALENCAR	PSB	PE	53.597	18,71	17%
F/D	ULDÚRICO JÚNIOR	PPL	BA	66.343	15,76	18%
F/D	VALDEVAN NOVENTA	PSC	SE	45.472	13,79	22%
F/D	VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA	118.313	27,06	11%
F/D	VERMELHO	PSD	PR	70.001	10,40	11%
F/D	VICENTINHO JUNIOR	PR	TO	49.868	37,06	20%
F/D	VINÍCIUS FARAH	MDB	RJ	57.707	8,82	19%
F/D	WALDENOR PEREIRA	PT	BA	121.278	10,96	25%
F/D	WALTER ALVES	MDB	RN	79.333	42,48	21%
F/D	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB	107.465	57,86	29%
F/D	WILSON SANTIAGO	PTB	PB	86.208	40,69	24%
F/D	ZÉ MARIO	DEM	GO	96.188	33,19	13%
F/D	ZÉ SILVA	SD	MG	109.335	94,66	12%
F/D	ZECA DIRCEU	PT	PR	77.306	62,36	14%
F/C	AÉCIO NEVES	PSDB	MG	106.702	17,78	3%
F/C	AFONSO MOTTA	PDT	RS	65.712	20,91	9%
F/C	AIRTON FALEIRO	PT	PA	106.965	39,86	8%
F/C	ALCEU MOREIRA	MDB	RS	100.341	104,44	10%
F/C	ALÊ SILVA	PSL	MG	48.043	11,91	5%
F/C	ALENCAR SANTANA	PT	SP	67.892	7,20	3%
F/C	ALEX SANTANA	PDT	BA	62.922	39,51	2%
F/C	ALEXANDRE FROTA	PSL	SP	155.522	9,86	1%
F/C	ALICE PORTUGAL	PC do B	BA	126.595	9,31	5%
F/C	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE	103.385	18,14	11%
F/C	ANDRE JANONES	AVANTE	MG	178.660	35,39	10%
F/C	ANGELA AMIN	PP	SC	86.189	14,28	5%
F/C	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	87.449	39,28	3%
F/C	ARNALDO JARDIM	PPS	SP	132.363	61,33	11%
F/C	AROLDO MARTINS	PRB	PR	52.572	11,92	1%
F/C	AUGUSTO COUTINHO	SD	PE	77.817	21,49	11%
F/C	AUREO	SD	RJ	68.414	8,48	6%
F/C	BALEIA ROSSI	MDB	SP	214.042	57,07	8%
F/C	BIBO NUNES	PSL	RS	91.664	11,56	3%
F/C	BIRA DO PINDARÉ	PSB	MA	99.598	8,47	9%
F/C	BISPO OSSESIO	PRB	PE	65.939	11,52	2%
F/C	BOHN GASS	PT	RS	102.964	54,41	7%
F/C	BRUNA FURLAN	PSDB	SP	126.847	7,74	11%
F/C	CABO JUNIO AMARAL	PSL	MG	158.541	23,68	2%
F/C	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP	242.327	54,38	8%
F/C	CARLA ZAMBELLI	PSL	SP	76.306	8,99	0%
F/C	CARLOS GOMES	PRB	RS	103.373	22,61	3%
F/C	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	125.666	8,76	7%
F/C	CARLOS VERAS	PT	PE	72.005	40,61	7%
F/C	CAROLINE DE TONI	PSL	SC	109.363	19,60	11%
F/C	CÁSSIO ANDRADE	PSB	PA	130.768	11,18	7%
F/C	CELIO MOURA	PT	TO	18.167	12,95	5%
F/C	CELSO RUSSOMANNO	PRB	SP	521.728	7,10	3%
F/C	CELSO SABINO	PSDB	PA	146.288	11,50	7%
F/C	CEZINHA DE MADUREIRA	PSD	SP	119.024	13,88	1%
F/C	CHRISTINO AUREO	PP	RJ	47.101	26,44	4%
F/C	CORONEL TADEU	PSL	SP	98.373	13,68	1%
F/C	COVATTI FILHO	PP	RS	102.063	171,01	7%
F/C	DAGOBERTO	PDT	MS	40.233	17,35	7%
F/C	DANRLEI DE DEUS GOLEIRO	PSD	RS	102.662	37,53	4%
F/C	DARCI DE MATOS	PSD	SC	68.130	8,32	7%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/C	DAVID SOARES	DEM	SP	99.865	10,75	1%
F/C	DENIS BEZERRA	PSB	CE	106.294	26,00	11%
F/C	DIEGO GARCIA	PODE	PR	103.154	53,04	8%
F/C	DR. LUIZINHO	PP	RJ	103.745	7,17	4%
F/C	DR.JAZIEL	PR	CE	65.300	13,27	2%
F/C	DRA. SORAYA MANATO	PSL	ES	57.741	17,03	6%
F/C	EDILAZIO	PSD	MA	106.578	46,16	11%
F/C	EDIO LOPES	PR	RR	11.952	8,63	11%
F/C	EDUARDO BOLSONARO	PSL	SP	1.843.735	17,38	10%
F/C	ELCIONE	MDB	PA	165.202	11,99	8%
F/C	ELI BORGES	SD	TO	48.812	7,60	10%
F/C	ENIO VERRI	PT	PR	62.169	10,34	7%
F/C	ENRICO MISASI	PV	SP	108.038	90,99	3%
F/C	EROS BIONDINI	PROS	MG	157.394	23,45	3%
F/C	EXPEDITO NETTO	PSD	RO	39.953	17,41	9%
F/C	FAUSTO PINATO	PP	SP	118.684	54,98	10%
F/C	FELÍCIO LATERÇA	PSL	RJ	47.065	7,87	6%
F/C	FELIPE FRANCISCHINI	PSL	PR	241.537	10,75	7%
F/C	FLORDELIS	PSD	RJ	196.959	7,30	4%
F/C	FRED COSTA	PATRI	MG	87.446	11,82	8%
F/C	FREI ANASTACIO	PT	PB	91.408	20,79	7%
F/C	GENERAL PETERNELLI	PSL	SP	74.190	11,11	0%
F/C	GENINHO ZULIANI	DEM	SP	89.378	53,87	9%
F/C	GEOVANIA DE SA	PSDB	SC	101.937	28,56	11%
F/C	GIL CUTRIM	PDT	MA	72.038	34,62	11%
F/C	GILBERTO ABRAMO	PRB	MG	162.092	18,03	5%
F/C	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP	91.797	7,56	1%
F/C	GIOVANI FELTES	MDB	RS	93.088	24,87	11%
F/C	GLAUSTIN DA FOKUS	PSC	GO	100.437	17,32	6%
F/C	GLEISI LULA	PT	PR	212.513	30,97	6%
F/C	HENRIQUE FONTANA	PT	RS	108.585	19,04	10%
F/C	HERCULANO PASSOS	MDB	SP	49.653	19,33	5%
F/C	HUGO LEAL	PSD	RJ	63.561	11,42	5%
F/C	IDILVAN	PDT	CE	154.338	23,58	6%
F/C	IGOR KANNARIO	PHS	BA	54.858	12,19	2%
F/C	IGOR TIMO	PODE	MG	60.509	49,15	9%
F/C	JAQUELINE CASSOL	PP	RO	34.193	23,66	10%
F/C	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP	99.974	48,71	2%
F/C	JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	89.707	121,20	9%
F/C	JOÃO CAMPOS	PRB	GO	106.014	11,24	5%
F/C	JOAQUIM PASSARINHO	PSD	PA	95.582	16,74	10%
F/C	JOICE HASSELMANN	PSL	SP	1.078.666	12,65	6%
F/C	JORGE SOLLA	PT	BA	135.657	20,67	10%
F/C	JOSÉ NELTO	PODE	GO	61.809	43,67	9%
F/C	JOSE MEDEIROS	PODE	MT	82.528	9,95	10%
F/C	JULIAN LEMOS	PSL	PB	71.899	7,11	5%
F/C	JUNIOR BOZZELLA	PSL	SP	78.712	24,83	2%
F/C	JÚNIOR MANO	PATRI	CE	67.917	11,54	10%
F/C	KIM KATAGUIRI	DEM	SP	465.310	7,62	3%
F/C	LAERCIO OLIVEIRA	PP	SE	68.014	16,22	11%
F/C	LAFAYETTE ANDRADA	PRB	MG	103.090	29,90	7%
F/C	LAURIETE	PR	ES	51.983	23,51	4%
F/C	LÉO MOTTA	PSL	MG	51.073	11,15	2%
F/C	LEUR LOMANTO JR	DEM	BA	82.110	32,25	11%
F/C	LINCOLN PORTELA	PR	MG	105.731	24,95	3%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/C	LIZIANE BAYER	PSB	RS	52.977	39,51	2%
F/C	LUCAS REDECKER	PSDB	RS	114.346	22,88	8%
F/C	LUCAS VERGÍLIO	SD	GO	78.431	38,00	10%
F/C	LUCIANO BIVAR	PSL	PE	117.943	7,46	4%
F/C	LUIS TIBE	AVANTE	MG	50.474	15,75	8%
F/C	LUISA CANZIANI	PTB	PR	90.249	48,10	11%
F/C	LUIZ ANTÔNIO	DC	RJ	50.284	14,86	7%
F/C	LUIZ CARLOS MOTTA	PR	SP	75.218	49,85	3%
F/C	LUIZ NISHIMORI	PR	PR	73.344	28,96	8%
F/C	LUIZ PHILIPPE O. BRAGANÇA	PSL	SP	118.457	11,55	1%
F/C	MARCEL VAN HATTEM	NOVO	RS	349.855	19,29	10%
F/C	MARCELO ALVARO ANTONIO	PSL	MG	230.008	11,77	5%
F/C	MARCELO ARO	PHS	MG	107.219	20,97	11%
F/C	MARCON	PT	RS	122.838	104,62	10%
F/C	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	97.303	10,98	3%
F/C	MARÍLIA ARRAES	PT	PE	193.108	10,52	8%
F/C	MARLON SANTOS	PDT	RS	116.483	29,45	10%
F/C	MAURÍCIO DZIEDRICKI	PTB	RS	83.617	14,55	4%
F/C	MILTON VIEIRA	PRB	SP	77.413	21,42	2%
F/C	MINEIRO	PT	RN	98.070	10,76	8%
F/C	NEREU CRISPIN	PSL	RS	32.200	21,39	2%
F/C	NILSON PINTO	PSDB	PA	148.972	57,37	10%
F/C	OLIVAL MARQUES	DEM	PA	135.398	41,15	5%
F/C	ONYX LORENZONI	DEM	RS	183.518	21,22	5%
F/C	PADRE JOÃO	PT	MG	131.228	93,15	9%
F/C	PASTOR ABILIO SANTANA	PHS	BA	50.345	30,28	2%
F/C	PASTOR EURICO	PATRI	PE	125.025	19,43	4%
F/C	PASTOR GILDENEMYR	PMN	MA	47.757	19,66	2%
F/C	PASTOR MARCO FELICIANO	PODE	SP	239.784	20,83	2%
F/C	PAULÃO	PT	AL	60.900	10,78	9%
F/C	PAULINHO DA FORÇA	SD	SP	75.613	17,00	2%
F/C	PAULO BENGTSOEN	PTB	PA	96.722	14,78	4%
F/C	PAULO FREIRE COSTA	PR	SP	109.461	15,97	1%
F/C	PAULO PIMENTA	PT	RS	133.086	19,61	9%
F/C	PELEGRINO	PT	BA	101.476	8,08	9%
F/C	PERPETUA ALMEIDA	PC do B	AC	18.374	7,59	8%
F/C	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	80.427	82,60	5%
F/C	PROF. DAYANE PIMENTEL	PSL	BA	136.742	15,56	3%
F/C	PROFESSOR LUIZ FLAVIO GOMES	PSB	SP	86.433	13,54	2%
F/C	PROFESSORA ROSA NEIDE	PT	MT	51.015	29,23	8%
F/C	RAIMUNDO COSTA	PRP	BA	38.829	21,78	9%
F/C	RENATA ABREU	PODE	SP	161.239	7,78	4%
F/C	RENILDO CALHEIROS	PC do B	PE	57.919	21,37	11%
F/C	RICARDO BARROS	PP	PR	80.025	10,74	10%
F/C	RICARDO GUIDI	PSD	SC	61.830	13,56	10%
F/C	RICARDO IZAR	PP	SP	121.869	32,62	7%
F/C	ROBERTO ALVES	PRB	SP	82.097	32,50	2%
F/C	ROBERTO DE LUCENA	PODE	SP	56.033	23,62	1%
F/C	ROGÉRIO CORREIA	PT	MG	131.312	34,96	4%
F/C	ROSANGELA GOMES	PRB	RJ	63.952	8,23	2%
F/C	RUBENS BUENO	PPS	PR	76.471	14,27	8%
F/C	RUBENS OTONI	PT	GO	83.063	12,52	6%
F/C	SAMUEL MOREIRA	PSDB	SP	103.215	35,52	11%
F/C	SANDERSON FEDERAL	PSL	RS	88.559	25,46	4%
F/C	SARGENTO FAHUR	PSD	PR	314.963	21,74	10%

Padrão	Nome candidato	Partido	UF	Votos	Frag.	Dom.
F/C	SORAYA SANTOS	PR	RJ	48.328	15,99	2%
F/C	SÓSTENES	DEM	RJ	94.203	7,16	2%
F/C	STEFANO AGUIAR	PSD	MG	115.795	21,06	2%
F/C	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG	93.932	21,33	2%
F/C	TEREZA CRISTINA	DEM	MS	75.068	16,82	11%
F/C	TIAGO MITRAUD	NOVO	MG	71.901	7,54	1%
F/C	TIRIRICA	PR	SP	453.855	7,43	3%
F/C	TONINHO WANDSCHEER	PROS	PR	72.475	45,62	11%
F/C	TÚLIO GADÊLHA	PDT	PE	75.642	7,31	3%
F/C	VANDER LOUBET	PT	MS	55.970	23,43	9%
F/C	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP	102.708	17,38	7%
F/C	VICENTINHO	PT	SP	70.645	10,03	4%
F/C	VILSON DA FETAEMG	PSB	MG	70.481	162,90	7%
F/C	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP	97.862	33,64	6%
F/C	WELITON PRADO	PROS	MG	129.199	11,57	6%
F/C	ZE CARLOS	PT	MA	76.893	61,52	9%

Tabela 2 – Produção legislativa dos deputados federais da 56ª Legislatura (fev. /19 a jan. /20)

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Boca Aberta	PROS	PR	419
Jesus Sérgio	PDT	AC	246
Célio Studart	PV	CE	203
Perpétua Almeida	PC do B	AC	167
Edna Henrique	PSDB	PB	148
Ivan Valente	PSOL	SP	135
Capitão Alberto Neto	PRB	AM	132
Heitor Freire	PSL	CE	120
Felipe Carreras	PSB	PE	113
Hermes Parcianello	MDB	PR	103
José Medeiros	PODE	MT	96
Roberto de Lucena	PODE	SP	94
Julian Lemos	PSL	PB	94
Marcelo Calero	PPS	RJ	93
Silas Câmara	PRB	AM	80
José Ricardo	PT	AM	76
Eduardo Costa	PTB	PA	76
Renata Abreu	PODE	SP	72
Rodrigo Agostinho	PSB	SP	71
Mário Heringer	PDT	MG	69
Sanderson	PSL	RS	67
Elias Vaz	PSB	GO	63
Helio Lopes	PSL	RJ	62
Juninho do Pneu	DEM	RJ	59
David Soares	DEM	SP	56
Rubens Bueno	PPS	PR	55
Rubens Otoni	PT	GO	55
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL	SP	53
Dra. Soraya Manato	PSL	ES	51
Marreca Filho	PATRI	MA	50
Rejane Dias	PT	PI	49
Carlos Bezerra	MDB	MT	48
Coronel Tadeu	PSL	SP	48
Luiz Lima	PSL	RJ	46
Bosco Costa	PR	SE	45

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
José Nelto	PODE	GO	44
Rafael Motta	PSB	RN	43
Charles Fernandes	PSD	BA	43
Capitão Wagner	PROS	CE	42
Celso Sabino	PSDB	PA	42
Assis Carvalho	PT	PI	41
Lincoln Portela	PR	MG	40
Léo Moraes	PODE	RO	39
João Daniel	PT	SE	39
José Guimarães	PT	CE	39
Fred Costa	PATRI	MG	38
Jerônimo Goergen	PP	RS	38
Roberto Pessoa	PSDB	CE	38
Zé Vitor	PMN	MG	37
Nilson Pinto	PSDB	PA	36
Carlos Henrique Gaguim	DEM	TO	35
Luiz Flávio Gomes	PSB	SP	34
Pedro Lucas Fernandes	PTB	MA	34
Vinicius Farah	MDB	RJ	33
Schiavinato	PP	PR	33
Ossesio Silva	PRB	PE	33
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	33
Frei Anastacio Ribeiro	PT	PB	33
Ronaldo Carletto	PP	BA	32
Mauro Nazif	PSB	RO	32
Bibo Nunes	PSL	RS	32
Alexandre Padilha	PT	SP	32
Nilto Tatto	PT	SP	32
Pastor Sargento Isidório	AVANTE	BA	31
João H. Campos	PSB	PE	31
Felipe Rigoni	PSB	ES	31
Kim Kataguiri	DEM	SP	30
Eduardo Bismarck	PDT	CE	30
Filipe Barros	PSL	PR	30
Lucio Mosquini	MDB	RO	29
Otoni de Paula	PSC	RJ	29
Hugo Leal	PSD	RJ	29
Daniel Silveira	PSL	RJ	29
Paulo Bengtson	PTB	PA	29
Aureo Ribeiro	SOLIDARIEDADE	RJ	29
Pompeo de Mattos	PDT	RS	28
Cássio Andrade	PSB	PA	28
Fabio Schiochet	PSL	SC	28
Pastor Eurico	PATRI	PE	27
Reginaldo Lopes	PT	MG	27
Marcelo Ramos	PR	AM	26
Fábio Trad	PSD	MS	26
André Figueiredo	PDT	CE	25
Diego Garcia	PODE	PR	25
Giovani Cherini	PR	RS	25
João Roma	PRB	BA	25
Nereu Crispim	PSL	RS	25
Geninho Zuliani	DEM	SP	24
Fernando Rodolfo	PHS	PE	24
Weliton Prado	PROS	MG	24

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Gervásio Maia	PSB	PB	24
Bira do Pindaré	PSB	MA	24
Chris Tonietto	PSL	RJ	24
Gustinho Ribeiro	SOLIDARIEDADE	SE	24
Alceu Moreira	MDB	RS	23
Igor Kannário	PHS	BA	23
Magda Mofatto	PR	GO	23
Mara Rocha	PSDB	AC	23
Pedro Augusto Bezerra	PTB	CE	23
Dr. Leonardo	SOLIDARIEDADE	MT	23
Igor Timo	PODE	MG	22
Guilherme Derrite	PP	SP	22
Carmen Zanotto	PPS	SC	22
Marx Beltrão	PSD	AL	22
Fábio Faria	PSD	RN	22
Marília Arraes	PT	PE	22
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	MT	22
Afonso Motta	PDT	RS	21
Lauriete	PR	ES	21
Expedito Netto	PSD	RO	21
Pedro Uczai	PT	SC	21
Valmir Assunção	PT	BA	21
Alessandro Molon	PSB	RJ	20
Professora Dayane Pimentel	PSL	BA	20
Dr. Jaziel	PR	CE	19
Otto Alencar Filho	PSD	BA	19
Júnior Ferrari	PSD	PA	19
Márcio Labre	PSL	RJ	19
Maria do Rosário	PT	RS	19
Wilson Santiago	PTB	PB	19
Leandre	PV	PR	19
Chiquinho Brazão	AVANTE	RJ	18
Sóstenes Cavalcante	DEM	RJ	18
Paulo Ramos	PDT	RJ	18
Aluisio Mendes	PODE	MA	18
Bacelar	PODE	BA	18
Gilberto Abramo	PRB	MG	18
Abou Anni	PSL	SP	18
Alê Silva	PSL	MG	18
Eli Borges	SOLIDARIEDADE	TO	18
Gutemberg Reis	MDB	RJ	17
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	RJ	17
Alex Manente	PPS	SP	17
Luiz Nishimori	PR	PR	17
Marcos Pereira	PRB	SP	17
Wladimir Garotinho	PRP	RJ	17
Júnior Bozzella	PSL	SP	17
Marcelo Freixo	PSOL	RJ	17
Rogério Correia	PT	MG	17
Natália Bonavides	PT	RN	17
Nivaldo Albuquerque	PTB	AL	17
Hildo Rocha	MDB	MA	16
Fabio Reis	MDB	SE	16
Damião Feliciano	PDT	PB	16
Franco Cartafina	PHS	MG	16

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Ricardo Izar	PP	SP	16
Capitão Augusto	PR	SP	16
Policial Katia Sastre	PR	SP	16
Amaro Neto	PRB	ES	16
Darci de Matos	PSD	SC	16
Lourival Gomes	PSL	RJ	16
Marcon	PT	RS	16
Zé Carlos	PT	MA	16
Rogério Peninha Mendonça	MDB	SC	15
Hercílio Coelho Diniz	MDB	MG	15
Lucas Gonzalez	NOVO	MG	15
Sergio Vidigal	PDT	ES	15
Chico D'Angelo	PDT	RJ	15
Pinheirinho	PP	MG	15
Danilo Cabral	PSB	PE	15
Ruy Carneiro	PSDB	PB	15
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	15
Padre João	PT	MG	15
Gleisi Hoffmann	PT	PR	15
Gustavo Fruet	PDT	PR	14
Cleber Verde	PRB	MA	14
Aline Gurgel	PRB	AP	14
Maria Rosas	PRB	SP	14
Denis Bezerra	PSB	CE	14
Sidney Leite	PSD	AM	14
Lucas Redecker	PSDB	RS	14
Junio Amaral	PSL	MG	14
Delegado Marcelo Freitas	PSL	MG	14
Gilson Marques	NOVO	SC	13
Júnior Mano	PATRI	CE	13
Alice Portugal	PC do B	BA	13
Tabata Amaral	PDT	SP	13
Fábio Henrique	PDT	SE	13
Eduardo da Fonte	PP	PE	13
Tiririca	PR	SP	13
Vavá Martins	PRB	PA	13
Celso Russomanno	PRB	SP	13
Rodrigo Coelho	PSB	SC	13
Cezinha de Madureira	PSD	SP	13
Célio Silveira	PSDB	GO	13
Nicoletti	PSL	RR	13
Professora Rosa Neide	PT	MT	13
Margarida Salomão	PT	MG	13
Zé Neto	PT	BA	13
Pedro Paulo	DEM	RJ	12
Baleia Rossi	MDB	SP	12
Carlos Chiodini	MDB	SC	12
Jandira Feghali	PC do B	RJ	12
Gil Cutrim	PDT	MA	12
Angela Amin	PP	SC	12
Vinicius Carvalho	PRB	SP	12
Mariana Carvalho	PSDB	RO	12
Aécio Neves	PSDB	MG	12
Delegado Pablo	PSL	AM	12
Coronel Chrisóstomo	PSL	RO	12

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Carlos Jordy	PSL	RJ	12
Aline Sleutjes	PSL	PR	12
Paulo Pimenta	PT	RS	12
Airton Faleiro	PT	PA	12
Helder Salomão	PT	ES	12
Jose Mario Schreiner	DEM	GO	11
Túlio Gadêlha	PDT	PE	11
Flávia Moraes	PDT	GO	11
Beto Rosado	PP	RN	11
Evair Vieira de Melo	PP	ES	11
Daniel Coelho	PPS	PE	11
Severino Pessoa	PRB	AL	11
Lafayette de Andrada	PRB	MG	11
Roberto Alves	PRB	SP	11
Rosana Valle	PSB	SP	11
Camilo Capiberibe	PSB	AP	11
Flordelis	PSD	RJ	11
Domingos Neto	PSD	CE	11
Delegado Waldir	PSL	GO	11
Talíria Petrone	PSOL	RJ	11
Tiago Dimas	SOLIDARIEDADE	TO	11
Augusto Coutinho	SOLIDARIEDADE	PE	11
Greyce Elias	AVANTE	MG	10
Alexis Fonteyne	NOVO	SP	10
Dagoberto Nogueira	PDT	MS	10
Pedro Westphalen	PP	RS	10
Hiran Gonçalves	PP	RR	10
Clarissa Garotinho	PROS	RJ	10
Liziane Bayer	PSB	RS	10
Tadeu Alencar	PSB	PE	10
Carlos Sampaio	PSDB	SP	10
Domingos Sávio	PSDB	MG	10
Alexandre Frota	PSL	SP	10
Gurgel	PSL	RJ	10
Carla Zambelli	PSL	SP	10
Paulo Teixeira	PT	SP	10
Alencar Santana Braga	PT	SP	10
Patrus Ananias	PT	MG	10
Marcelo Moraes	PTB	RS	10
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	PI	9
Márcio Jerry	PC do B	MA	9
Ricardo Teobaldo	PODE	PE	9
Mário Negromonte Jr.	PP	BA	9
Altineu Côrtes	PR	RJ	9
Sebastião Oliveira	PR	PE	9
André Ferreira	PSC	PE	9
Valdevan Noventa	PSC	SE	9
Delegado Éder Mauro	PSD	PA	9
Francisco Jr.	PSD	GO	9
Beto Pereira	PSDB	MS	9
Pedro Cunha Lima	PSDB	PB	9
Delegado Antônio Furtado	PSL	RJ	9
Jorge Solla	PT	BA	9
Benes Leocádio	PTC	RN	9
Joenia Wapichana	REDE	RR	9

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Zé Silva	SOLIDARIEDADE	MG	9
Norma Ayub	DEM	ES	8
Alexandre Leite	DEM	SP	8
Herculano Passos	MDB	SP	8
Walter Alves	MDB	RN	8
Sergio Souza	MDB	PR	8
Dulce Miranda	MDB	TO	8
Paulo Ganime	NOVO	RJ	8
Rubens Pereira Júnior	PC do B	MA	8
Idilvan Alencar	PDT	CE	8
Alex Santana	PDT	BA	8
Leônidas Cristino	PDT	CE	8
Vicentinho Júnior	PR	TO	8
Vilson da Fetaemg	PSB	MG	8
Gonzaga Patriota	PSB	PE	8
Paulo Eduardo Martins	PSC	PR	8
André de Paula	PSD	PE	8
Shéridan	PSDB	RR	8
Léo Motta	PSL	MG	8
Bohn Gass	PT	RS	8
Rui Falcão	PT	SP	8
Maurício Dziedricki	PTB	RS	8
Leur Lomanto Júnior	DEM	BA	7
Olival Marques	DEM	PA	7
Pedro Lupion	DEM	PR	7
Elcione Barbalho	MDB	PA	7
Daniel Almeida	PC do B	BA	7
Orlando Silva	PC do B	SP	7
Flavio Nogueira	PDT	PI	7
Jaqueline Cassol	PP	RO	7
Fausto Pinato	PP	SP	7
Adriano do Baldy	PP	GO	7
Luizão Goulart	PRB	PR	7
Aroldo Martins	PRB	PR	7
Fábio Mitidieri	PSD	SE	7
Tereza Nelma	PSDB	AL	7
Rose Modesto	PSDB	MS	7
Guiga Peixoto	PSL	SP	7
Eduardo Bolsonaro	PSL	SP	7
Charles Evangelista	PSL	MG	7
Benedita da Silva	PT	RJ	7
Luizianne Lins	PT	CE	7
José Airton Félix Cirilo	PT	CE	7
Raul Henry	MDB	PE	6
Newton Cardoso Jr	MDB	MG	6
Eduardo Braide	PMN	MA	6
Pr. Marco Feliciano	PODE	SP	6
Margarete Coelho	PP	PI	6
Iracema Portella	PP	PI	6
Átila Lins	PP	AM	6
João Maia	PR	RN	6
Júlio Delgado	PSB	MG	6
Lídice da Mata	PSB	BA	6
Aliel Machado	PSB	PR	6
Luciano Ducci	PSB	PR	6

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Heitor Schuch	PSB	RS	6
Felício Laterça	PSL	RJ	6
Nelson Barbudo	PSL	MT	6
Felipe Francischini	PSL	PR	6
Áurea Carolina	PSOL	MG	6
Zeca Dirceu	PT	PR	6
Alan Rick	DEM	AC	5
Eli Corrêa Filho	DEM	SP	5
Dr. Frederico	PATRI	MG	5
Subtenente Gonzaga	PDT	MG	5
Silvia Cristina	PDT	RO	5
Guilherme Mussi	PP	SP	5
Laercio Oliveira	PP	SE	5
Neri Geller	PP	MT	5
Fernando Monteiro	PP	PE	5
Da Vitoria	PPS	ES	5
Soraya Santos	PR	RJ	5
Luiz Carlos Motta	PR	SP	5
Milton Vieira	PRB	SP	5
Márcio Marinho	PRB	BA	5
Hélio Costa	PRB	SC	5
Eros Biondini	PROS	MG	5
Raimundo Costa	PRP	BA	5
JHC	PSB	AL	5
Ney Leprevost	PSD	PR	5
Sargento Fahur	PSD	PR	5
Edilázio Júnior	PSD	MA	5
Ricardo Guidi	PSD	SC	5
Adolfo Viana	PSDB	BA	5
Eduardo Cury	PSDB	SP	5
Professor Joziel	PSL	RJ	5
Joice Hasselmann	PSL	SP	5
Caroline de Toni	PSL	SC	5
Daniel Freitas	PSL	SC	5
Edmilson Rodrigues	PSOL	PA	5
Afonso Florence	PT	BA	5
Célio Moura	PT	TO	5
Carlos Veras	PT	PE	5
Luiz Antônio Corrêa	DC	RJ	4
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO	4
Dr. Zacharias Calil	DEM	GO	4
Juarez Costa	MDB	MT	4
Jéssica Sales	MDB	AC	4
Daniela do Waguinho	MDB	RJ	4
Tiago Mitraud	NOVO	MG	4
Marlon Santos	PDT	RS	4
Wolney Queiroz	PDT	PE	4
AJ Albuquerque	PP	CE	4
Christino Aureo	PP	RJ	4
Uldurico Junior	PPL	BA	4
Arnaldo Jardim	PPS	SP	4
Josimar Maranhãozinho	PR	MA	4
Sergio Toledo	PR	AL	4
Hugo Motta	PRB	PB	4
Marcelo Nilo	PSB	BA	4

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Osires Damaso	PSC	TO	4
Joaquim Passarinho	PSD	PA	4
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	4
Marco Bertaiolli	PSD	SP	4
Daniel Trzeciak	PSDB	RS	4
Loester Trutis	PSL	MS	4
Coronel Armando	PSL	SC	4
Dr. Luiz Ovando	PSL	MS	4
Glauber Braga	PSOL	RJ	4
Arlindo Chinaglia	PT	SP	4
Dra. Vanda Milani	SOLIDARIEDADE	AC	4
André Janones	AVANTE	MG	3
Tito	AVANTE	BA	3
Bilac Pinto	DEM	MG	3
Flaviano Melo	MDB	AC	3
Robério Monteiro	PDT	CE	3
Félix Mendonça Júnior	PDT	BA	3
Abílio Santana	PHS	BA	3
Gelson Azevedo	PHS	RJ	3
André Fufuca	PP	MA	3
Professor Alcides	PP	GO	3
Marcio Alvino	PR	SP	3
Miguel Lombardi	PR	SP	3
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	3
João Campos	PRB	GO	3
Acácio Favacho	PROS	AP	3
Alexandre Serfiotis	PSD	RJ	3
Diego Andrade	PSD	MG	3
Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG	3
Vanderlei Macris	PSDB	SP	3
General Peternelli	PSL	SP	3
General Girão	PSL	RN	3
Luiza Erundina	PSOL	SP	3
Nelson Pellegrino	PT	BA	3
Luisa Canziani	PTB	PR	3
Enrico Misasi	PV	SP	3
Bosco Saraiva	SOLIDARIEDADE	AM	3
Tereza Cristina	DEM	MS	2
Juscelino Filho	DEM	MA	2
Arthur Oliveira Maia	DEM	BA	2
Elmar Nascimento	DEM	BA	2
Paulo Azi	DEM	BA	2
Celso Maldaner	MDB	SC	2
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	2
Moses Rodrigues	MDB	CE	2
Vinicius Poit	NOVO	SP	2
Adriana Ventura	NOVO	SP	2
Renildo Calheiros	PC do B	PE	2
Claudio Cajado	PP	BA	2
Ricardo Barros	PP	PR	2
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	2
Edio Lopes	PR	RR	2
Silvio Costa Filho	PRB	PE	2
Carlos Gomes	PRB	RS	2
Rosangela Gomes	PRB	RJ	2

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Toninho Wandscheer	PROS	PR	2
Alcides Rodrigues	PRP	GO	2
Emidinho Madeira	PSB	MG	2
Átila Lira	PSB	PI	2
Júlio Cesar	PSD	PI	2
Vermelho	PSD	PR	2
Rodrigo de Castro	PSDB	MG	2
Eduardo Barbosa	PSDB	MG	2
Samuel Moreira	PSDB	SP	2
Henrique Fontana	PT	RS	2
Paulo Guedes	PT	MG	2
Odair Cunha	PT	MG	2
Carlos Zarattini	PT	SP	2
Marina Santos	PTC	PI	2
Lucas Vergilio	SOLIDARIEDADE	GO	2
Luis Tibé	AVANTE	MG	1
Hélio Leite	DEM	PA	1
Fábio Ramalho	MDB	MG	1
Mauro Lopes	MDB	MG	1
Professora Marcivania	PC do B	AP	1
Mauro Benevides Filho	PDT	CE	1
Marcelo Aro	PHS	MG	1
Arthur Lira	PP	AL	1
Afonso Hamm	PP	RS	1
Dimas Fabiano	PP	MG	1
Covatti Filho	PP	RS	1
Capitão Fábio Abreu	PR	PI	1
Paulo Freire Costa	PR	SP	1
Christiane de Souza Yared	PR	PR	1
José Rocha	PR	BA	1
Vaidon Oliveira	PROS	CE	1
Gilberto Nascimento	PSC	SP	1
Stefano Aguiar	PSD	MG	1
Bruna Furlan	PSDB	SP	1
Geovania de Sá	PSDB	SC	1
Luciano Bivar	PSL	PE	1
Vitor Hugo	PSL	GO	1
Major Fabiana	PSL	RJ	1
Paulão	PT	AL	1
Leonardo Monteiro	PT	MG	1
Enio Verri	PT	PR	1
Beto Faro	PT	PA	1
Vander Loubet	PT	MS	1
Genecias Noronha	SOLIDARIEDADE	CE	1
Leda Sadala	AVANTE	AP	0
Rodrigo Maia	DEM	RJ	0
Efraim Filho	DEM	PB	0
Fernando Coelho Filho	DEM	PE	0
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	0
João Marcelo Souza	MDB	MA	0
Giovani Feltes	MDB	RS	0
Osmar Terra	MDB	RS	0
Márcio Biolchi	MDB	RS	0
José Priante	MDB	PA	0
Marcel van Hattem	NOVO	RS	0

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg.
Pastor Gil	PMN	MA	0
Cacá Leão	PP	BA	0
André Abdon	PP	AP	0
Wellington Roberto	PR	PB	0
Cristiano Vale	PR	PA	0
Junior Lourenço	PR	MA	0
Giacobo	PR	PR	0
João Carlos Bacelar	PR	BA	0
Vinicius Gurgel	PR	AP	0
Wagner Montes	PRB	RJ	0
Jefferson Campos	PSB	SP	0
Paulo Foletto	PSB	ES	0
Euclides Pettersen	PSC	MG	0
Glaustin da Fokus	PSC	GO	0
Antonio Brito	PSD	BA	0
Sandro Alex	PSD	PR	0
Haroldo Cathedral	PSD	RR	0
Sérgio Brito	PSD	BA	0
Misael Varella	PSD	MG	0
José Nunes	PSD	BA	0
Luiz Carlos	PSDB	AP	0
Vitor Lippi	PSDB	SP	0
Marcelo Álvaro Antônio	PSL	MG	0
Jean Wyllys	PSOL	RJ	0
Waldenor Pereira	PT	BA	0
Josias Gomes	PT	BA	0
Vicentinho	PT	SP	0
LEO DE BRITO	PT	AC	0
Paulo Pereira da Silva	SOLIDARIEDADE	SP	0
Ottaci Nascimento	SOLIDARIEDADE	RR	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 3 – Medidas estatísticas da produção legislativa dos deputados federais da 56ª Legislatura (fev. /19 a jan. /20)

Medida	Com outliers	Sem outliers
Produção Legislativa Total	8.543	6.300
Bancada de Deputados	505	490
Média	16,9	12,9
Desvio Padrão	30,6	13,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 4 – Produção legislativa de abrangência local dos deputados federais da 56ª Legislatura (fev. /19 a jan. /20)

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Hermes Parciannelo	MDB	PR	103	100%
Nilson Pinto	PSDB	PA	36	100%
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	2	100%
Genecias Noronha	SOLIDARIEDADE	CE	1	100%
Boca Aberta	PROS	PR	366	87%
Eduardo Costa	PTB	PA	60	79%
Julian Lemos	PSL	PB	72	77%
Silas Câmara	PRB	AM	61	76%
Marcio Alvino	PR	SP	2	67%
Perpétua Almeida	PC do B	AC	104	62%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Heitor Freire	PSL	CE	65	54%
Sergio Toledo	PR	AL	2	50%
Toninho Wandscheer	PROS	PR	1	50%
Vermelho	PSD	PR	1	50%
Rodrigo de Castro	PSDB	MG	1	50%
José Ricardo	PT	AM	34	45%
Alan Rick	DEM	AC	2	40%
Neri Geller	PP	MT	2	40%
Soraya Santos	PR	RJ	2	40%
Luiz Carlos Motta	PR	SP	2	40%
Ricardo Guidi	PSD	SC	2	40%
Bira do Pindaré	PSB	MA	8	33%
Angela Amin	PP	SC	4	33%
Átila Lins	PP	AM	2	33%
Bilac Pinto	DEM	MG	1	33%
Luisa Canziani	PTB	PR	1	33%
Igor Kannário	PHS	BA	7	30%
Fabio Schiochet	PSL	SC	8	29%
Aline Gurgel	PRB	AP	4	29%
Arnaldo Jardim	PPS	SP	1	25%
Josimar Maranhãozinho	PR	MA	1	25%
Arlindo Chinaglia	PT	SP	1	25%
Lucio Mosquini	MDB	RO	7	24%
Wladimir Garotinho	PRP	RJ	4	24%
Célio Moura	PT	TO	1	20%
Rafael Motta	PSB	RN	8	19%
Schiavinato	PP	PR	6	18%
Pompeo de Mattos	PDT	RS	5	18%
Filipe Barros	PSL	PR	5	17%
Geninho Zuliani	DEM	SP	4	17%
Carlos Chiodini	MDB	SC	2	17%
Eduardo Braide	PMN	MA	1	17%
Pr. Marco Feliciano	PODE	SP	1	17%
Júnior Mano	PATRI	CE	2	15%
Flávio Nogueira	PDT	PI	2	15%
Vavá Martins	PRB	PA	2	15%
Rodrigo Coelho	PSB	SC	2	15%
Gustavo Fruet	PDT	PR	2	14%
José Airton Félix Cirilo	PT	CE	1	14%
Zé Vitor	PMN	MG	5	14%
Rogério Peninha Mendonça	MDB	SC	2	13%
Franco Cartafina	PHS	MG	2	13%
Mara Rocha	PSDB	AC	3	13%
Fabio Reis	MDB	SE	2	13%
Hildo Rocha	MDB	MA	2	13%
Damião Feliciano	PDT	PB	2	13%
Lourival Gomes	PSL	RJ	2	13%
Marreca Filho	PATRI	MA	6	12%
Pedro Lucas Fernandes	PTB	MA	4	12%
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	PI	1	11%
Altineu Côrtes	PR	RJ	1	11%
André Ferreira	PSC	PE	1	11%
Jorge Solla	PT	BA	1	11%
Zé Silva	SOLIDARIEDADE	MG	1	11%
Wilson Santiago	PTB	PB	2	11%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Greyce Elias	AVANTE	MG	1	10%
Pedro Westphalen	PP	RS	1	10%
Marcelo Moraes	PTB	RS	1	10%
Vinicius Farah	MDB	RJ	3	9%
Magda Mofatto	PR	GO	2	9%
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	MT	2	9%
Flávia Moraes	PDT	GO	1	9%
Evair Vieira de Melo	PP	ES	1	9%
Delegado Waldir	PSL	GO	1	9%
Dr. Leonardo	SOLIDARIEDADE	MT	2	9%
Mariana Carvalho	PSDB	RO	1	8%
Delegado Pablo	PSL	AM	1	8%
Coronel Chrisóstomo	PSL	RO	1	8%
Airton Faleiro	PT	PA	1	8%
Jerônimo Goergen	PP	RS	3	8%
Léo Moraes	PODE	RO	3	8%
Edna Henrique	PSDB	PB	11	7%
Reginaldo Lopes	PT	MG	2	7%
Rubens Bueno	PPS	PR	4	7%
Cássio Andrade	PSB	PA	2	7%
Sidney Leite	PSD	AM	1	7%
Paulo Bengtson	PTB	PA	2	7%
Eduardo Bismarck	PDT	CE	2	7%
Danilo Cabral	PSB	PE	1	7%
Ruy Carneiro	PSDB	PB	1	7%
Ronaldo Carletto	PP	BA	2	6%
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	2	6%
Gutemberg Reis	MDB	RJ	1	6%
Alex Manente	PPS	SP	1	6%
Luiz Nishimori	PR	PR	1	6%
Marcos Pereira	PRB	SP	1	6%
Bozzella	PSL	SP	1	6%
Rogério Correia	PT	MG	1	6%
Sóstenes Cavalcante	DEM	RJ	1	6%
Alê Silva	PSL	MG	1	6%
Celso Sabino	PSDB	PA	2	5%
Marília Arraes	PT	PE	1	5%
Alceu Moreira	MDB	RS	1	4%
Fernando Rodolfo	PHS	PE	1	4%
Gervásio Maia	PSB	PB	1	4%
Diego Garcia	PODE	PR	1	4%
Giovani Cherini	PR	RS	1	4%
João Roma	PRB	BA	1	4%
Otoni de Paula	PSC	RJ	1	3%
Pastor Sargento Isidório	AVANTE	BA	1	3%
João H. Campos	PSB	PE	1	3%
Alexandre Padilha	PT	SP	1	3%
Capitão Alberto Neto	PRB	AM	4	3%
Ossesio Silva	PRB	PE	1	3%
Sanderson	PSL	RS	2	3%
Mário Heringer	PDT	MG	2	3%
Luiz Flávio Gomes	PSB	SP	1	3%
José Guimarães	PT	CE	1	3%
Ivan Valente	PSOL	SP	3	2%
Luiz Lima	PSL	RJ	1	2%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Jesus Sérgio	PDT	AC	5	2%
Elias Vaz	PSB	GO	1	2%
Renata Abreu	PODE	SP	1	1%
Célio Studart	PV	CE	0	0%
Felipe Carreras	PSB	PE	0	0%
José Medeiros	PODE	MT	0	0%
Roberto de Lucena	PODE	SP	0	0%
Marcelo Calero	PPS	RJ	0	0%
Rodrigo Agostinho	PSB	SP	0	0%
Helio Lopes	PSL	RJ	0	0%
Juninho do Pneu	DEM	RJ	0	0%
David Soares	DEM	SP	0	0%
Rubens Otoni	PT	GO	0	0%
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL	SP	0	0%
Dra. Soraya Manato	PSL	ES	0	0%
Rejane Dias	PT	PI	0	0%
Carlos Bezerra	MDB	MT	0	0%
Coronel Tadeu	PSL	SP	0	0%
Bosco Costa	PR	SE	0	0%
José Nelto	PODE	GO	0	0%
Charles Fernandes	PSD	BA	0	0%
Capitão Wagner	PROS	CE	0	0%
Assis Carvalho	PT	PI	0	0%
Lincoln Portela	PR	MG	0	0%
João Daniel	PT	SE	0	0%
Fred Costa	PATRI	MG	0	0%
Roberto Pessoa	PSDB	CE	0	0%
Carlos Henrique Gaguim	DEM	TO	0	0%
Frei Anastacio Ribeiro	PT	PB	0	0%
Mauro Nazif	PSB	RO	0	0%
Bibo Nunes	PSL	RS	0	0%
Nilto Tatto	PT	SP	0	0%
Felipe Rigoni	PSB	ES	0	0%
Kim Kataguiri	DEM	SP	0	0%
Hugo Leal	PSD	RJ	0	0%
Daniel Silveira	PSL	RJ	0	0%
Aureo Ribeiro	SOLIDARIEDADE	RJ	0	0%
Pastor Eurico	PATRI	PE	0	0%
Junio Amaral	PSL	MG	0	0%
Marcelo Ramos	PR	AM	0	0%
Fábio Trad	PSD	MS	0	0%
André Figueiredo	PDT	CE	0	0%
Nereu Crispim	PSL	RS	0	0%
Weliton Prado	PROS	MG	0	0%
Chris Tonietto	PSL	RJ	0	0%
Gustinho Ribeiro	SOLIDARIEDADE	SE	0	0%
Pedro Augusto Bezerra	PTB	CE	0	0%
Igor Timo	PODE	MG	0	0%
Guilherme Derrite	PP	SP	0	0%
Carmen Zanotto	PPS	SC	0	0%
Glaustin da Fokus	PSC	GO	0	0%
Marx Beltrão	PSD	AL	0	0%
Fábio Faria	PSD	RN	0	0%
Afonso Motta	PDT	RS	0	0%
Lauriete	PR	ES	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Expedito Netto	PSD	RO	0	0%
Pedro Uczai	PT	SC	0	0%
Valmir Assunção	PT	BA	0	0%
Alessandro Molon	PSB	RJ	0	0%
Professora Dayane Pimentel	PSL	BA	0	0%
Dr. Jaziel	PR	CE	0	0%
Júnior Ferrari	PSD	PA	0	0%
Otto Alencar Filho	PSD	BA	0	0%
Márcio Labre	PSL	RJ	0	0%
Maria do Rosário	PT	RS	0	0%
Leandre	PV	PR	0	0%
Chiquinho Brazão	AVANTE	RJ	0	0%
Paulo Ramos	PDT	RJ	0	0%
Bacelar	PODE	BA	0	0%
Aluisio Mendes	PODE	MA	0	0%
Gilberto Abramo	PRB	MG	0	0%
Abou Anni	PSL	SP	0	0%
Eli Borges	SOLIDARIEDADE	TO	0	0%
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	RJ	0	0%
Marcelo Freixo	PSOL	RJ	0	0%
Nivaldo Albuquerque	PTB	AL	0	0%
Ricardo Izar	PP	SP	0	0%
Policial Katia Sastre	PR	SP	0	0%
Capitão Augusto	PR	SP	0	0%
Amaro Neto	PRB	ES	0	0%
Darci de Matos	PSD	SC	0	0%
Natália Bonavides	PT	RN	0	0%
Marcon	PT	RS	0	0%
Zé Carlos	PT	MA	0	0%
Hercílio Coelho Diniz	MDB	MG	0	0%
Lucas Gonzalez	NOVO	MG	0	0%
Chico D'Angelo	PDT	RJ	0	0%
Sergio Vidigal	PDT	ES	0	0%
Pinheirinho	PP	MG	0	0%
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	0	0%
Gleisi Hoffmann	PT	PR	0	0%
Padre João	PT	MG	0	0%
Cleber Verde	PRB	MA	0	0%
Maria Rosas	PRB	SP	0	0%
Denis Bezerra	PSB	CE	0	0%
Lucas Redecker	PSDB	RS	0	0%
Vitor Hugo	PSL	GO	0	0%
Delegado Marcelo Freitas	PSL	MG	0	0%
Gilson Marques	NOVO	SC	0	0%
Alice Portugal	PC do B	BA	0	0%
Fábio Henrique	PDT	SE	0	0%
Tabata Amaral	PDT	SP	0	0%
Eduardo da Fonte	PP	PE	0	0%
Tiririca	PR	SP	0	0%
Celso Russomanno	PRB	SP	0	0%
Cezinha de Madureira	PSD	SP	0	0%
Célio Silveira	PSDB	GO	0	0%
Nicoletti	PSL	RR	0	0%
Margarida Salomão	PT	MG	0	0%
Zé Neto	PT	BA	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Professora Rosa Neide	PT	MT	0	0%
Pedro Paulo	DEM	RJ	0	0%
Baleia Rossi	MDB	SP	0	0%
Jandira Feghali	PC do B	RJ	0	0%
Gil Cutrim	PDT	MA	0	0%
Pastor Gil	PMN	MA	0	0%
Vinicius Carvalho	PRB	SP	0	0%
Aécio Neves	PSDB	MG	0	0%
Carlos Jordy	PSL	RJ	0	0%
Aline Sleutjes	PSL	PR	0	0%
Helder Salomão	PT	ES	0	0%
Paulo Pimenta	PT	RS	0	0%
Jose Mario Schreiner	DEM	GO	0	0%
Túlio Gadêlha	PDT	PE	0	0%
Beto Rosado	PP	RN	0	0%
Daniel Coelho	PPS	PE	0	0%
Roberto Alves	PRB	SP	0	0%
Severino Pessoa	PRB	AL	0	0%
Lafayette de Andrada	PRB	MG	0	0%
Rosana Valle	PSB	SP	0	0%
Camilo Capiberibe	PSB	AP	0	0%
Flordelis	PSD	RJ	0	0%
Domingos Neto	PSD	CE	0	0%
Talíria Petrone	PSOL	RJ	0	0%
Augusto Coutinho	SOLIDARIEDADE	PE	0	0%
Tiago Dimas	SOLIDARIEDADE	TO	0	0%
Alexis Fonteyne	NOVO	SP	0	0%
Dagoberto Nogueira	PDT	MS	0	0%
Hiran Gonçalves	PP	RR	0	0%
Clarissa Garotinho	PROS	RJ	0	0%
Tadeu Alencar	PSB	PE	0	0%
Liziane Bayer	PSB	RS	0	0%
Domingos Sávio	PSDB	MG	0	0%
Carlos Sampaio	PSDB	SP	0	0%
Alexandre Frota	PSL	SP	0	0%
Gurgel	PSL	RJ	0	0%
Carla Zambelli	PSL	SP	0	0%
Paulo Teixeira	PT	SP	0	0%
Patrus Ananias	PT	MG	0	0%
Alencar Santana Braga	PT	SP	0	0%
Márcio Jerry	PC do B	MA	0	0%
Ricardo Teobaldo	PODE	PE	0	0%
Mário Negromonte Jr.	PP	BA	0	0%
AJ Albuquerque	PP	CE	0	0%
Sebastião Oliveira	PR	PE	0	0%
Luizão Goulart	PRB	PR	0	0%
Valdevan Noventa	PSC	SE	0	0%
Delegado Éder Mauro	PSD	PA	0	0%
Francisco Jr.	PSD	GO	0	0%
Pedro Cunha Lima	PSDB	PB	0	0%
Beto Pereira	PSDB	MS	0	0%
Delegado Antônio Furtado	PSL	RJ	0	0%
Benes Leocádio	PTC	RN	0	0%
Joenia Wapichana	REDE	RR	0	0%
Norma Ayub	DEM	ES	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Alexandre Leite	DEM	SP	0	0%
Sergio Souza	MDB	PR	0	0%
Dulce Miranda	MDB	TO	0	0%
Walter Alves	MDB	RN	0	0%
Herculano Passos	MDB	SP	0	0%
Paulo Ganime	NOVO	RJ	0	0%
Rubens Pereira Júnior	PC do B	MA	0	0%
Alex Santana	PDT	BA	0	0%
Leônidas Cristino	PDT	CE	0	0%
Idilvan Alencar	PDT	CE	0	0%
Vicentinho Júnior	PR	TO	0	0%
Vilson da Fetaemg	PSB	MG	0	0%
Gonzaga Patriota	PSB	PE	0	0%
Jhc	PSB	AL	0	0%
Paulo Eduardo Martins	PSC	PR	0	0%
André de Paula	PSD	PE	0	0%
Shéridan	PSDB	RR	0	0%
Léo Motta	PSL	MG	0	0%
Bohn Gass	PT	RS	0	0%
Rui Falcão	PT	SP	0	0%
Maurício Dziedricki	PTB	RS	0	0%
Pedro Lupion	DEM	PR	0	0%
Olival Marques	DEM	PA	0	0%
Leur Lomanto Júnior	DEM	BA	0	0%
Elcione Barbalho	MDB	PA	0	0%
Orlando Silva	PC do B	SP	0	0%
Daniel Almeida	PC do B	BA	0	0%
Adriano do Baldy	PP	GO	0	0%
Fausto Pinato	PP	SP	0	0%
Jaqueline Cassol	PP	RO	0	0%
Aroldo Martins	PRB	PR	0	0%
Fábio Mitidieri	PSD	SE	0	0%
Rose Modesto	PSDB	MS	0	0%
Tereza Nelma	PSDB	AL	0	0%
Eduardo Bolsonaro	PSL	SP	0	0%
Guiga Peixoto	PSL	SP	0	0%
Charles Evangelista	PSL	MG	0	0%
Luizianne Lins	PT	CE	0	0%
Benedita da Silva	PT	RJ	0	0%
Newton Cardoso Jr	MDB	MG	0	0%
Raul Henry	MDB	PE	0	0%
Iracema Portella	PP	PI	0	0%
Margarete Coelho	PP	PI	0	0%
João Maia	PR	RN	0	0%
Heitor Schuch	PSB	RS	0	0%
Aliel Machado	PSB	PR	0	0%
Lídice da Mata	PSB	BA	0	0%
Júlio Delgado	PSB	MG	0	0%
Luciano Ducci	PSB	PR	0	0%
Felício Laterça	PSL	RJ	0	0%
Felipe Francischini	PSL	PR	0	0%
Nelson Barbudo	PSL	MT	0	0%
Áurea Carolina	PSOL	MG	0	0%
Zeca Dirceu	PT	PR	0	0%
Eli Corrêa Filho	DEM	SP	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Dr. Frederico	PATRI	MG	0	0%
Silvia Cristina	PDT	RO	0	0%
Subtenente Gonzaga	PDT	MG	0	0%
Guilherme Mussi	PP	SP	0	0%
Laercio Oliveira	PP	SE	0	0%
Fernando Monteiro	PP	PE	0	0%
Da Vitoria	PPS	ES	0	0%
Milton Vieira	PRB	SP	0	0%
Hélio Costa	PRB	SC	0	0%
Márcio Marinho	PRB	BA	0	0%
Eros Biondini	PROS	MG	0	0%
Raimundo Costa	PRP	BA	0	0%
Sargento Fahur	PSD	PR	0	0%
Ney Leprevost	PSD	PR	0	0%
Edilázio Júnior	PSD	MA	0	0%
Eduardo Cury	PSDB	SP	0	0%
Adolfo Viana	PSDB	BA	0	0%
Daniel Freitas	PSL	SC	0	0%
Caroline de Toni	PSL	SC	0	0%
Joice Hasselmann	PSL	SP	0	0%
Professor Joziel	PSL	RJ	0	0%
Edmilson Rodrigues	PSOL	PA	0	0%
Afonso Florence	PT	BA	0	0%
Carlos Veras	PT	PE	0	0%
Ottaci Nascimento	SOLIDARIEDADE	RR	0	0%
Luiz Antônio Corrêa	DC	RJ	0	0%
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO	0	0%
Dr. Zacharias Calil	DEM	GO	0	0%
Jéssica Sales	MDB	AC	0	0%
Daniela do Waguinho	MDB	RJ	0	0%
Juarez Costa	MDB	MT	0	0%
Tiago Mitraud	NOVO	MG	0	0%
Wolney Queiroz	PDT	PE	0	0%
Marlon Santos	PDT	RS	0	0%
Christino Aureo	PP	RJ	0	0%
Uldurico Junior	PPL	BA	0	0%
Hugo Motta	PRB	PB	0	0%
Marcelo Nilo	PSB	BA	0	0%
Osires Damaso	PSC	TO	0	0%
Marco Bertaiolli	PSD	SP	0	0%
Joaquim Passarinho	PSD	PA	0	0%
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS	0	0%
Daniel Trzeciak	PSDB	RS	0	0%
Loester Trutis	PSL	MS	0	0%
Dr. Luiz Ovando	PSL	MS	0	0%
Coronel Armando	PSL	SC	0	0%
Glauber Braga	PSOL	RJ	0	0%
Dra. Vanda Milani	SOLIDARIEDADE	AC	0	0%
André Janones	AVANTE	MG	0	0%
Tito	AVANTE	BA	0	0%
Flaviano Melo	MDB	AC	0	0%
Marcel van Hattem	NOVO	RS	0	0%
Robério Monteiro	PDT	CE	0	0%
Félix Mendonça Júnior	PDT	BA	0	0%
Gelson Azevedo	PHS	RJ	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Abílio Santana	PHS	BA	0	0%
Professor Alcides	PP	GO	0	0%
André Fufuca	PP	MA	0	0%
Miguel Lombardi	PR	SP	0	0%
João Campos	PRB	GO	0	0%
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	0	0%
Acácio Favacho	PROS	AP	0	0%
Alexandre Serfiotis	PSD	RJ	0	0%
Diego Andrade	PSD	MG	0	0%
Vanderlei Macris	PSDB	SP	0	0%
Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG	0	0%
General Peternelli	PSL	SP	0	0%
General Girão	PSL	RN	0	0%
Luiza Erundina	PSOL	SP	0	0%
Nelson Pellegrino	PT	BA	0	0%
Enrico Misasi	PV	SP	0	0%
Bosco Saraiva	SOLIDARIEDADE	AM	0	0%
Paulo Azi	DEM	BA	0	0%
Arthur Oliveira Maia	DEM	BA	0	0%
Tereza Cristina	DEM	MS	0	0%
Juscelino Filho	DEM	MA	0	0%
Elmar Nascimento	DEM	BA	0	0%
Celso Maldaner	MDB	SC	0	0%
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	0	0%
Moses Rodrigues	MDB	CE	0	0%
Adriana Ventura	NOVO	SP	0	0%
Vinicius Poit	NOVO	SP	0	0%
Renildo Calheiros	PC do B	PE	0	0%
Ricardo Barros	PP	PR	0	0%
Claudio Cajado	PP	BA	0	0%
Edio Lopes	PR	RR	0	0%
Silvio Costa Filho	PRB	PE	0	0%
Rosangela Gomes	PRB	RJ	0	0%
Carlos Gomes	PRB	RS	0	0%
Alcides Rodrigues	PRP	GO	0	0%
Emidinho Madeira	PSB	MG	0	0%
Átila Lira	PSB	PI	0	0%
Júlio Cesar	PSD	PI	0	0%
Eduardo Barbosa	PSDB	MG	0	0%
Samuel Moreira	PSDB	SP	0	0%
Odair Cunha	PT	MG	0	0%
Henrique Fontana	PT	RS	0	0%
Paulo Guedes	PT	MG	0	0%
Carlos Zarattini	PT	SP	0	0%
Marina Santos	PTC	PI	0	0%
Lucas Vergilio	SOLIDARIEDADE	GO	0	0%
Luis Tibé	AVANTE	MG	0	0%
Hélio Leite	DEM	PA	0	0%
Fábio Ramalho	MDB	MG	0	0%
Mauro Lopes	MDB	MG	0	0%
Professora Marcivania	PC do B	AP	0	0%
Mauro Benevides Filho	PDT	CE	0	0%
Marcelo Aro	PHS	MG	0	0%
Afonso Hamm	PP	RS	0	0%
Dimas Fabiano	PP	MG	0	0%

Nome parlamentar	Partido	UF	Prod. leg. localista	Prod. leg. localista (%)
Covatti Filho	PP	RS	0	0%
Arthur Lira	PP	AL	0	0%
Capitão Fábio Abreu	PR	PI	0	0%
Paulo Freire Costa	PR	SP	0	0%
José Rocha	PR	BA	0	0%
Christiane de Souza Yared	PR	PR	0	0%
Vaidon Oliveira	PROS	CE	0	0%
Gilberto Nascimento	PSC	SP	0	0%
Stefano Aguiar	PSD	MG	0	0%
Geovania de Sá	PSDB	SC	0	0%
Bruna Furlan	PSDB	SP	0	0%
Major Fabiana	PSL	RJ	0	0%
Luciano Bivar	PSL	PE	0	0%
Paulão	PT	AL	0	0%
Vander Loubet	PT	MS	0	0%
Leonardo Monteiro	PT	MG	0	0%
Enio Verri	PT	PR	0	0%
Beto Faro	PT	PA	0	0%
Leda Sadala	AVANTE	AP	0	0%
Fernando Coelho Filho	DEM	PE	0	0%
Efraim Filho	DEM	PB	0	0%
Rodrigo Maia	DEM	RJ	0	0%
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	0	0%
José Priante	MDB	PA	0	0%
Osmar Terra	MDB	RS	0	0%
Márcio Biolchi	MDB	RS	0	0%
João Marcelo Souza	MDB	MA	0	0%
Giovani Feltes	MDB	RS	0	0%
André Abdon	PP	AP	0	0%
Cacá Leão	PP	BA	0	0%
Vinicius Gurgel	PR	AP	0	0%
Giacobo	PR	PR	0	0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 5 – Medidas estatísticas da produção legislativa localista dos deputados federais da 56ª Legislatura (fev. /19 a jan. /20)

Medida	Com outliers	Sem outliers
Produção legislativa local	1.149	212
Bancada de Deputados	505	479
Média geral da produção legislativa local (%)	5%	2,1%
Desvio Padrão	14,4%	5,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados.

ANEXO A – Ranking IDHM

Tabela 1 – Ranking IDHM (2017)

Territorialidade	Posição IDHM	IDHM
Distrito Federal	1	0,85
São Paulo	2	0,826
Santa Catarina	3	0,808
Rio de Janeiro	4	0,796
Paraná	5	0,792
Minas Gerais	6	0,787
Rio Grande do Sul	6	0,787
Mato Grosso	7	0,774
Espírito Santo	8	0,772
Goiás	9	0,769
Mato Grosso do Sul	10	0,766
Roraima	11	0,752
Tocantins	12	0,743
Amapá	13	0,74
Ceará	14	0,735
Amazonas	15	0,733
Rio Grande do Norte	16	0,731
Pernambuco	17	0,727
Rondônia	18	0,725
Paraíba	19	0,722
Acre	20	0,719
Bahia	21	0,714
Sergipe	22	0,702
Pará	23	0,698
Piauí	24	0,697
Maranhão	25	0,687
Alagoas	26	0,683

Fonte: Brasil (2020)